

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

Paulo Victor Zaquieu-Higino

Consensos e dissensos: o episcopado brasileiro em tempos de crise democrática
no Brasil (2013-2018)

Juiz de Fora
2023

Paulo Victor Zaquieu-Higino

Consensos e Dissensos: o episcopado brasileiro em tempos de crise democrática no Brasil
(2013-2018)

Tese apresentada
ao Programa de Pós-
graduação em
Ciência da Religião
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de doutor em
Ciência da Religião.
Área de
concentração: Religião,
Sociedade e Cultura.

Aprovada em 01 de Setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Portella - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Marcelo Ayres Camurça
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simões
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof.^a Dr.^a Brenda Maribel Carranza Dávila
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Sérgio Ricardo Coutinho dos Santos
Faculdades Integradas UPIS

Juiz de Fora, 06/09/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Ayres Camurça Lima, Usuário Externo**, em 06/09/2023, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Portella, Professor(a)**, em 06/09/2023, às 18:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cecília dos Santos Ribeiro Simoes, Professor(a)**, em 07/09/2023, às 00:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRENDA MARIBEL CARRANZA DAVILA, Usuário Externo**, em 07/09/2023, às 20:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1457680** e o código CRC **5A4D25FE**.

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Zaquier-Higino, Paulo Victor.

Consensos e dissensos : o episcopado brasileiro em tempos de crise democrática no Brasil (2013-2018) / Paulo Victor

Zaquier-Higino. -- 2023.

178 p.

Orientador: Rodrigo Portella

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião, 2023.

1. Catolicismo. 2. Igreja Católica. 3. Bispos. 4. Democracia. 5. Conservadorismo. I. Portella, Rodrigo, orient. II. Título.

Aos meus pais, Rosângela (*in memoriam*) e Carlos, pelo dom da vida e àqueles/as que, após a morte de minha mãe, ajudaram na continuação de uma afetuosa formação humana: Vô Dimas, Vô Conceição, Tio Celso, Tia Cícida, Tia Neiva Tia Maria do Carmo, Tia Nadir, Tia Preta e minha madrasta Odineia. Myguthycara!

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi desenvolvida durante o período mais difícil de minha vida e um dos piores momentos da história do Brasil: a Pandemia de COVID-19 e o mandato presidencial atacou constantemente às universidades públicas do país. Como asmático, não sabia se morreria de COVID. Como bolsista, não sabia se cortariam a fonte de sustento. Como doutorando, não sabia se haveria universidade. Como filho, irmão, sobrinho e amigo, não sabia quantas pessoas importantes ainda morreriam daquele vírus e negligências. Tantas dúvidas somadas ao futuro profissional e financeiro de um professor de educação básica que foi buscar melhorar seu currículo na pós-graduação em Ciências da Religião. Assim, sendo, esta grande “noite traiçoeira” me levou a crise de ansiedade, depois ao pânico e por fim a uma profunda depressão, a qual se estendeu por mais um ano após a defesa desta tese. E é no centro desta conjuntura-furacão que escrevi este trabalho com a ajuda de muitos.

Por isso, agradeço aos meus familiares e amigos que me sustentaram afetivamente durante toda minha vida.

Agradeço também a nossa estimada Universidade Federal de Juiz de Fora e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião que me deram a oportunidade de cursar meu mestrado e doutorado com apoio de todos os funcionários e professores, aos quais também sou grato.

Por fim, expresso a minha profunda gratidão à Prof. Me. Mara Bontempo e ao Prof. Dr. André Musskopf e a. Quando eu já tinha desistido de tudo, vocês me emprestaram humanidade. Se Deus/a existe, ele/a é generoso/a como vocês.

Obrigado!

*Eu não estou interessado em nenhuma teoria
Em nenhuma fantasia, nem no algo mais [...]
Amar e mudar as coisas me interessa mais.
(Alucinação – Belchior)*

RESUMO

À semelhança do tradicional jogo de xadrez, muitas regras, peças e jogadas são utilizadas na disputa entre os dois lados do tabuleiro. Vence o mais estratégico. Ao que parece, o Brasil, mais que nunca, foi transformado num jogo de disputas, onde o prêmio é a instável e precária hegemonia política, cultural e econômica. Assim, com enfoque na relação ideologia e instituições religiosas, o presente trabalho busca investigar a ação ideológica da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil entre os anos de 2013 e 2018. O objetivo é compreender o comportamento discursivo ideológico dos bispos católicos, nas diversas áreas e temas, durante suas assembleias gerais anuais, quando, juntos, porém com perspectivas divergentes, precisam decidir as estratégias da ação da Igreja no Brasil em uníssono. Alicerçados na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, analisamos intervenções nas atas das assembleias utilizando a metodologia Ideológica das Lideranças Religiosas. Assim foi possível mapear os sentidos ideológicos produzidos pelos bispos nas assembleias a partir de suas respectivas compreensões de missão da Igreja. Verificou-se que a Igreja Católica no Brasil, de perfil pastoral, estava internamente em disputa entre bispos-profetas e bispos-sacerdotes quanto à abordagem de temas. Contudo, apresentou um comportamento ideológico de esquerda liberal em questões socioeconômicas e direita conservadora quanto aos costumes, refletindo a influência que os papados exercem na ação pastoral da CNBB.

Palavras-chave: Igreja Católica; ideologia; discurso religioso; democracia; conservadorismo.

ABSTRACT

Like the traditional game of chess, many rules, pieces and moves are used in the dispute between the two sides of the board. The most strategic one wins. It seems that Brazil, more than ever, has been transformed into a game of disputes, where the prize is unstable and precarious political, cultural and economic hegemony. Thus, focusing on the relationship between ideology and religious institutions, this work seeks to investigate the ideological action of the National Conference of Bishops of Brazil between the years 2013 and 2018. The objective is to understand the ideological discursive behavior of Catholic bishops, in different areas and themes, during their annual general assemblies, when, together, but with divergent perspectives, they need to decide the strategies for the Church's action in Brazil in unison. Based on the Discourse Theory of Ernesto Laclau and Chantal Mouffe, we analyzed interventions in the minutes of the assemblies using the Ideological methodology of Religious Leadership. This made it possible to map the ideological meanings produced by the bishops in the assemblies based on their respective understandings of the Church's mission. We can say that the Catholic Church in Brazil, with a pastoral profile, was internally in dispute between bishop-prophets and bishop-priests regarding the approach to issues. However, it presented an ideological behavior of the liberal left in socioeconomic issues and the conservative right in terms of customs, reflecting the influence that the papacies exert on the pastoral action of the CNBB.

Keywords: Catholic Church; ideology; religious discourse; democracy; conservatism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Imagem 01 – Organização dos regionais no território nacional..... | 37 |
| Imagem 02 – Tabuleiro ideológico..... | 41 |
| Gráfico 01 – Total de temas divididos por categorias em 2013..... | 87 |
| Gráfico 02 – Intervenções totais divididas em categorias temáticas em 2013..... | 88 |
| Gráfico 03 – Total de temas divididos por categorias em 2014..... | 97 |
| Gráfico 04 – Intervenções totais divididas em categorias temáticas em 2014..... | 99 |
| Gráfico 05 – Total de temas divididos por categorias em 2015..... | 105 |
| Gráfico 06 – Intervenções totais divididas em categorias temáticas em 2014..... | 107 |
| Gráfico 07 – Total de temas divididos por categorias em 2016..... | 112 |
| Gráfico 08 – Intervenções totais divididas em categorias temáticas em 2016..... | 113 |
| Gráfico 09 – Total de temas divididos por categorias em 2017..... | 119 |
| Gráfico 10 – Intervenções totais divididas em categorias temáticas em 2017..... | 121 |
| Gráfico 11 – Total de temas divididos por categorias em 2018..... | 124 |
| Gráfico 12 – Intervenções totais divididas em categorias temáticas em 2018..... | 125 |
| Gráfico 13 – Performance das categorias no período..... | 128 |
| Gráfico 14 – Ocorrências das categorias..... | 128 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Temas e número de ocorrências totais..... | 130 |
|--|-----|

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO 1..... | 5 |
| COMO SE JOGA: AS REGRAS NA CNBB..... | 5 |
| 1.1 Introdução | 5 |
| 1.2 Metodologia | 7 |
| 1.3 Contextualização e Fundamentação Teórica | 7 |
| 1.3.1 Episcopado: desenrolar histórico | 7 |
| 1.3.2 Colegialidade: Revisão e Expansão..... | 16 |
| 1.3.3 Conferências Episcopais | 19 |
| 1.3.4 “A parte podre da Igreja”, a CNBB | 22 |
| 1.4 A Estrutura da CNBB | 36 |
| 1.4.1 Conselho Permanente..... | 37 |
| 1.4.2 Conselho Episcopal Pastoral..... | 38 |
| 1.4.3 Conselhos Episcopais Regionais | 39 |
| 1.4.4 Conselhos Econômico e Fiscal..... | 41 |
| 1.4.5 Pastorais..... | 41 |
| 1.4.6 Organismos | 41 |
| 1.4.7 Entidades..... | 42 |
| 1.5 Conclusão | 43 |
| CAPÍTULO 2..... | 44 |
| AS JOGADAS POSSÍVEIS: AS CORRENTES IDEOLÓGICAS EM DISPUTA NA IGREJA CATÓLICA ROMANA NA TERRA DE SANTA CRUZ | 44 |
| 2.1 Introdução | 44 |
| 2.2 Dinâmicas Ideológicas na CNBB: Diversidade, Influência e Impacto | 46 |
| 2.2.1 Conservador x revolucionário | 46 |
| 2.2.2 Direita-Esquerda..... | 57 |
| 2.2.3 Guerra Cultural na Igreja..... | 61 |
| 2.2.4 Guerra cultural na CNBB..... | 65 |
| 2.3 Conclusão | 75 |
| CAPÍTULO 3..... | 77 |
| OS BISPOS NO TABULEIRO: FUNDAMENTOS TEÓRICO E METODOLÓGICO ... | 77 |
| 3.1 Introdução | 77 |
| 3.2. Fundamentação Teórica e Metodologia: Construindo a Base para a Análise Ideológica | 78 |

| | |
|--|-----|
| 3.2.1 A Teoria discursiva Laclauiana | 78 |
| 3.2.1.1 Constituição filosófica da teoria de Laclau e Mouffe | 78 |
| 3.2.1.2 Elementos conceituais da teoria do discurso | 81 |
| 3.2.1.3. A Ideologia como fenômeno discursivo em Laclau | 83 |
| 3.2.2 Metodologia de Pesquisa: Técnicas e Abordagens | 87 |
| 3.3 Conclusão | 89 |
| CAPÍTULO 4..... | 91 |
| AS PEÇAS NO JOGO: ANÁLISE DOS DISCURSOS ECLESIOLÓGICO-POLÍTICOS DOS BISPOS DA CNBB..... | 91 |
| 4.1 Introdução | 91 |
| 4.2 Análise dos Discursos Eclesiológico-Políticos na CNBB: Ideologias, Influências e Impactos | 92 |
| 4.2.1 Dinâmicas das assembleias | 93 |
| 4.2.2 Assembleias Gerais da CNBB | 94 |
| 4.3 Análise dos dissensos entre os bispos | 126 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 148 |
| BIBLIOGRAFIA | 151 |
| APÊNDICE A – Lista dos temas levantados em 2013. | 159 |
| APÊNDICE B – Lista dos temas levantados em 2014. | 161 |
| APÊNDICE D -- Lista dos temas levantados em 2016..... | 166 |
| APÊNDICE E – Lista dos temas levantados em 2017. | 168 |
| APÊNDICE F – Lista dos temas levantados em 2018. | 171 |
| APÊNDICE G – Lista dos temas levantados em 2018..... | 174 |

INTRODUÇÃO

Às vésperas do novo milênio, a rede de televisão Globo, o meio de comunicação brasileiro mais influente desde então, transmitiu a série “O Auto da Compadecida”, adaptada da obra do ilustre Ariano Suassuna. Essa representação televisiva evidenciou a figura pública do bispo na sociedade brasileira. Na boca de seu palhaço e profeta, João Grilo, passa a história fazendo jogadas com outras personagens para sobreviver e, é feita uma crítica à elite, apoiada pelo *staff* eclesiástico. Observa-se um perfil, embora estereotipado, que ressalta a importância e a complexidade do papel do episcopado no Brasil, um país profundamente marcado pela influência da Igreja Católica¹.

Na trama supracitada, um cenário ilustrativo utilizado neste trabalho, o Bispo é retratado como um líder eclesiástico que exerce influência na comunidade e tem poder sobre questões relacionadas à moral e à fé. Além disso, mesmo em meio às suas responsabilidades religiosas, o Bispo está atento aos desafios e peculiaridades da realidade local.

No Brasil, sabe-se que, de maneira geral, paróquias e padres são a expressão do bispo: uma visão espiritualista da Igreja e de sua missão na sociedade “salvar as almas através dos sacramentos”. Contudo, os bispos podem ter perfis distintos, desde intelectuais progressistas, conservadores, neotradicionalistas², carismáticos e dinâmicos e conciliadores sociais, refletindo em mudanças nas respectivas dioceses e na visão de Igreja na sociedade. Dessa maneira, além dos bispos terem seus próprios perfis e ideologias, os mesmos podem também ser moldados pelo clero e pelo passado cismático das dioceses. É perceptível, portanto, como os bispos influenciam regiões brasileiras distintas e suas relações com o poder público regional. A relação das autoridades civis com o bispo possui diversas abordagens, já que temas sociais podem ser a “ordem do dia”, associadas às mudanças no país e na Igreja.

¹ Por questões práticas de um texto, em todo o presente trabalho, quando utilizadas a palavra Igreja, Igreja Católica ou catolicismo, referimo-nos à Igreja Católica Apostólica Romana. As outras igrejas não católicas, como as protestantes, e não romanas, como a Igreja Católica Brasileira, serão citadas com seu nome integralmente quando necessário.

² [...] os neotradicionalistas católicos escolheram um momento particular da história da Igreja como o paradigma válido e estático da “tradição católica”. E se situa em algum lugar antes do Vaticano II, talvez até o Concílio Vaticano I (1869-1870) e o antimodernismo de Pio X. Mas eles também escolheram um momento particular na história intelectual do seu herói, Bento XVI, e adotaram uma versão abreviada e ignorante dessa história (FAGGIOLI, 2018, p. 37).

O cenário político do Brasil passou por transformações significativas a partir de 2016, com o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Isso desencadeou uma série de eventos na sociedade, intensificando-se com a eleição de Jair Bolsonaro. Houve posicionamentos diversos em relação ao impeachment e às políticas propostas pelo novo governo, incluindo a Reforma Trabalhista e a PEC 55, que limitava os gastos públicos em saúde e educação.

A Igreja Católica no Brasil, receosa quanto à sua vinculação com a política, mas não renunciando à sua participação social, adotou uma postura intermediária. Tal posicionamento, todavia, evidenciou uma crise na própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que emerge como uma instituição de significativa influência e poder no cenário religioso e político brasileiro.

Neste sentido, veio à tona uma disputa interna no catolicismo mundial desencadeada pela eleição do Papa Francisco, considerado progressista em relação ao seu predecessor. A CNBB, enquanto instituição religiosa, também estaria dividida entre bispos progressistas e conservadores, operando com uma identidade social em crise e fragmentada pela polarização eclesial e política.

A CNBB, ainda que um colegiado de bispos obedientes a um Papa, está longe de ser homogênea entre os seus integrantes, ou mesmo harmônica diante dos acontecimentos sociais e políticos. Assim como nas mudanças na Cúria Romana, os bispos se mobilizam em pautas que lhes são caras, decorrentes de suas compreensões ideológicas de missão da Igreja no mundo.

Deste modo, a partir da ascensão de Jair Bolsonaro à presidência e da eleição do Papa Francisco, o Brasil experimentou uma série de transformações sociais e políticas que repercutiram profundamente no seio da Igreja Católica e, por extensão, na CNBB. Diante desse contexto, esta tese investiga a atuação da CNBB em um período de significativas transformações políticas e sociais no país, buscando analisar o comportamento ideológico da CNBB nesse período turbulento, explorando como as posições e discursos da instituição refletem e influenciam o tecido social e político do país.

A relevância desta pesquisa reside na compreensão de que a CNBB não é apenas uma entidade religiosa, mas um ator político significativo no Brasil. A Igreja Católica, através da CNBB, tem participado ativamente nos diálogos e debates nacionais, influenciando políticas públicas e opiniões sociais. Esta tese

investiga a natureza dessa influência, examinando como as declarações e ações da CNBB se alinham ou confrontam as dinâmicas políticas do país.

A análise deste estudo é ancorada na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Esta abordagem teórica permite desvendar a complexidade dos discursos ideológicos e sua capacidade de moldar a realidade social e política. Além disso, a metodologia adotada inspira-se na Classificação Ideológica dos Partidos Políticos, proporcionando um quadro analítico robusto para examinar as nuances ideológicas presentes nos discursos dos bispos.

Como hipótese desse estudo, a CNBB, sob a influência da eleição e reinado do Papa Francisco, desempenhou papel dinâmico e multifacetado que transcendeu sua tradicional esfera religiosa, refletindo significativamente o cenário político e social do Brasil. Essa influência foi manifesta por meio de variados discursos e ideologias, refletindo tanto a diversidade interna da instituição, nos discursos dos bispos, quanto as complexas interações com o contexto nacional mais amplo. Contudo, a ação da CNBB ainda traz influências dos pontificados dos papas antecessores, de João Paulo II e Bento XVI. Neste movimento, que podemos chamar de Pêndulo Papal, o colegiado dos bispos se articula em disputa pela hegemonia da verdadeira missão da Igreja no Mundo.

Deste modo, para um entendimento abrangente da atuação da CNBB no período especificado, considerando tanto seus aspectos internos quanto seu impacto na sociedade brasileira, a hipótese supracitada abarca os quatro capítulos que constituem esta tese. No primeiro Capítulo da tese, "*Como se joga: as regras na CNBB*", é, inicialmente, apresentada a figura do bispo na Igreja Católica, estabelecendo a contextualização histórica e institucional da CNBB, traçando seu desenvolvimento e papel na sociedade brasileira. O segundo capítulo, "*As jogadas possíveis: as correntes ideológicas em disputa na Terra de Santa Cruz*", aborda as correntes ideológicas em disputa no cenário nacional, e como estas se refletem dentro da CNBB. Com o título "*Os bispos no tabuleiro: fundamentos teóricos e metodológico*", o terceiro capítulo detalha a metodologia adotada para a análise dos discursos. Enquanto, o Capítulo 4, "*As peças no jogo: análise dos discursos eclesiológico-políticos dos bispos da CNBB*", é voltado para a análise e identificação do comportamento ideológico presente nas atas das Assembleias Gerais da CNBB a partir dos discursos dos bispos.

Este estudo revela que a CNBB, enquanto corpo coletivo dos bispos do Brasil, desempenha um papel complexo e multifacetado, navegando entre missão religiosa e demandas políticas e sociais, orientada pela sua relação com o Bispo de Roma. Através desta análise, busca-se uma compreensão mais profunda do papel da religião na esfera pública, especialmente em um país tão diverso e politicamente dinâmico como a então Terra de Santa Cruz, o Brasil.

Para testar a hipótese, refletindo nas bases textuais de cada capítulo, a metodologia empregada nesta tese combina várias abordagens para fornecer uma análise abrangente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Iniciando com uma revisão histórica e bibliográfica, o estudo estabelece um panorama detalhado do desenvolvimento e da estrutura da CNBB, utilizando análise documental para entender seu contexto e evolução. A pesquisa então se aprofunda na exploração das correntes ideológicas presentes, aplicando análise de conteúdo para examinar discursos e declarações. Paralelamente, desenvolve-se um arcabouço teórico, baseado na Teoria do Discurso, que serve como fundamento para a interpretação dos dados. Finalmente, a metodologia culmina na aplicação prática dessa abordagem teórica, analisando detalhadamente as atas das assembleias e os discursos dos bispos, proporcionando uma visão integrada e dinâmica do papel da CNBB no Brasil contemporâneo.

CAPÍTULO 1

COMO SE JOGA: AS REGRAS NA CNBB

1.1 Introdução

Quando nos dispomos a participar de algum jogo, é natural buscar informações sobre as regras, objetivos, participantes e outras informações que nos proporcionem habilidades para participar da brincadeira. Por exemplo, ao analisar o jogo de xadrez, que à primeira vista parece simples, possui regras e jogadas que, se conhecidas, potencializam as chances de derrotar o oponente. Nessa perspectiva metafórica, aplicamos o mesmo princípio ao contexto da crise sociopolítica brasileira, onde, para compreender as complexas dinâmicas em jogo, é essencial conhecer os elementos que compõem a disputa. Inicialmente, voltamos nosso olhar para o componente central desse tabuleiro: a Igreja Católica³.

“A História tem sua ironia. Quando um corpo social chega a exprimir-se a identidade de modo claro, sintético, bem estruturado, estamos no ponto alto de sua evolução, que significa o início de sua queda” (LIBANIO, 1983, p. 17). Essa reflexão intrigante do autor nos convida a explorar as complexas dinâmicas sociais, particularmente no contexto brasileiro. Podemos comparar essa manifestação de identidade a um jogo, onde as regras, os participantes e os objetivos são cruciais para entender a trama que se desenrola. Esta analogia nos conduz a uma análise profunda da crise sociopolítica no Brasil, destacando a Igreja Católica como um componente significativo nesse jogo complexo.

Sabe-se que a Igreja Católica, como instituição milenar, desempenha um papel significativo na vida religiosa e cultural do Brasil. No entanto, a familiaridade aparente da sociedade brasileira com a Igreja Católica muitas vezes encobre a verdadeira complexidade dessa instituição. Apesar de sua presença ainda hegemônica, o catolicismo não é mais acessível a todos, como

³ Neste trabalho, quando se falar de Igreja, Igreja Católica ou catolicismo, nos referiremos à Igreja Católica Apostólica Romana. Compreendemos que existem diversas Igrejas Católicas no mundo que se distanciaram da obediência à Sé de Roma, sem deixar, porém, de se considerar católicas e apostólicas. Como estas expressões não romanas do Catolicismo não são objeto deste estudo (apesar de ser interesse de futuras pesquisas do autor) e para auxiliar numa leitura mais fluida, não faremos a distinção entre os grupos. Para conhecer as igrejas católicas não romanas, ver Silva (2017b, 2019) e Rodrigues (2018).

se pressupõe. A maioria dos brasileiros possui um entendimento difuso, limitado a conceitos como Papa, Nossa Senhora, missa, padre e santos. Ressalta-se que o episcopado emerge como uma peça crucial, representando a conexão entre a tradição apostólica e a contemporaneidade, moldando não apenas o cenário eclesial, mas também exercendo influência nas dinâmicas sociais e teológicas que permeiam a fé católica. Diante dessa lacuna, surge a pertinência de desvelar, ainda que sucintamente, o papel do bispo/episcopo e sua organização na estrutura da Igreja Católica Romana.

Embora existam estudos sobre a história da Igreja Católica no país, a descrição e análise da constituição do episcopado, abordando suas origens históricas, segundo a tradição católica, e sua expressão contemporânea na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), órgão representativo dos bispos brasileiros, ainda carece de uma investigação mais aprofundada. Essa contextualização é crucial para a compreensão mais abrangente das dinâmicas e transformações dessa instituição eclesial ao longo do tempo, especialmente no contexto brasileiro. Ressalta-se que, o estudo utilizou diversas contribuições importantes como o de Alberigo (1995), Congar (1997) e Spanneut (2002).

O que se delineia como um jogo de poder na crise sociopolítica pós-2016 é repleto de peças estratégicas e movimentos cuidadosamente planejados. Assim, esse panorama se inicia com a peça fundamental chamada "bispo", representada pelos líderes da Igreja Católica no Brasil. O propósito é ir além da superfície, desvendando as nuances desse jogo, entendendo não apenas o papel histórico do episcopado, mas também sua influência e participação ativa nas complexas dinâmicas políticas contemporâneas.

O objetivo deste primeiro capítulo é estabelecer um panorama abrangente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), explorando sua história, estrutura organizacional e influência no contexto social e religioso brasileiro. Busca-se compreender o desenvolvimento histórico da CNBB, suas principais funções e desafios, e o impacto de suas ações no cenário religioso e político do Brasil, fornecendo uma base sólida para a análise mais detalhada nos capítulos subsequentes. Esse objetivo reflete uma abordagem abrangente, focando na contextualização histórica e institucional da CNBB, fundamentalmente para compreender sua atuação e influência no Brasil.

1.2 Metodologia

A metodologia se baseia em uma abordagem interdisciplinar, integrando análises históricas, sociológicas e teológicas. Esta combinação oferece uma visão holística da CNBB, permitindo uma compreensão abrangente de seu papel e influência no contexto brasileiro. A interdisciplinaridade é essencial para capturar as múltiplas dimensões da CNBB como uma entidade religiosa e social.

A pesquisa começa com uma revisão bibliográfica extensa, envolvendo fontes primárias e secundárias. Isso inclui documentos históricos, publicações oficiais da CNBB, trabalhos acadêmicos relevantes e literatura teológica. Esta revisão visa estabelecer um entendimento claro do desenvolvimento histórico da CNBB, suas principais fases e decisões.

Além da revisão bibliográfica, a análise documental de textos oficiais da CNBB e registros históricos é realizada para aprofundar o entendimento de sua evolução e impacto. Esta análise foca na interpretação de documentos, cartas, pronunciamentos e outras comunicações oficiais, proporcionando *insights* diretos sobre a atuação da CNBB.

Finalmente, a metodologia envolve a síntese e contextualização das informações coletadas. Isso inclui a relação dos dados históricos e teológicos com as realidades contemporâneas da CNBB, garantindo que a análise seja relevante e aplicável ao cenário atual. Esta abordagem metodológica estabelece uma base sólida para os capítulos subsequentes, permitindo uma compreensão aprofundada e abrangente da CNBB no contexto brasileiro.

1.3 Contextualização e Fundamentação Teórica

1.3.1 Episcopado: desenrolar histórico

A palavra epíscopo, atualmente sinônimo de bispo, traz sua origem epistemológica no termo *episcopos* no Antigo Testamento, derivando de duas palavras gregas: *epi*, que significa "sobre" ou "acima", e *skopos*, que significa observador ou vigilante, dessa maneira "epíscopo" pode ser traduzido como "supervisor" ou "aquele que observa de cima" (SCHOLZ & BRATCHER, 2004). Com o advento do cristianismo, o termo epíscopo foi gradualmente assimilado e

passou a ser utilizado para descrever os bispos, líderes da comunidade religiosa (CARVALHO, 2008).

Inicialmente, a gestão da comunidade religiosa cristã era realizada pelos “12 Apóstolos” que, desejando dedicar-se somente à pregação, delegaram o ofício a um grupo de homens mais velhos, os presbíteros (ALMEIDA, 2001). Essa estrutura refletia o modelo da tradição judaica e o modelo gentio de administração, os episcopos, para cuidarem das atividades práticas das comunidades de discípulos que iam aumentando (SCHNEIDER, 2009, p. 100-101).

Com a morte dos Apóstolos, os bispos possuíram a função de garantir a fidelidade ao conteúdo apostólico tradicional (CASTLÉ, 2008). A afirmação de que o bispo começou a ganhar uma função de autoridade entendida como o exercício da figura de Cristo é consistente com a teologia cristã, que vê os bispos como sucessores dos Apóstolos e, portanto, como responsáveis pela liderança espiritual das comunidades cristãs. Schneider (2009) afirma que

Nas castas pastorais o *múnus* episcopal já se encontra à caminho do *múnus* monárquico de bispo. O *múnus* agora recebe fundamentação diretamente cristológica: o Cristo exaltado institui o ocupante do *múnus*. Este é representante da ação de Jesus na comunidade e frente à mesma. Esse *múnus* agora também é transmitido por meio de uma ordenação que capacita e compromete para o serviço público junto à comunidade. Esse *múnus* estabilizador e que sustenta a comunidade passa a ser indispensável à medida em que as comunidades se desligam da base judaica e ao mesmo tempo precisam ficar de fora dos sistemas referenciais sociais do mundo helenístico.

E continua:

Desde inícios do segundo século as cartas de Inácio mostram que a constituição episcopal e presbiteral [isto é, dos mais velhos] entrementes já se amalgamara (embora nem de longe em todos os lugares) num sistema de funções de três graus: o ministério do bispo, ao qual se subordinavam os dois colegiados de presbíteros e diáconos. Chega-se assim à forma básica da constituição católica de *múnus*, a qual como mostra com maior clareza a evolução subsequente, realizou principalmente a

estrutura oficial da Igreja, ao passo que a estrutura carismática passou para o segundo plano (SCHNEIDER, 2009, p. 101).

O múnus episcopal, que está relacionado à autoridade e responsabilidade específicas atribuídas ao bispo, abrange o dever, função ou encargo episcopal na tradição católica (SCHNEIDER, 2009; OLIVEIRA, 2014). Assim, o múnus episcopal, que permanece até os dias atuais, abrange: “serviços de liderança e administração da comunidade, cujas tarefas principais está a preservação da unidade e a continuidade da Tradição, clamando por isso, por si só, por uma institucionalização mais forte” (SCHNEIDER, 2009, p. 100).

Diversos relatos atestam essa autoridade e centralidade do bispo na comunidade. Dentre os mais contundentes encontra-se a “Tradição Apostólica” do século II, escrita pelo bispo Hipólito de Roma⁴. Hipólito apresenta o ritual de ordenação de bispo, mesmo que a escolha do bispo se desse pela indicação dos presbíteros e do povo, ocuparia um lugar de governo da comunidade (HIPÓLITO, 1981).

Na tradição católica atual, a nomeação de bispos é feita pela autoridade eclesiástica mais elevada, que, no caso da Igreja Católica Romana, é o Papa (FRÖHLICH, 1987). Os candidatos são selecionados com base em critérios específicos, incluindo sua formação teológica, experiência pastoral e fidelidade à doutrina católica. Faus (1996), ao questionar esse sistema de eleição de bispos atual, cujo papa eleger sozinho o novo bispo e não mais a comunidade local, confirma o processo de institucionalização do episcopado já nos primeiros séculos do cristianismo:

Historicamente falando, a evolução mais provável parece ter sido essa: os Apóstolos, ao fundarem igrejas e enquanto eles viviam, deixam à frente destas algumas pessoas ou grupo (“presbíteros” ou “bispo”: nomes todavia intercambiáveis). Ao morrerem, os Apóstolos recomendam

⁴ “Que se ordene [*cheirotonein*] como bispo aquele que, sendo irrepreensível, tenha sido eleito por todo o povo. Quando seu nome for revelado e este tiver aceitado, se reunirão num domingo o povo com o presbitério e os bispos que estiverem presentes. Com o consentimento de todos, os bispos lhe imporão as mãos enquanto o povo permanece de pé. Todos conservem-se em silêncio rezando em seu coração para que desça o Espírito. Depois disso, em nome de todos, um dos bispos lhe imporão as mãos” (HIPÓLITO, 1981).

cada igreja, indiferentemente, a uma pessoa ou ao grupo dirigente, até que o grupo ou a igreja acabam por eleger alguém (FAUS, 1996, p.16).

Mesmo em seus estágios iniciais, o cristianismo já apresentava uma concepção monárquica do epíscopo, destacando o bispo como o líder máximo da comunidade local com o papel específico de santificar, ensinar e governar. Todavia, foi preciso chegar ao Concílio de Trento no século XVI para que se definisse claramente o perfil e funções do epíscopo, bem como sua eleição. Trento, buscando responder aos desafios de sua época, define os critérios para ser bispo:

Todo aquele que, daqui em diante, for colocado à frente de uma igreja catredalícia deverá não só possuir com plenitude todas as qualidades que pedem os cânones (de idade, nascimento, costumes, vida e outras), como também deverá ter sido ordenado [presbítero] pelo menos seis meses antes. Se a cúria não tiver nenhuma notícia que lhe permita estar a par dessas informações, ou se esta não for recente, então, os legados da sede apostólica ou os núncios de cada província eclesiástica, ou seu ordinário, ou – na falta deste – os bispos vizinhos encarreguem-se de averiguá-lo. Além de tudo isso, o eleito deve ter uma ciência tal que possa satisfazer as exigências do cargo que vai receber. Por isso convém que antes tenha-se mostrado apto para ensinar, obtendo em alguma universidade o título de mestre de estudos, ou de doutor, ou seja licenciado em teologia ou em direito canônico, ou pelo testemunho público de algum centro (*academiae*). Se se trata de um religioso, que os superiores de sua ordem deem um testemunho semelhante (DENZINGER, 1997, p. 689).

Longe das lideranças carismáticas das primeiras comunidades, o bispo agora precisa ter uma série de características e conhecimentos que lhe garantam o bom exercício de seu ministério. Tais exigências refletem o elevado nível de institucionalização que o episcopado agora se encontra. O pastoreio agora deve ser munido de uma autoridade acadêmica, bem como deixa de ser uma escolha do povo e passa a ser uma decisão de Roma (FRÖHLICH, 1987; DENZINGER, 1997).

O mesmo concílio chega a proclamar dogma tal forma de eleição: “se alguém diz que os bispos nomeados pela autoridade do papa não são bispos

legítimos e verdadeiros, mas uma invenção dos homens, seja anátema” (DENZINGER, 1997, p. 720). A Sé de Roma agora define suas lideranças segundo seus interesses, apesar de consultar as autoridades locais, ainda que também clericais (CONGAR, 1997).

Esse perfil de liderança institucional e hierárquica se perpetuaria até o século passado, apesar de algumas concessões e adequações sócio-históricas, como a eleição e atuação de bispos no Padroado, onde o papa concede ao rei de Portugal a prerrogativa de escolha dos bispos em seu reino em troca de seu apoio (LIMA, 2017; XAVIER et OLIVAL, 2018). Contudo, em todos os casos, a compreensão de uma Sucessão Apostólica, ou seja, uma linhagem legítima que liga os bispos até os Apóstolos, está estabelecida. A legitimidade e poder de um bispo católico estaria em sua genealogia eclesiástica, recebida do bispo que o consagrou, até chegar os primeiros bispos e o apóstolo que os ordenou⁵. Esta linha sucessória seria conseqüentemente a garantia da Tradição católica.

O episcopado, tanto os bispos quanto sua coletividade, propostos pelo Concílio de Trento, seguem eclipsados e submissos ao papa, tomado como um “super” bispo, até o Concílio Vaticano I. Este penúltimo concílio, interrompido pela guerra (DIEKMANN, 2019), o qual afirma a infalibilidade papal como dogma. Somente com o Concílio Vaticano II é que o episcopado passará por revisão, ou melhor, adaptação (CONGAR, 1997).

Com o afã de dialogar com o mundo moderno, esse último concílio da Igreja Católica, convocado pelo Papa João XXIII e realizado entre 1962 e 1965, representou um marco significativo na história da Igreja Católica e promove uma mudança de perspectivas sociais e teológicas, reelaborando termos e estabelecendo um novo modelo eclesiológico (CONGAR, 1997; LIMA, 2013). Deste modo, é possível verificar rebatimentos no episcopado. Para Santoro (2015):

O Vaticano II realizou uma virada copernicana a respeito da tradição medieval que tinha influenciado a teologia e o magistério até a vigília (ou quase) do Concílio sobre a concepção mesma do episcopado. A teologia medieval via o ministério em função da eucaristia, único centro vinculante da vida da Igreja; e o ministério episcopal era

⁵ A Rádio Vaticana, órgão oficial do Vaticano, apresenta a sucessão apostólica do Papa Francisco, ou seja, a genealogia episcopal (DELL'OMO, 2013).

compreendido como ampliação do ministério sacerdotal, uma dignidade superior, atuando uma distinção e separação entre *ordo* e *iurisdictio*, entre *potestas ordinis*, em referência à dimensão sacramental, e o poder ligado ao ofício e, portanto, dependente da canônica *determinatio*. O Concílio, ao invés, nos entregou uma visão de episcopado como plenitude do ministério, vendo no ministério sacerdotal uma participação gradual nesta única *ordo* (cf. LG 21). Com a ordenação episcopal, é transmitido ao bispo o triplice *múnus* (sacerdote, mestre e pastor), dando um primado ao sacramento sobre a determinação canônica que no passado era vista, não só como *conditio* para o lícito exercício do ministério episcopal, mas a fonte mesma para seu exercício. Já na reflexão teológica antes e durante o concílio esta nova visão sacramental do episcopado emergiu, graças à contribuição determinante de Congar que, precisamente naqueles anos, publicara textos-chaves (SANTORO, 2015, p. 32-33).

Durante o Vaticano II, o episcopado foi um dos temas centrais discutidos, refletindo uma evolução significativa na concepção da autoridade e responsabilidade dos bispos na Igreja (LIMA, 2013). O Concílio Vaticano II, no entanto, visou restaurar a colegialidade episcopal e reconhecer os bispos como colaboradores ativos na condução da Igreja (CONGAR, 1997). O concílio também buscou renovar e adaptar a Igreja ao mundo contemporâneo, promovendo uma abertura ao diálogo ecumênico, uma maior participação dos leigos e uma compreensão mais atualizada do papel dos bispos.

O impacto do Concílio Vaticano II na visão do episcopado foi significativo ao promover uma abordagem mais colegial e participativa na governança da Igreja. Os bispos passaram a ser vistos como líderes ativos e corresponsáveis, não apenas nas suas dioceses, mas também no contexto mais amplo da Igreja universal. Esse paradigma influenciou subsequentes desenvolvimentos eclesiais, moldando a forma como os bispos percebem seu papel na contemporaneidade. Sem essa virada copernicana estabelecida pelo Concílio, não seria viável a leitura social dos bispos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desde seus primórdios até a atualidade. Tanto bispos conservadores quanto revolucionários, teriam outro *ethè*⁶ episcopal.

⁶ Plural grego de *ethos*. Pode se referir à disposição moral, ética ou caráter distintivo associado aos bispos, ou à liderança eclesiástica (CONGAR, 1997).

Inegável é a relevância da figura do bispo na sociedade, desde suas raízes nas comunidades recém-fundadas pelos apóstolos nos primeiros séculos da era cristã, passando pela gestão de grandes latifúndios medievais, até o modelo sinodal proposto pelo Papa Francisco. A influência do bispo transcende as fronteiras locais, alcançando impacto ao nível nacional e internacional, interferindo na vida tanto dos fiéis sob sua custódia religiosa quanto daqueles fora de sua esfera de influência.

A variabilidade das percepções do bispo na Igreja observada a partir do concílio, identificada durante a análise do episcopado entre 2013 e 2018. Esse período abrangeu os pontificados dos Papas Bento XVI (2005-2013) e Francisco (2013-atual), líderes com visões teológicas e pastorais distintas (SANTANA, 2022). O Papa Bento XVI, conhecido por sua postura teológica conservadora, e o Papa Francisco, cujo pontificado começou em 2013, introduziu uma abordagem pastoral mais progressista e atenção às questões sociais contemporâneas. Estas novas perspectivas moldam não apenas as atitudes dos bispos, mas também as dinâmicas mais amplas que envolvem o conservadorismo e progressismo na instituição eclesiástica.

Mas o que seria afinal um bispo? Como afirma Schneider (2009), definir o episcopo é tarefa laboriosa pela transitividade histórica:

De acordo com a moderna compreensão católica, a consagração sacerdotal se articula nos graus da consagração⁷ a diácono, a presbítero e a bispo. A inter-relação e delimitação dos três serviços, porém, não é fácil de precisar. Ela nem sempre foi a mesma em todas as épocas da história eclesiástica. Também a tentativa de estabelecer um perfil do bispo, do sacerdote e do diácono para nossos dias, com base nos enunciados do Concílio Vaticano II e na liturgia de consagração hoje em vigor, somente é possível de maneira insuficiente, sobretudo no caso do bispado. A consagração episcopal acontece num ato colegiado por meio de vários bispos. Com isso fica evidente: **o bispo é membro do colégio episcopal**, portanto, corresponsável pela Igreja além dos limites de seu episcopado (LG). Com a entrega do báculo é

⁷ Consagração ou ordenação é o nome dado ao ritual onde os católicos se tornam diácono, padre e bispo. Estes três cargos ou ministérios consistem nos três graus da ordem, ou seja, os três níveis hierárquicos na Igreja católica romana, sendo o diácono o primeiro e menor, e o bispo o maior. Vale ressaltar que até cardeais e mesmo o papa, estão alocados nesta ordem hierárquica, sendo que o papa tem lugar especial entre os bispos.

simbolizada a direção da Igreja local, com a entrega do evangeliário, a missão da pregação, com a unção da cabeça, a tarefa de representar a Cristo. A ligação com a Igreja local é representada de modo especialmente clara com a entrega do anel (SCHNEIDER, 2009, p. 318).

Logo, na compreensão católica atual, o bispo é um homem católico que após ser ordenado (ritualmente nomeado) diácono e padre, é escolhido pelo papa para dirigir uma comunidade de fiéis presentes numa região chamada diocese ou igreja local com objetivos específicos: santificar, ensinar e governar⁸. A diocese, para fins didáticos, assemelha-se a um estado em um país, reunindo diversas “prefeituras”, as paróquias (FILLUS, 2015). Alocadas por todo o território brasileiro, as dioceses estão subdivididas em paróquias, todas administradas por um bispo nomeado por um papa.

Esta circunscrição eclesiástica, representada pela diocese, é uma igreja católica legítima, sendo chamada de igreja local (FILLUS, 2015). Todavia, esta igreja não é independente ou autônoma, ela deve estar em comunhão, ou seja, intimamente unida e ciente de que pertence a uma igreja maior, cuja garantia de unidade e plenitude seria função do bispo de Roma, o papa. Deste modo, todos os bispos do mundo inteiro devem expressar esta ligação no chamado colégio episcopal (CONGAR, 1997; FILLUS, 2015).

O bispo, portanto, está ligado a um território local e, ao mesmo tempo a toda a igreja mundial, não podendo desvincular-se de nenhum desses dois polos. O bispo auxiliar, geralmente um bispo mais novo, é chamado para ajudar um bispo titular de uma diocese muito grande (DELGADO & MARQUES, 1976) como as arquidioceses do Rio de Janeiro e de São Paulo. Mesmo esses bispos precisam de uma diocese particular, e como uma diocese só pode ter um bispo titular, a tradição católica nomeia os auxiliares como bispos de dioceses extintas ou sem fiéis, como nos territórios dominados pelos mulçumanos.

⁸ Os bispos que, por divina instituição, sucedem aos Apóstolos são constituídos, pelo Espírito que lhes foi conferido, pastores na Igreja, a fim de serem também eles mestres da doutrina, sacerdotes do culto sagrado e ministros do governo. Pela própria consagração episcopal, os Bispos recebem, juntamente com o múnus de santificar, também o múnus de ensinar e de governar, os quais, porém, por sua natureza não podem ser exercícios, a não ser em comunhão hierárquica com a cabeça e com os membros do Colégio (Código de Direito Canônico, Cânone 375)

Para que um fiel católico seja “feito” bispo atualmente, além de ser do sexo masculino, deve necessariamente preencher algumas exigências previstas pelo Código de Direito Canônico, que contaram na sua inclusão na chamada lista tríplice. Esta consiste numa lista com o nome de três possíveis nomes de padres para ser elevado à ordem episcopal (CONGAR, 1997). Esta lista é feita no mínimo a cada três anos secretamente por um bispo ou superior de comunidade religiosa (mosteiros) e enviada para a Cúria Romana que, auxiliada pelo núncio apostólico⁹, decidirá na escolha do candidato e para qual lugar será destinado.

Para FLORISTÁN (2000):

à nomeação dos bispos, por ser um ato básico para o desenvolvimento da pastoral das Igrejas locais e da Igreja universal, é natural que intervenham todas as instâncias da comunhão eclesial: a diocese (mediante os conselhos, presbíteros e pastoral, que apresentam a lista de candidatos), a conferência episcopal (que escolhe da lista, por meio de uma comissão especial, o mais adequado, ou propõe, seguindo critérios razoáveis, outro candidato) e a Santa Sé (que confirma como responsável, salvo em casos especiais, o bispo escolhido). Procura-se assim evitar a influência nefasta de certos interesses políticos ou a imposição de uma lista pastoral distante do povo e do Vaticano II (FLORISTÁN, 2000, p. 270).

Dessa forma, a influência de Roma nas relações sociais dos territórios onde existem bispos persiste, determinada pela escolha dos candidatos e dos locais de atuação. Essa influência pode ser moldada pelo perfil e ideologia do papa em exercício, que pode optar por fortalecer ou enfraquecer determinados grupos por meio das nomeações episcopais. Assim, de dentro do Vaticano, o papa pode orientar um bispo a expressar críticas aos governantes ou a adotar uma postura mais conciliatória. Essa estratégia é intensificada em regiões ou países onde a presença católica é significativa no imaginário cultural. No entanto, é crucial notar que essa dinâmica contemporânea contrasta com os primórdios do cristianismo, quando a figura influente do bispo foi gradualmente estabelecida e reformulada ao longo do tempo.

⁹ O núncio apostólico assemelha-se a um embaixador do papa em determinado território, gozando de todas as prerrogativas de um membro diplomático onde existirem acordos com a Santa Sé.

Dessa maneira, à medida que se explorou a dinâmica contemporânea do episcopado na Igreja Católica, é intrigante observar como ela se distancia, em alguns aspectos, dos primórdios do cristianismo. Essa mudança destaca uma evolução na estrutura de poder, passando de uma dinâmica mais comunitária para uma abordagem mais institucionalizada. Essa reflexão sobre a evolução do episcopado destaca a complexa interação entre tradição e mudança na Igreja Católica. A compreensão contemporânea do papel dos bispos reflete não apenas a continuidade da linhagem apostólica, mas também a adaptação às necessidades e desafios do mundo moderno, proporcionando uma visão multifacetada da trajetória histórica da Igreja.

1.3.2 Colegialidade: Revisão e Expansão

O Vaticano II explicitou uma compreensão sacramental da Igreja e viabilizou que o perfil profético (mais comprometido com a realidade social) dos bispos deixasse as periferias do *orbi* católico e ganhasse legitimidade, não eliminando a compreensão da estrutura hierárquica e jurídica da Igreja, historicamente consolidada sob o comando de seu Sumo Pontífice. Essa mudança reflete a aceitação atual da compreensão do episcopado como um colegiado, e sua evolução é delineada por meio dessa abordagem renovada.

Nesse contexto, os bispos brasileiros também adotam essa nova perspectiva da ação do episcopado brasileiro, embora não sem conflitos internos. Durante o Concílio Vaticano I, o dogma da Infallibilidade Papal colocava os bispos em uma posição secundária, reduzindo-os a meros delegados do Papa. No entanto, o Vaticano II confrontou essa visão, considerando a autoridade suprema a ser reconhecida ao Colégio dos Doze, tendo o Papa como cabeça (SANCHEZ, 2015).

Tal mudança na hierarquia católica se dá pelo retorno à categoria de “Povo de Deus”, resgatada pelos participantes do Vaticano II na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*:

Os padres conciliares começaram a sinalizar o desejo de mudança na eclesiologia quando rejeitaram, por seu caráter jurisdicista, clericalista e triunfalista, o primeiro esquema preparado pela comissão curiácia sobre o

mistério da Igreja, denominado *De Ecclesiae* militantes natura. E assim, Concílio proporcionou a possibilidade da virada clássica, que de novo trouxe à Igreja o vigor de ser considerada povo de Deus, de tal modo que a categoria acabou por se tornar a síntese e o símbolo de toda a eclesiologia conciliar. Expressou isso concretamente Yves Congar na então nascente revista *Concilium*, no que foi um dos primeiros escritos sobre a eclesiologia conciliar: "A Igreja como povo de Deus" (CAVACA, 2013, p. 113).

Ao adotar o modelo do Povo de Deus, a Igreja desloca-se da centralidade hierárquica, proporcionando a todos os batizados um lugar significativo. Os clérigos são compreendidos como ministros a serviço do Povo de Deus que vive no mundo, agora voltado não apenas para a vida futura, mas também para a realidade histórica e material. Papado, episcopado e laicato são reelaborados, embora sem abandonar completamente os resquícios da estrutura hierárquica anterior.

Com uma visão expandida da missão da Igreja no mundo moderno, os pastores designados para liderar o Povo precisam ser reavaliados. Como atesta a *Lumen Gentium*¹⁰, documento produzido durante o Concílio, ao usar mais vezes a expressão *cum Petro* (com o Papa) e não *sub Petro* (abaixo do Papa), sinaliza que reposicionar o episcopado é questão fundamental para que a compreensão de Igreja autoritária e centralizadora, tornando-a acessível à Modernidade. Sem abandonar a teologia da infalibilidade papal e seu poder universal, o papado é compreendido em relação-comunhão com o episcopado, não mais como monarca acima dos bispos.

Assim, a categoria teológica da colegialidade ganha destaque, teoricamente modificando a hierarquia católica. O modelo piramidal, com o Papa sobre todos, dá lugar a uma abordagem helicoidal, onde o Papa é o *primus inter pares*, um bispo especial entre os outros bispos, embora com poder universal. Os bispos, portanto, são parte de um todo, o colégio episcopal, cujo papa, ocupante da Sé de Pedro, que exercia a liderança no colégio dos Apóstolos, é garantidor da manutenção desta unidade. O papa, deste modo, é compreendido dentro da colegialidade como os demais bispos, mas com caráter excepcional

¹⁰ Documento normativo produzido pelo Vaticano II. Igualmente, o documento *Christus Domminus*.

de uma liderança que, segundo o Vaticano II, é uma exigência intrínseca do colegiado e necessária para os outros bispos individualmente.

Na nova interpretação do antigo costume, a colegialidade episcopal é resgatada como reflexo e continuação do “Colégio dos Doze”, perpetuando a missão dos Apóstolos dada por Cristo junto – e não acima – do Povo de Deus (VATICANO, 2024). Esta colegialidade entre os bispos é evidenciada já na ordenação de um novo bispo, a qual se dá pela imposição de mãos por outro bispo principal, unido com outros dois bispos, de maneira que “na própria Ordenação de cada bispo, manifeste-se a índole colegial da Ordem Episcopal” (OBPD, 2007, p. 20). Todas as ações de um único bispo devem ter como parâmetro a colegialidade episcopal, ou seja, visando sempre a comunhão afetiva e pastoral para com os outros bispos católicos, não apenas localmente, mas ao nível regional, nacional, continental e global, sob a liderança do bispo de Roma.

Como desdobramento da *Lumen Gentium*, mais voltada para a Igreja na totalidade, o Vaticano II apresenta um segundo documento, o Decreto Conciliar *Christus Dominus*, tratando especificamente do múnus episcopal. De caráter mais pastoral, este decreto, que oferece os pressupostos teológicos e jurídicos para o exercício do episcopado, sela a compreensão de que os bispos são divinamente constituídos pastores e sucessores dos Apóstolos, e por isso, indissociáveis do colegiado presidido pelo Papa. Sendo assim, Pacondes (2013), ao sintetizar a teologia episcopal proposta na *Christus Dominus*, conclui:

O Colégio Episcopal tem por infalibilidade no magistério quando os bispos, juntamente com o Romano Pontífice, os exercem reunidos em Concílios Ecumênicos e, como condutores e juízes da fé e dos costumes, declaram definitivamente para toda a Igreja o que se deve observar. Outra forma do exercício da Colegialidade Episcopal é o chamado afeto colegial quando os bispos se reúnem para promover uma ação pastoral comum de diversas dioceses próximas ou uma Conferência dos Bispos, Regional, Provincial, a Cúria Romana, as Visitas *ad limina*¹¹, a colaboração missionária etc. (PACONDES, 2013, p. 375).

¹¹ Os bispos do mundo inteiro são obrigados a fazer uma visita ao túmulo do Apóstolo Pedro em Roma e ao Papa periodicamente. Esta visita é chamada Visita *ad limina*.

Apesar da centralidade do Papa na eclesiologia do Vaticano II, iniciativas que favorecem ações entre os bispos ganham espaço: conferências episcopais, ações regionais e provinciais, bem como sínodos, demonstram a crescente importância da colegialidade episcopal. Ainda com a intromissão e necessária aprovação da Cúria Romana¹², os bispos podem se reunir em agremiações menores, também expressão da colegialidade episcopal. Desta forma asseguram, dentro do possível, uma ação pastoral menos eurocêntrica e mais comprometida com as singularidades da realidade em que estão inseridos, como seu país, a exemplo do caso das conferências episcopais.

1.3.3 Conferências Episcopais

A estrutura organizacional da Igreja Católica, presente em diversos países, é constituída por dioceses, que formam uma Igreja universal composta por unidades locais. No entanto, dada a diversidade em termos de extensão territorial e demografia das muitas dioceses existentes, surgiu a necessidade de criar instâncias que permitissem que diversos bispos enfrentassem desafios semelhantes, promovendo efetivamente as propostas católicas.

Esse processo resultou na formação das conferências episcopais, cujas iniciativas remontam ao século XIX, antecipando sua aprovação papal. No entanto, seu desenvolvimento ao longo do tempo levou à sua disseminação em vários países, sendo que em 1966 Paulo VI tornou obrigatória a criação de conferências nos territórios que ainda não as tinham voluntariamente até então (BARROS, 2005, p. 210).

As conferências episcopais ocupam uma posição tensionada entre o ministério petrino (Papa e Cúria Romana) e as Igrejas locais, garantindo uma autonomia relativa. Essa autonomia é fundamental para a compreensão da totalidade e autoridade do bispo em sua igreja, sem comprometer a colegialidade e a universalidade do Catolicismo:

¹² Além da vigia constante da Congregação para a Doutrina da Fé com suas revisões de estatutos e ações propostos pelos bispos e conferências episcopais, alguns documentos foram emitidos como Exortação Sinodal *Pastores Gregis* (João Paulo II), Diretório para o ministério pastoral dos bispos *Apostolorum Successores* (Congregação para os bispos), além da promulgação do Catecismo da Igreja Católica e o Código de Direito Canônico (ambos decretados por João Paulo II).

A unidade e a pluralidade são os polos da comunhão católica que o colégio em si encarna e exprime. As duas visões teológicas da colegialidade que emergem são aquela universalística do colégio, qual órgão que gere a Igreja Universal junto ao papa, onde a dimensão local é diminuída; ou uma colegialidade que parta das Igrejas locais na unidade da Igreja Universal, onde esta perspectiva mais sinodal favorece – segundo quanto já a tradição patrística revela - um diferente gradualismo nas relações entre os bispos antes ao nível regional/nacional e depois mais universal para as questões mais importantes. Esta última visão corresponde ao critério enucleado por um antigo princípio, retomado por Congar: *quod omnes tangit ab omnibus tractari debet*.¹⁸ Isto garante também certa autonomia ao episcopado que não “dependeria *in toto* de Roma”, mas quer dizer: retomar o princípio de “subsidiariedade” e do papa como princípio e fundamento da comunhão eclesial, garantia da autenticidade da fé, mas não o super-bispo do qual os outros dependam. Isto abre amplo debate sobre o papel das conferências episcopais, os sínodos regionais ou nacionais, e o papel das novas formas de colegialidade sobre as quais hoje estão refletindo (SANTORO, 2015, p. 41-42).

Impulsionadas pelo Concílio Vaticano II, as conferências proporcionam a subsidiariedade dos bispos, devolvendo-lhes a condição de verdadeiros pastores de suas igrejas. Estas, por sua afinidade geográfica, conquistam maior autonomia em seu caminhar, desvinculando-se da dependência do “super-bispo” de Roma. O próprio Vaticano II, no *Christus Dominus*, dá testemunho da importância das conferências episcopais para o pleno desempenho do ministério dos bispos conforme as exigências locais. Essas conferências são definidas como uma assembleia na qual os bispos de uma nação ou território exercem conjuntamente seu *múnus* pastoral, visando o bem maior oferecido pela Igreja aos homens.

Assim, as conferências consistem na expressão da colegialidade dos bispos, definida pelo Vaticano II. Na verdade, as conferências são uma exigência da própria colegialidade, que se manifesta regionalmente, não como mera imposição canônica. Existem condições relacionadas ao pastoreio local que implicam na manifestação do Colégio na forma de suporte e mútua colaboração, visando o exercício ministério dos bispos. Como bem avalia Sesboüé (2001, p.226), diante dos desafios modernos impostos “um bispo não é mais capaz, a

título pessoal, de fazer face à complexidade dos problemas que lhe são colocados, que as fronteiras entre dioceses nunca foram tão porosas e que decisões e orientações doutrinárias comuns se impõem a uma evangelização crível”.

À medida que a modernidade avança, os modelos tradicionais de território cedem lugar a novos espaços de sociabilidade religiosa, como a vida urbana e virtual, assim como a vinculação afetiva. Nessa dinâmica, os problemas agora ultrapassam fronteiras, envolvendo diversos territórios e circunscrições eclesiais. As conferências se colocam como suporte diante dessa fluidez, oferecendo colaboração mútua em distâncias crescentes.

Sob o influxo do Vaticano II, acrescido também da influência centralizadora de João Paulo II¹³, o Código de Direito Canônico atual deixa claro, já em suas primeiras linhas do capítulo sobre as conferências episcopais, a definição desta:

A Conferência dos Bispos, organismo permanente, é a reunião dos Bispos de uma nação ou de determinado território, que exercem conjuntamente certas funções pastorais em favor dos fiéis de seu território, a fim de promover o maior bem que a Igreja proporcionou aos homens, principalmente em formas e modalidades de apostolado devidamente adaptadas às circunstâncias de tempo e lugar, de acordo com o direito (JOÃO PAULO II, 1983, p. 138).

Fica definido que as conferências são um organismo determinado pela territorialidade, composta por bispos diocesanos, bispos equiparados, coadjutores, auxiliares e outros que exerçam no território uma atividade específica e especial, excluindo o núncio apostólico. Se o cânon 451 garante o direito de a própria conferência redigir seu estatuto, bem como a constituição de

¹³ “Compete exclusivamente à suprema autoridade da Igreja, ouvidos Bispos interessados, erigir, suprimir e modificar as Conferências dos Bispos” (Cân. 449). Os bispos, assim, seguem sujeitos aos critérios de Roma para decidir o destino de sua própria conferência. Assim, juntamo-nos ao questionamento de Barros (2005): Ora, se ao “completar” o Vaticano I, o que quis o Vaticano II, ao explicitar em especial a doutrina sobre o episcopado, foi justamente harmonizar primado e colegialidade, não é hora de se dar às Conferências Episcopais uma maior liberdade de expressão e de atuação? Dadas as diferenças de lugares e circunstâncias, num mundo cada vez mais complexo como o nosso 30, a indicação à Sé romana de candidatos ao episcopado, por exemplo, não poderia ser uma tarefa ordinária das Conferências Episcopais, como manifestação de comunhão e de sensibilidade frente aos problemas pastorais regionais? (BARROS, 2005, p. 210-211). Como diz o velho ditado: *Roma locuta causa finita*.

conselhos e ofícios, tal estatuto deve ser aprovado pela Sé romana, para só então, a referida conferência ser promulgada e conseqüentemente possuir vigência. Logo, os bispos têm toda a liberdade para construir uma conferência consoante as necessidades regionais, desde que estejam no que apraz a Roma.

Outra evidência da autonomia custodiada pelas conferências está na permissão para decretos feitos por ela, visto que é permitido a uma conferência emitir normas com valor de decreto caso, além da aprovação de dois terços dos bispos que estiverem dentro do direito universal e aprovados pela Santa Sé.

No entanto, essa autonomia, sonhada pelo Vaticano II, parece ser podada pelo papado de João Paulo II, que busca uma centralização mais acentuada. Esse contraste entre a subsidiariedade almejada pelo Vaticano II e as aspirações centralizadoras de Roma delinea a história da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), uma das primeiras conferências episcopais do mundo e possivelmente uma das mais monitoradas pelo Vaticano sob o Papa polonês e seu cardeal alemão.

1.3.4 “A parte podre da Igreja”, a CNBB

A CNBB representa a conferência episcopal em um país marcado como o mais católico do mundo, devido a essa condição e às influências sociais, as reflexões oriundas da Teologia da Libertação desencadearam conflitos com os setores conservadores da Igreja e com os governos. No entanto, é importante destacar que a concepção de uma conferência homogênea em sua totalidade e trajetória é ilegítima.

Dos primeiros movimentos até o ano de 2013, muitas transformações ocorreram. Seguiremos aqui a divisão didática proposta por Godoy (2015) que consiste em 5 fases, abarcando as experiências precedentes até o ano de 2013.

1.3.3.1 Gênese da Conferência

Antes mesmo da oficialização e do reconhecimento canônico de uma estrutura eclesial que coordenasse a pastoral nacional, os bispos do Brasil já realizavam ações colegiais em resposta às transformações decorrentes da queda do Império e à Proclamação da República. O impulso inicial veio do bispo

do Pará, Dom Antônio Macedo, que, em 1890, liderou a primeira reunião do episcopado brasileiro para estabelecer uma nova posição diante da nascente república.

Esta reunião produziu a primeira carta pastoral para o território brasileiro e por consequência, as Pastorais Coletivas. A Carta Pastoral redigida integralmente por Dom Macedo é publicada em 19 de março do mesmo ano. Uma vez que havia participado das formulações das propostas do governo republicano, decorrente de sua aproximação com Rui Barbosa, a carta não trazia tons polêmicos, evidenciando uma aceitação do episcopado pelo fim da associação do Estado e Igreja (SPLENDOR, 2017).

Ao responder um jornal da época, que acusava a Igreja, sempre alarmante, de um silêncio diante da República, o bispo do Pará apresenta o conteúdo da carta em vias de publicação:

Diz o primoroso escritor que os sinos das catedrais, que no tempo do padroeiro tocavam alarme ao mínimo assalto dado aos direitos da Igreja, agora permanecem mudos, depois de decretada a separação da Igreja e do Estado. Não é exato. Os sinos das catedrais não farão ouvir por certo, repiques levianos nem dobres fúnebres, mas chamada amorosa e urgente dos fiéis para a paz, para a concórdia, para a prática da religião e o respeito da lei; isso farão eles breve ecoar e bem alto; e esses ecos hão de repercutir sonoros até as últimas quebradas das montanhas da nascente república" (AZZI, 1976, p. 49).

Deste modo, o referido bispo introduz a Igreja católica numa nova relação com o Estado. Sua liderança frente aos colegas bispos, que assinam sua carta, assegura-lhe o protagonismo da colegialidade neste período. Assim, Macedo reúne mais uma vez o episcopado para nova assembleia na Bahia, onde agora exerce seu episcopado e prepara um concílio dos bispos.

As novas conformações sociais e o crescimento das dioceses no começo do século XX obrigava a Igreja a se adequar. Além disso, sem o patrocínio do Império, novas estratégias de administração eclesiástica se faziam necessárias. Com isto, as dioceses do vasto território brasileiro são divididas em duas províncias: a setentrional e a meridional. A primeira agrupa os bispos do Nordeste e do Norte e a segunda os bispos do sul.

Neste período uma forte liderança episcopal se estabelece: Dom Sebastião Leme, que inicia sua ação na Arquidiocese de Olinda e Recife e falece no Rio de Janeiro, onde se tornará peça fundamental na organização do episcopado e outras lideranças leigas junto à sociedade.

O Episcopado aceita o regime republicano, mas se opõe de forma irredutível à laicização da sociedade e do Estado⁵⁰. Além disso, a hierarquia continuou a se manifestar através da Pastoral Coletiva, mas sob um enfoque disperso, sem força de persuasão, sem proposta concreta que pusesse a Igreja numa posição de destaque junto aos desafios da secularização no país. É nesse contexto que Dom Sebastião Leme desponta na liderança do Episcopado com o desafio de fazer emergir a recristianização no Brasil, pondo em prática o modelo da neocristandade. Sua Carta Pastoral de 1916 é uma verdadeira declaração de guerra a tudo o que é anticatólico. Com Dom Leme, o Episcopado brasileiro encontra sua mais expressiva liderança ao ponto de fazer convergir para si liberais e ultramontanos (VASCONCELOS, 2015, p. 314).

Seja para conservadores quanto progressistas, é inegável a importância do Cardeal Leme para a reocupação do catolicismo na sociedade. É por meio da ação planejada que este arcebispo estabelecerá sua relação com o Estado, através da aproximação com líderes políticos e formação de lideranças católicas leigas, que a Igreja e seus bispos, desenvolverão seu prestígio no Estado laico.

Pela iniciativa de Dom Sebastião, será criado no Rio de Janeiro, capital cultural do Brasil naquele momento, o Centro Dom Vidal, que atrairá intelectuais católicos como Jackson Figueiredo, Alceu Moroso Lima, Afonso Celso e Augusto de Lima, garantindo uma interpretação católica tradicional do campo social brasileiro. Também serão criados neste período a Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), a Liga Eleitoral Católica e a Ação Católica Brasileira (ACB), todas visando uma ofensiva católica.

Neste esteio, chega em 1936 o jovem padre Hélder para auxiliar o Cardeal Câmara. Padre Hélder, de perfil dinâmico, logo assume como assistente geral da Ação Católica e, uma vez que se torna conselheiro da nunciatura apostólica no Brasil, passa a gozar de grande prestígio e conhecimento entre o episcopado brasileiro.

Os trabalhos de articulação do episcopado brasileiro iniciados por Dom Macedo e ampliados por Dom Leme ganharam impulso e institucionalização através do grande arquiteto da CNBB, o futuro Dom Helder:

Um dia (sou fraco em datas), vi-me nomeado assistente geral da Ação Católica Brasileira. Em uma célebre Assembleia Geral da Ação Católica, os bispos presentes (recordo-me, entre outros, de d. Antonio Cabral, d. Fernando Gomes e de d. José Delgado) exigiram a criação de um Secretariado Nacional da Ação Católica. Lançaram até um desafio fraterno: se o Secretariado fosse fundado, depois de seis meses de funcionamento, os bispos do Brasil se encarregariam de mantê-lo. [...] O Secretariado Geral da Ação Católica Brasileira, com o apoio de nuncios apostólicos, como d. Carlos Chiarlo e d. Armando Lombardi, e a alta proteção de d. Jaime e de d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, começou inclusive a promover Encontros Regionais de Bispos, como o dos prelados da Amazônia e o dos prelados do Vale do São Francisco. Estava madura a ideia da CNBB. Em um País de dimensões continentais, impunha-se um secretariado que ajudasse os bispos a equacionar com segurança os problemas locais, regionais e nacionais, em face dos quais a Igreja não pode ser indiferente. Aproveitando um bom pretexto para uma primeira viagem a Roma, fui expor o sonho da CNBB ao então subsecretário de Estado do Santo Padre Pio XII, S. Exa. Mons. Montini. Ia como representante dos anseios de numerosos bispos, e viajei com o apoio precioso do senhor nuncio e dos senhores cardeais do Rio (d. Jaime) e de São Paulo (d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota) (CÂMARA, 1977, *apud* CNBB, 2017).

Com este testemunho, o chamado “Dom” mostra como sua atuação, apoiada pelo nuncio Dom Chiarlo, foi fundamental para a gênese institucional da conferência episcopal brasileira, cuja missão consiste em auxiliar os bispos a planejar ações considerando a realidade local, regional e nacional.

Apesar das solicitações para adequações mais tarde por João Paulo II, o “DNA” da CNBB está formado com a proposta de Dom Hélder Câmara, que inicialmente era conservador, tendo se associado por alguns anos ao Integralismo. Todavia, mais adiante, usará sua posição para conduzir a conferência em uma virada progressista e social, que anos depois a levará a ser chamada de “parte podre da Igreja”, entre grupos extremistas.

1.3.3.2 Primeira fase: 1952 a 1964

Apesar de nascer já com o título de Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, congregando todos os bispos brasileiros, a CNBB, em seus primeiros dez anos, não permitia voto de todos. Nas cinco primeiras Assembleias Gerais, somente os bispos metropolitanos possuíam direito de voto. Os outros bispos eram representados por aquele bispo responsável por uma determinada região, composta pela diocese dos bispos não votante.

Todavia, todos os bispos participavam da conferência através das comissões divididas por províncias que preparavam as assembleias nacionais. Logo, os bispos de determinada província se articulavam em torno do bispo metropolitano que, por sua vez, representando a realidade e anseios dos bispos de sua região, atuava e votava. Neste período, somente os metropolitanos podiam votar e ser votados para a presidência da CNBB.

Em todo caso, vale ressaltar que a CNBB nasce com esse nome, que abrange a totalidade dos bispos do Brasil, e como um organismo baseado no fundamento das províncias eclesiais, como órgãos de discussão e na representação dos bispos sufragâneos através dos metropolitanos. Nesse âmbito das províncias, todos participam e da Comissão Permanente, encarregada de se pronunciar em nome de todo o episcopado e eleger o presidente da entidade, somente os metropolitanos são membros de pleno direito, podendo votar e ser votado. Pela pouca funcionalidade das províncias, como órgãos representativos dos bispos junto à CNBB, logo nos primeiros anos elas foram extintas e os bispos puderam participar plenamente das Assembleias. O que fica claro em tudo isso é que a CNBB, desde os primórdios, vai se modificando no sentido de priorizar a comunhão e a corresponsabilidade de todos os seus membros, deixando de lado distinções advindas do cargo ou título eclesial (GODOY, 2015, p. 134).

Assim, o modelo de organização é modificado já nos primeiros anos: são desfeitas as províncias e todos os bispos passam a assumir igual responsabilidade no órgão e nas comissões, refletindo então a colegialidade

pretendida em detrimento de uma hierarquia ligada ao *status* na Igreja, como no caso dos cardeais que ocuparam as primeiras eleições de presidência.

Em seu desenrolar histórico, a CNBB vai crescendo em representatividade nacional e internacional. Dom Hélder, que foi secretário geral durante os doze primeiros anos e por seu prestígio com os núncios apostólicos e mesmo com o então secretário do Papa Pio II, cardeal Montini, que depois se tornará o Papa Paulo VI, garantiu grande apoio na criação, aprovação de estatutos e documentos. É com a ação de Helder Câmara que o cargo de secretário-geral se torna fundamental, permanecendo assim influente e dinamizador, até os dias atuais.

Nesta primeira fase surgem organismos internos e relacionados, bem como eventos e ações nacionais e internacionais. Em 1954 é criada a CRB, Conselho dos Religiosos do Brasil. Em seguida, o Instituto Nacional de Catequese, o Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social (CERIS) e o Serviço de Cooperação Apostólica Internacional (SCAI).

No ano de 1961, já sinalizando uma perspectiva mais social, a Conferência funda o MEB, Movimento de Educação de Base, que atuará na educação popular, apesar de toda a perseguição militar que se estabelecerá a tal proposta. No ano seguinte, como resposta à solicitação explícita do Papa João XXIII¹⁴, é lançado o primeiro plano de pastoral, o Plano de Emergência:

A carta de João XXIII teve repercussão imediata no Brasil e a CNBB interpretou sua mensagem como uma ordem e uma tarefa para toda a Igreja. Em 1962, ao completar dez anos, sentia-se em condições de propor um plano para toda a nação brasileira. O episcopado brasileiro reunido na V Assembleia Geral Ordinária da CNBB, nos primeiros dias de abril de 1962, com a presença de 135 bispos, representando 166 Circunscrições Eclesiásticas, 12.000 sacerdotes, 4.000 religiosos leigos, 35.000 religiosas, 25.000 seminaristas, 4.500 paróquias e todos os católicos do Brasil discutia e aprovava o “Plano de emergência para

¹⁴ JOÃO XXIII, 1962. *Carta ao Episcopado da América Latina*. Reagan (ao resumir os anseios de João XXIII presentes na Carta afirma: “Onze dias depois da coroação como Papa, dirigindo-se aos membros do Conselho Episcopal Latino-americano, falando sobre as formas de promover a renovação espiritual no Continente, ele sugeriu: uma visão de realidade; - um plano de ação realista, previdente quanto aos fins, racional quanto aos meios, catalisador de forças, no respeito às legítimas liberdades; - corajosa e perseverante execução do plano, com revisões que o adaptem às novas situações; - larga colaboração com todas as forças que desejem ajudar a América Latina” (p. 219).

toda a Igreja do Brasil”. Por meio dele, o episcopado pretendia garantir uma presença vital da Igreja na sociedade brasileira, propondo não apenas salvar as almas como também libertar a Nação das ameaças do comunismo, das concepções desagregadoras da família, da mentalidade laica que predominava entre os governantes do país, do egoísmo econômico, responsável pelos crescentes desequilíbrios sociais (REGAN, 1986).

As muitas ideias presentes no referido plano são inovadoras e em certo sentido antecipam as diretrizes do Vaticano II. Logo, com o Concílio, “a CNBB entra de fato numa nova e rica fase de sua história” (GODOY, 2015, p. 134). Já durante as sessões do Vaticano os bispos brasileiros, hospedados na mesma residência, passam a assistir conferências de teólogos renovadores, que permitiram que muitos prelados brasileiros revissem “seu catolicismo”.

1.3.3.3 Segunda fase: De 1964 A 1970

A segunda fase, período em que é lançada a primeira Campanha da Fraternidade (“Lembre-se, você também é Igreja”) é caracterizada por disputas internas com um grupo de bispos descontentes com os rumos políticos da CNBB, já em articulação no fim da primeira fase, mas agora estruturada para confrontar os apoiadores de Dom Helder. Com regionais definidos, cinco no período, os bispos elegeram o primeiro presidente não cardeal: Dom Agnelo Rossi.

Com uma eleição realizada com votos de todos os bispos, esta evidenciou o descontentamento deflagrado com a renúncia feita pelo Cardeal Jaime Câmara à sua presidência, que teria entrado em atrito com seu bispo auxiliar e secretário geral, Helder Câmara. Assim, a eleição de Agnelo Rossi evitou que o candidato Dom Fernando Gomes de Souza, alinhado com Dom Helder que defendia um engajamento social da Igreja, fosse eleito o novo presidente. Assim, a CNBB se adequa a uma nova visão, apesar de seguir estruturando ações para o território nacional:

Durante o Concílio, foi emergindo com força o descontentamento de um grupo de bispos com a condução da CNBB, sobretudo por causa da atuação clara de Dom Helder em questões políticas sempre alinhadas com uma

perspectiva social em defesa dos pobres. Era tempo do governo de João Goulart, com o qual Dom Helder mantinha boas relações, apoiando seus projetos, ainda que pesasse a acusação de identificação com o comunismo, com o esquerdismo. [...] Essa é uma velha batalha do episcopado. Trata-se da questão dos métodos indutivo e dedutivo: de onde se deve partir na pastoral, da realidade ou da doutrina? Também serve para caracterizar a mudança de rumo na CNBB: com a equipe de Dom Helder, a hegemonia era do método indutivo; agora, o ponto de partida seria a doutrina. Com a saída do grupo de Dom Helder do comando da CNBB, dá-se também a episcopalização e a clericalização da entidade, pois deixam de ter influência na Conferência os leigos da Ação Católica, do Movimento de Educação de Base e das frentes de animação dos sindicatos rurais (GODOY, 2015, p. 134).

A oposição a uma CNBB na linha de Dom Helder não se fez vitoriosa somente na direção desta entidade, mas também no remanejamento dos bispos de alinhamento social para dioceses menores e com pouca influência. O próprio Dom Helder Câmara deixa o Rio de Janeiro, onde era auxiliar, e é enviado para a Arquidiocese de Recife e Olinda. Todavia, mesmo enviado para a “periferia”, o perfil de Dom Helder logo transforma o catolicismo nordestino, convertendo o episcopado desta região em uma potência “profética”.

Apesar de Dom Agnelo e os bispos da “doutrina” se reelegerem em 1968 e ocuparem os espaços estratégicos para a hegemonia ideológica conservadora, os outros bispos ainda continuam no páreo: Dom Aloísio Lorscheider é eleito novo secretário-geral e manterá uma leitura aberta de Igreja, especialmente durante a implantação das propostas da II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, realizada no mesmo ano em Medellín, na Colômbia.

Este embate, desde então se cristaliza nas sucessivas assembleias gerais da CNBB, com conservadores à frente, porém interpelados pelos grupos que, cientes do contexto brasileiro, pediam uma nota de repúdio do episcopado contra os abusos e torturas da Ditadura. Deste modo, “ficavam bem caracterizadas ambas as correntes no episcopado brasileiro, batizados pela imprensa nacional de conservadores e progressistas, que sempre estarão defendendo posições antagônicas no seio da Conferência” (GODOY, 2015, p. 134).

1.3.3.4 Terceira Fase: de 1971 a 1994

Esta é a fase mais conturbada da história da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (FERREIRA JÚNIOR, 2018). Era preciso enfrentar o endurecimento do Regime Militar ditatorial no Brasil e as iniciativas centralizadoras promovidas pelo Papa João Paulo II e o Cardeal Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, antigo Santo Ofício. O comando da CNBB neste período havia conseguido novo rumo.

Dom Aluísio, até então secretário geral, consegue ser conduzido ao cargo de presidente e assim reestabelecer a “linhagem” dos bispos progressistas conferência episcopal brasileira por um longo período que marca esta fase: Dom José Ivo Lorscheiter, que foi por dois mandatos secretário-geral de Dom Aloísio e depois presidente por dois mandatos, e Dom Luciano Mendes, que após ser secretário-geral nos dois mandatos de Dom Ivo, assume a presidência também por dois mandatos, tendo Dom Celso Queiroz como secretário-geral.

Paulo César Gomes (2014), em sua pesquisa pela atuação do episcopado brasileiro na Ditadura, relata a importância deste comando no momento de maior recrudescimento dos militares:

Em 1971, ocorreram novas eleições na CNBB: dom Aluísio Lorscheider tornou-se presidente, derrotando dom Vicente Scherer, e seu primo, dom José Ivo Lorscheiter, elegeu-se para secretaria geral. Ao contrário de dom Aloísio, dom Ivo era muito direto quando se pronunciava contra os militares e suas ideias não eram bem recebidas nem pelo Exército nem por alguns bispos mais conservadores. Os nove anos em que os dois ocuparam esses cargos coincidiram com o auge do conflito entre a Igreja e o Estado brasileiro. Como veremos, os documentos da entidade e de suas representações regionais passariam a expressar uma posição mais crítica a regime.

E continua:

As denúncias no Brasil e no Exterior eram, fundamentalmente, as principais estratégias da CNBB nesse período. Porém apesar de dificultar a divulgação de seus protestos na imprensa brasileira, a censura não conseguiu impedir a circulação dos documentos episcopais, como relatórios das assembleias gerais. Não há como desconsiderar que as mensagens da hierarquia

católica alcançavam os lugares mais recônditos do país, através de suas paróquias ou do trabalho pastoral em movimentos populares. A repressão dificilmente conseguiria obstar essa penetração da Igreja na sociedade, e esse é um dos principais fatores que tornavam sua oposição tão eficaz (GOMES, 2014, p. 58).

Estava evidente ao episcopado, ainda que não em sua totalidade, a necessidade de denunciar os abusos cometidos pela Ditadura, que havia se tornado ainda mais repressiva com a implantação do AI5 em 1968. Seguindo a postura de Dom Helder, que já era monitorado e perseguido pelo regime por suas denúncias ao nível nacional e internacional, a CNBB usa de seu status internacional e rede de comunicação para se posicionar contrária ao que se passava no Brasil.

De fato, apesar de num primeiro momento os bispos tentarem uma proximidade e diálogo com o Regime que surge como solução ao “fantasma do comunismo”, a Conferência apoia a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1972 e da Comissão Pastoral da Terra em 1975. Estes dois órgãos testemunham a ação de compromisso com causas extremamente conflituosas com os militares e donos dos grandes latifúndios.

Em 1973, a CNBB instaura uma nova estratégia que desagradará à Ditadura. Trata-se da adoção de uma perspectiva socio crítica das Campanhas da Fraternidade, que agora evidenciam sua opção pelos pobres em seu discurso religioso durante o período da Quaresma. Até então, a Igreja às vésperas da Semana Santa convidava os fiéis do mundo todo para uma conversão pessoal e transcendente, sem compromisso com a transformação da sociedade.

Assim, neste desenrolar, foi sendo impulsionado no seio da Igreja brasileira as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) a partir de 1975, espalhando-se por todo o país. Ao mesmo tempo, na principal diocese do país, a Arquidiocese de São Paulo, Dom Evaristo Ars empenha-se em colocar em prática as propostas do Plano de Diretrizes da CNBB, estabelecendo no Brasil um modelo de pastoral de opção preferencial pelos pobres.

Contudo, na década de oitenta, João Paulo II é eleito papa e ao nomear o teólogo alemão Joseph Ratzinger para prefeito da Congregação que monitora a doutrina católica pelo mundo todo, a CNBB progressista tem seus dias contados. Se por um lado o declínio da Ditadura alivia a Conferência, agora

Roma usa de sua força total para reconduzir a Igreja brasileira aos rumos conservadores. A Igreja que ia ao encontro dos pobres nas ruas, agora é convocada a voltar às suas sacristias.

Já na primeira visita de um papa ao Brasil, as tensões são deflagradas. Diversos documentos são emitidos com o intuito de forçar bispos, padres, teólogos e leigos progressistas até então influentes:

Antes e depois do Sínodo dos Bispos de 1985, a CNBB vivia grandes tensões, quando de Roma vieram os documentos críticos em relação à TdL e dava início o longo processo contra Leonardo Boff, que acabou levando para o Vaticano a presidência da CNBB, acompanhada do arcebispo de São Paulo, Dom Evaristo Arns, em demonstração de solidariedade com o teólogo. [...] Aqui ficava clara também a política de substituições dos bispos do Brasil, pois a Igreja de Recife, antes sede de Dom Helder Câmara, agora era administrada por um bispo alinhado às novas perspectivas da Cúria Romana. Em cada diocese que ficava vacante, se o bispo fosse identificado com a CNBB, teria seu sucessor escolhido com muito cuidado, para que impusesse a “nova ordem” (GODOY, 2015, p. 136).

João Paulo II e Ratzinger, que depois dará continuidade como Papa Bento XVI, seguem seu projeto de uma Igreja centralizada e homogeneizada pela compreensão conservadora. E apesar de encontrar bispos e padres alinhados nesta cruzada, graças a obstinação de Dom Ivo e o perfil dialógico de Dom Luciano Mendes, conseguem manter o episcopado e a CNBB fiel ao Plano de Pastoral de Conjunto até 1994.

Todavia, a Cúria que já havia promovido bispos conservadores para ocupar as dioceses progressistas, agora dá seu xeque-mate: com o fim da presidência de Dom Luciano, era consenso que o secretário-geral, Dom Celso de Queiroz, por meio de nova eleição, fosse candidato a sucessão de Dom Luciano na presidência. Para impedir os bispos progressistas na CNBB, Roma emite uma norma proibindo que bispos auxiliares assumissem a presidência, inviabilizando a candidatura de Dom Celso e assim, encerrando essa notória fase.

1.3.3.5 Quarta fase: de 1995 a 2002

Afastada a possibilidade de continuação de progressistas na direção da CNBB, o cardeal e arcebispo primaz de Salvador, Dom Lucas Moreira Neves, que trabalhara na Cúria Romana entre 1974 até o fim dos anos oitenta, quando retorna ao Brasil, é confirmado como novo presidente da conferência. Aparentemente, Dom Lucas conduz seu mandato conforme o desejo de Roma até 1998, quando volta para o Vaticano para ser Prefeito para a Congregação dos Bispos.

Neste período, João Paulo II publica a *Apostolos Suos*, um documento na forma de *Motu Proprio*¹⁵, que objetiva normatizar as conferências episcopais. O próprio Ratzinger, descontente com as conferências episcopais, já havia dito em 1985, que “em muitas conferências episcopais, o espírito de grupo, talvez a vontade de viver em paz, e até o conformismo arrastam as maiorias a aceitar as posições de minorias ativas, determinadas a andar numa direção precisa” (RATZINGER, 1985, p. 62-63). Havia um incômodo e precisava ser contido. Por isso, as normas para as conferências tardaram, mas vieram:

Na Conferência Episcopal, os Bispos exercem conjuntamente o ministério episcopal em benefício dos fiéis do território da Conferência; mas, para que tal exercício seja legítimo e obrigatório para cada um dos Bispos, é necessária a intervenção da autoridade suprema da Igreja, que, através da lei universal ou de mandatos especiais, confia determinadas questões à deliberação da Conferência Episcopal. Os Bispos, tanto singularmente como reunidos em Conferência, não podem autonomamente limitar o seu poder sagrado em favor da Conferência Episcopal, e menos ainda numa parte dela, quer esta seja o Conselho Permanente, uma comissão, ou o próprio Presidente. Esta verdade está patente na norma canónica relativa ao exercício do poder legislativo dos Bispos reunidos em Conferência Episcopal: “A Conferência Episcopal apenas pode fazer decretos gerais nos casos em que o prescrever o direito universal ou quando o estabelecer um mandato peculiar da Sé Apostólica por *motu próprio* ou a pedido da própria Conferência”. Caso contrário, “mantém-se íntegra a competência de cada Bispo diocesano, e nem a Conferência nem o seu

¹⁵ Consiste num documento normativo feito pelo próprio papa, quer dizer literalmente “por iniciativa própria” e assemelha-se juridicamente ao decreto.

Presidente podem agir em nome de todos os Bispos, a não ser que todos e cada um hajam dado o consentimento” (JOÃO PAULO II, 1998).

Assim, este documento vem de encontro aos anseios de bispos conservadores que neste período teciam críticas aos assessores da CNBB, os quais eram acusados de assumir a função dos bispos nas finalizações dos textos, impondo a todo o episcopado suas leituras progressistas.

Igualmente, somadas as novas normas ao final do documento, o papa promove reflexões quanto ao papel e limite da atuação das conferências a partir de questões que tendem para seu espectro ideológico e assim, engessando as conferências, agora, novamente reduzidas às propagadoras da eclesiologia papal. Esta fase, eclipsada pela centralização de Roma, produziu uma pastoral com pouca atuação social, apesar de na década de 1990 ocorrem as Semanas Sociais Brasileiras.

1.3.3.6 Quinta fase: de 2003 a 2013

Dando continuidade a fase anterior, a CNBB segue ocupada pelas questões internas tensionadas anteriormente com Roma e agora mais assimiladas com a presidência do Cardeal Gerald Majella Agnelo e do secretário-geral Dom Odilo Pedro Scherer. O novo secretário, notoriamente conservador, é incumbido de adaptar a CNBB ao Novo Regimento aprovado por João Paulo II, onde diminuía a participação dos subsecretários e assessores, os quais são impedidos de participar de algumas sessões durante Assembleias Gerais restritas tão somente aos bispos.

Destituída de sua autonomia e influenciada pela política vaticana, a CNBB nomeia bispos mais conservadores ou moderados para seu comando. Estes são incumbidos de preparar a V Conferência do Episcopado Latino-americano, que será realizada em Aparecida-SP em 2007. Neste período preparatório, João Paulo II fica gravemente enfermo e falece em 2005.

Como esperado, Ratzinger assume o “trono de Pedro” e se torna o Papa Bento XVI, mantendo o posicionamento político interno e externo da Igreja conforme a perspectiva de seu antecessor e da qual também era construtor. Com o Papa alemão, porém, os conservadores ganham mais notoriedade. A Igreja

brasileira, apesar de manter a pauta política, vai cada vez mais se distanciando da atuação dos anos iniciais da CNBB.

Contudo, em meio aos graves escândalos sexuais e financeiros, Bento XVI, surpreende a todos com sua renúncia. Aparentemente, seu modelo doutrinal não foi suficiente para aplacar as mazelas que enfrentava a Cúria. Este evento propiciou um evento ainda mais surpreendente: a eleição do primeiro papa latino-americano, o então cardeal argentino Jorge Bergoglio, arcebispo de Buenos Aires na Argentina.

Com uma postura papal um tanto quanto inusitada, o Papa Francisco, que adotou este nome pela influência do cardeal brasileiro Dom Claudio Hummes, assume uma postura colegial de papado. Com muitos gestos e símbolos, deixa claro sua compreensão de bispo de Roma e com isso, produz uma guinada na Igreja. Desejoso em descentralizar a Igreja, passa a realizar consultas às dioceses pelo mundo inteiro, convidando-as para refletir sobre a doutrina a partir de cada realidade local e promovendo sínodos episcopais para temáticas consideradas fundamentais.

A gestão de Bergoglio provoca modificações com a nomeação de padres e até mulheres para cargos estratégicos no Vaticano, substituindo a tradição de promoção de títulos. Com sua experiência à frente da Conferência Episcopal Argentina, Francisco propõe promover uma verdadeira subsidiariedade às conferências episcopais:

Dado que sou chamado a viver aquilo que peço aos outros, devo pensar também numa conversão do papado. Compete-me, como Bispo de Roma, permanecer aberto às sugestões tendentes a um exercício do meu ministério que o torne mais fiel ao significado que Jesus Cristo pretendeu dar-lhe e às necessidades atuais da evangelização. O Papa João Paulo II pediu que o ajudassem a encontrar “uma forma de exercício do primado que, sem renunciar de modo algum ao que é essencial da sua missão, se abra a uma situação nova”. Pouco temos avançado neste sentido. Também o papado e as estruturas centrais da Igreja universal precisam ouvir este apelo a uma conversão pastoral. O Concílio Vaticano II afirmou que, à semelhança das antigas Igrejas patriarcais, as conferências episcopais podem “apontar uma contribuição múltipla e fecunda, para que o sentimento colegial leve a aplicações concretas”. Mas este desejo não se realizou

plenamente, porque ainda não foi suficientemente explicitado um estatuto das conferências episcopais que as considere como sujeitos de atribuições concretas, incluindo alguma autêntica autoridade doutrinal. Uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e a sua dinâmica missionária (PAPA FRANCISCO, 2013, p. 32).

Apesar das mudanças que Francisco propõe, este papa encontra diversas resistências da parte dos conservadores no mundo todo. No episcopado brasileiro, seu pontificado é acolhido como renovação e volta à opção preferencial pelos pobres, como aspiraram Dom Helder Câmara e Leonardo Boff.

Contudo, a polarização entre conservadores e progressistas estabelecidas na segunda fase se acirra e segue a polarização ideológica, que produziu disputas internas na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, conseqüentemente na democracia brasileira, como aspiramos demonstrar ao longo dos próximos capítulos. Por ora, após conhecer o episcopado, detenhamo-nos na estrutura institucional da CNBB.

1.4 A Estrutura da CNBB

Em 2013, a CNBB começa a debater sua estrutura, sob o influxo do pontificado de Francisco. Todavia, para alcançar os objetivos deste trabalho, apresentaremos a conferência em sua estrutura pautada no “Estatuto Canônico e Regimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil”¹⁶, proposto em 1986 e atualizado em 2002 pelo Papa João Paulo II, por contemplar o recorte histórico pretendido (2013-2018).

Em seu site oficial, é apresentada sua estrutura e órgãos componentes. Assim, já em sua sessão “institucional”, é delimitada a ação a CNBB em sua missão:

Respeitada a competência e a responsabilidade inalienáveis de cada membro, em relação à Igreja universal e à sua Igreja particular, cabe à CNBB, como expressão peculiar do afeto colegial: fomentar uma sólida comunhão entre os Bispos que a compõem, na riqueza de seu número

¹⁶ Conhecido como Documento 70. CNBB, 2002.

e diversidade, e promover sempre a maior participação deles na Conferência; concretizar e aprofundar o afeto colegial, facilitando o relacionamento de seus membros, o conhecimento e a confiança recíprocos, o intercâmbio de opiniões e experiências, a superação das divergências, a aceitação e a integração das diferenças, contribuindo assim eficazmente para a unidade eclesial; estudar assuntos de interesse comum, estimulando a ação concorde e a solidariedade entre os Pastores e entre suas Igrejas¹⁷ (CNBB, 2023).

Ressoando a crítica de Ratzinger e de alguns bispos, é reafirmada a centralidade na autoridade dos bispos, verdadeiros atores da conferência que devem, por sua vez, promover o afeto colegial expresso pelo apoio mútuo entre as Igrejas particulares do território brasileiro. A CNBB não pode, assim Roma determina, ser uma liderança, mas uma associação de líderes, resguardando a singularidade de cada um e seu ministério local onde deve promover a ação pastoral.

Para isto, a Conferência necessita de uma organização e estrutura que favoreça a concretização dessa missão. As Assembleias Gerais são o lugar privilegiado da colegialidade episcopal, sendo, portanto, o órgão supremo da entidade. É durante as assembleias anuais que os bispos devem tratar “de assuntos de ordem espiritual e de ordem temporal e os problemas emergentes da vida das pessoas e da sociedade sempre na perspectiva da evangelização” (CNBB, 2002, p. 6).

Durante as sessões da assembleia, compete aos bispos tratar de instruções, diretrizes e documentos doutrinários ou pastorais, bem como eleger pessoas para os cargos e gerir os órgãos vinculados. Tais ações são votadas pelos bispos diocesanos, bispos auxiliares, bispos titulares, e prelados das Igrejas orientais católicas. Podem participar também os bispos eméritos, porém estes não possuem voto, apesar de poderem atuar como consultores. São vedados a presença de delegados e representantes.

1.4.1 Conselho Permanente

¹⁷ www.cnbb.com.br

As assembleias são organizadas pelo Conselho Permanente, o qual deve também acompanhar todas as outras atividades e órgãos da CNBB. O Conselho Permanente é composto pela Presidência, presidentes das Comissões Episcopais Pastorais e membros dos Conselhos Episcopais Regionais. É este conselho quem define os caminhos da entidade, devendo decidir pautas das assembleias, comunicados oficiais, gestão financeira, nomeação de membros para comissões e execução das propostas da Conferência, entre outras atribuições (CNBB, 2002).

A frente do Conselho Permanente, encontra-se a Presidência, “órgão dirigente e administrativo da CNBB, constituído pelo Presidente, Vice-presidente e secretário-geral” (CNBB, 2002, p. 10). O presidente, à semelhança de um diretor-geral, tem como função principal representar a CNBB tanto no âmbito eclesial quanto civil, presidir as assembleias gerais e promulgar documentos, sempre contando com o apoio do vice-presidente, o qual é seu suplente em sua ausência.

Apesar da importância do presidente, é o secretário-geral o grande artífice da instituição. Com função mais prática, o secretário assemelha-se a um diretor de operações, dinamizando a interação entre a presidência, conselho permanente, conselho episcopal e as diretrizes oriundas da assembleia geral. O Estatuto, ao apresentar este cargo, enumera uma lista de atribuições maior que a da presidência (CNBB, 2002). Talvez esta tradição tenha sido estabelecida pelos doze anos de Dom Helder Câmara como secretário-geral nos primeiros anos da CNBB.

O secretário-geral, por sua vez, diante de suas muitas atribuições, conta com o Secretariado Geral, órgão também permanente e executivo “que serve à coordenação e intercomunicação, dinamização e eficiência dos órgãos da CNBB, nacionais ou regionais, e dos organismos a ela vinculados” (CNBB, 2002, p. 12-13). Ao que tudo indica, se o Presidente é a cabeça da CNBB, o secretário-geral é o pescoço, podendo direcionar o olhar conforme sua capacidade de articulação. Talvez tenha sido assim que Dom Aloísio conseguiu manter o perfil progressista, quando os primeiros conservadores assumiram a presidência.

1.4.2 Conselho Episcopal Pastoral

O Conselho Episcopal Pastoral, dado o caráter pastoral da Conferência, possui grande importância, por ser o “órgão executivo das decisões pastorais da Assembleia Geral e do Conselho Permanente e, como tal, promove e coordena a Pastoral Orgânica em âmbito nacional” (CNBB, 2002, p. 12). É este conselho que viabiliza a implantação prática das diretrizes da CNBB em todo o país, através da coordenação das respectivas pastorais.

Atualmente o conselho Episcopal de Pastoral está dividido em doze comissões: 1- Comissão Episcopal Pastoral para os Ministérios Ordenados e a Vida Consagrada; 2- Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato; 3- Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Missionária e Cooperação Intereclesial; 4- Comissão Episcopal Pastoral para a Animação Bíblico-catequética; 5- Comissão Episcopal Pastoral para a Doutrina da Fé; 6- Comissão Episcopal Pastoral para a Liturgia; 7- Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso; 8- Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Social Transformadora; 9- Comissão Episcopal Pastoral para a Cultura e a Educação; 10- Comissão Episcopal Pastoral a Vida e a Família; 11- Comissão Episcopal Pastoral para a Juventude; 12- Comissão Episcopal Pastoral para a Comunicação. Vale ressaltar que as temáticas escolhidas para a divisão das comissões refletem a perspectiva da CNBB para a realidade brasileira.

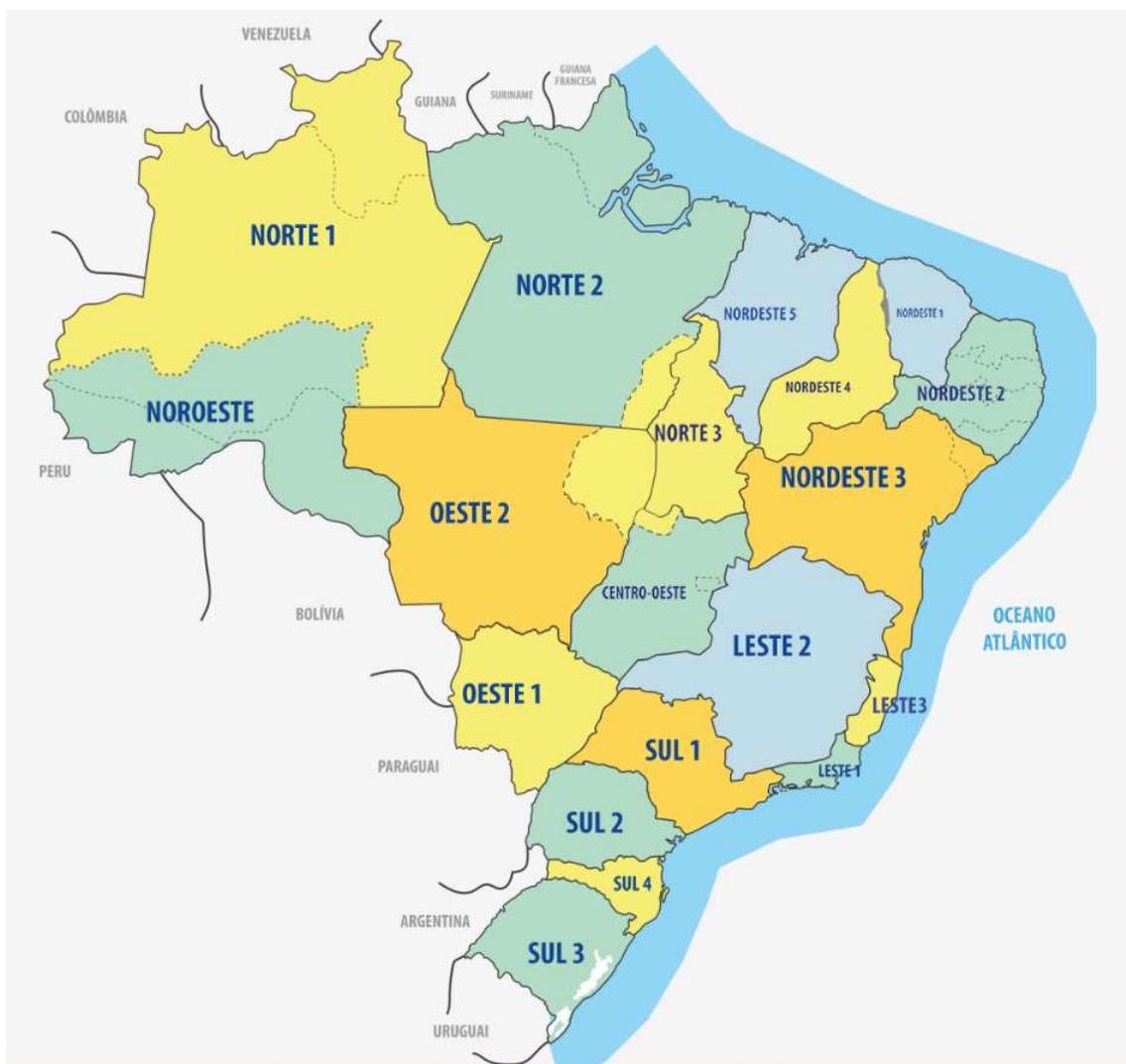
1.4.3 Conselhos Episcopais Regionais

Para tais propostas pastorais alcançarem todas as dioceses dispersas pelo território de dimensões continentais como o Brasil, também integram o Conselho Permanente, os Conselhos episcopais Regionais, que elegem seus representantes, assegurando que as diversas regiões sejam contempladas.

Durante o período histórico analisado, Conselhos Episcopais Regionais, comumente conhecidos como Regionais (Imagem 1): Norte 1 (Norte do Amazonas e Roraima), Norte 2 (Amapá e Pará), Norte 3 (Tocantins, Sudeste do Pará e Nordeste do Mato Grosso), Noroeste (Acre, sul do Amazonas e Rondônia), Nordeste 1 (Ceará), Nordeste 2 (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte), Nordeste 3 (Bahia e Sergipe), Nordeste 4 (Piauí), Nordeste 5 (Maranhão), Oeste 1 (Mato Grosso do Sul), Oeste 2 (Mato Grosso), Centro-Oeste (Goiás e Distrito Federal), Leste 1 (Rio de Janeiro), Leste 2 (Minas

Gerais e Espírito Santo), Sul 1 (São Paulo), Sul 2 (Paraná), Sul 3 (Rio Grande do Sul), Sul 4 (Santa Catarina). O Regional Norte 3 foi criado durante a Assembleia de 2013. Em 2021, o Regional Leste 1 foi erigido.

Imagem 01 – Organização dos regionais no território nacional.



Fonte: <https://www.cnbb.org.br/regionais/>

Cada um desses regionais conta com uma presidência regional e com os bispos lotados no território referente. Destes, a depender do número de dioceses integrantes, apresenta um bispo que representará no Conselho Permanente, assegurando participação de todas as regiões nas decisões nacionais, evitando uma conferência com perfil fragmentado.

1.4.4 Conselhos Econômico e Fiscal

O Conselho Permanente conta com os Conselhos Econômico e Fiscal, que auxiliam a instituição na gestão dos bens materiais. Integram o Conselho Econômico o Presidente, o secretário-geral, três bispos presidentes das Comissões Pastorais, um economista e dois peritos em direito civil e economia, todos com voz e voto. O Conselho Fiscal, por sua vez, tem seus membros, bispos eleitos pelo Conselho Permanente que não estejam a frente de comissões pastorais, podendo contar com a ajuda de peritos e assessores.

1.4.5 Pastorais

Além dos conselhos acima enumerados, a Conferência brasileira ainda conta com as Pastorais. Estas são desdobramentos das Comissões Pastoreais, tornadas órgãos divididos por sua finalidade pastoral: “Ação pastoral da Igreja no Brasil ou simplesmente pastoral é a ação da Igreja Católica no mundo, ou o conjunto de atividades pelas quais a Igreja realiza a sua missão de continuar a ação de Jesus Cristo junto a diferentes grupos e realidades” (CNBB, 2023).

Existem vinte e três pastorais elencadas que, em sua maioria, estão relacionadas com questões sociais concretas: Pastoral Afro-Brasileira; Pastoral da Aids; Pastoral dos Brasileiros no Exterior; Pastoral Carcerária; Pastoral da Comunicação; Pastoral da Criança; Pastoral Familiar; Pastoral do Menor; Setor Pastoral da Mobilidade Humana; Serviço Pastoral do Migrante; Pastoral da Mulher Marginalizada; Pastoral dos Nômades; Pastoral Operária Nacional, Pastoral dos Pescadores; Pastoral da Pessoa Idosa; Pastoral do Povo de Rua; Pastoral dos Refugiados; Pastoral Rodoviária; Pastoral da Saúde; Pastoral da Sobriedade; Pastoral do Turismo; Pastoral Vocacional e Apostolado do Mar. Cada uma destas pastorais conta com um bispo referencial e um assessor geral para a coordenação das atividades nas dioceses por meio das pastorais diocesanas e paroquiais.

1.4.6 Organismos

A CNBB conta também com o auxílio de organismos vinculados a sua proposta e organizados nos limites do Estatuto: a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), o Serviço de Cooperação Apostólica Internacional (SCAI), a Caritas Brasileira, a Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), o Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara (CEFEP), o Conselho Missionário Nacional (COMINA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento de Educação de Base (MEB), a Organização dos Seminários e Institutos Filosófico-Teológicos do Brasil (OSIB), a Pontifícias Obras Missionárias (POM), o Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB), a Comissão Nacional dos Diáconos (CND), a Conferência Nacional dos Institutos Seculares (CNIS), a Comissão Nacional de Presbíteros (CNP) e o CIMI (Conselho Indigenista Missionário).

1.4.7 Entidades

Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), o Centro Cultural Missionário (CCM), a editora Edições CNBB e o Pontifício Colégio Pio Brasileiro, localizado em Roma.

Por fim, a CNBB, através das coletas arrecadadas com a Campanha da Fraternidade anualmente durante a Semana Santa, apoia instituições sociais ligadas à temática escolhida, que devem submeter seu projeto para receberem aporte financeiro com os recursos administrados pelo Fundo Nacional da Solidariedade (FNS).

Desde as primeiras ações iniciadas por Dom Macedo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil passou por diversas transformações influenciadas pela diversidade da realidade brasileira, pelas tensões com os governos civis, pela interferência de Roma e pelas disputas internas entre compreensões conservadoras e progressistas de missão da Igreja no mundo.

Nos próximos capítulos, propomos uma análise de como estas “guerras ideológicas” no episcopado compuseram cenário do Golpe de 2016, a ascensão da extrema-direita e a crise democrática no Brasil. O próprio vice-presidente Michel Temer confessou que houve golpe (RODA VIVA, 2019). Vamos então “reclamar” com os bispos!

1.5 Conclusão

Neste capítulo, estabelecemos um panorama histórico e estrutural da CNBB, destacando sua evolução e papel no Brasil. Mediante análise detalhada de sua história, conseguimos entender as fundações sobre as quais a CNBB foi construída e como isso moldou seu papel na sociedade brasileira.

A discussão sobre a importância da CNBB como uma entidade influente revelou o seu impacto significativo não apenas no âmbito religioso, mas também no social e político. A CNBB emerge não somente como uma entidade religiosa, mas também como uma voz ativa nos diálogos nacionais.

Refletindo sobre a estrutura organizacional da CNBB e sua influência, observamos como a instituição se adapta e responde às mudanças sociopolíticas do Brasil. Esta análise estabelece um entendimento fundamental para apreciar a complexidade das ações e posições da CNBB nos capítulos seguintes.

Este capítulo serve como base para as análises mais aprofundadas nos próximos capítulos. Estabelece-se um contexto sólido para explorar como a CNBB atua e influencia efetivamente o cenário político e social brasileiro, preparando o terreno para uma investigação mais detalhada do seu comportamento ideológico e discurso no contexto contemporâneo.

Com a base estabelecida neste primeiro capítulo, a tese agora avança para uma exploração mais profunda e específica nos capítulos a seguir. De maneira a aprofundar as correntes ideológicas dentro da CNBB, analisando como estas se alinham ou divergem do panorama sociopolítico brasileiro. Uma metodologia teórica e analítica será detalhada, estabelecendo os alicerces para uma compreensão rigorosa dos dados e discursos. Finalmente, esta metodologia será aplicada na análise prática, oferecendo uma visão concreta do comportamento e impacto da CNBB no cenário atual. Juntos, estes capítulos complementam e expandem a compreensão inicial fornecida aqui, formando uma análise holística e multifacetada da CNBB e sua influência no Brasil.

CAPÍTULO 2

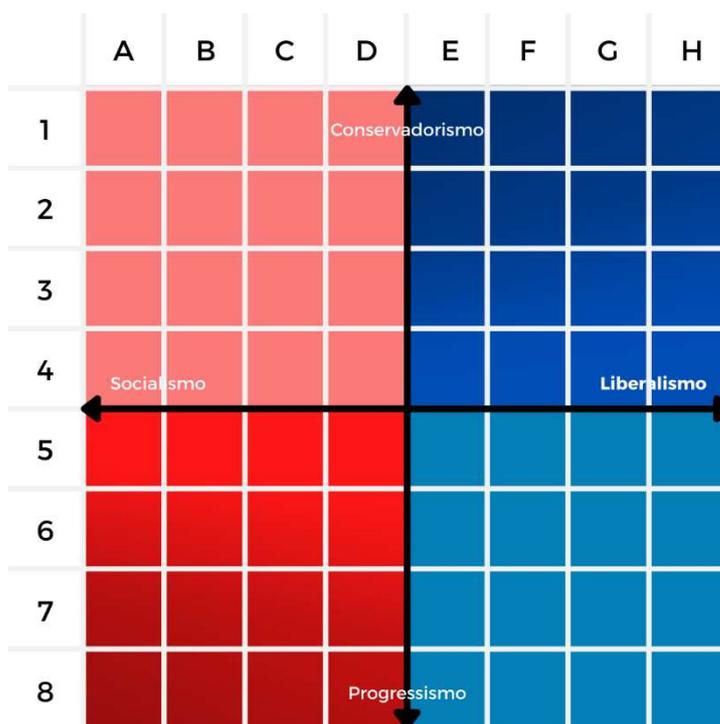
AS JOGADAS POSSÍVEIS: AS CORRENTES IDEOLÓGICAS EM DISPUTA NA IGREJA CATÓLICA ROMANA NA TERRA DE SANTA CRUZ

“Tendo em mente as calamidades que têm assediado a civilização no nosso tempo, é de suma importância uma compreensão cabal do papel da religião no passado e no presente.”
(Wach, 1990, p. 17).

2.1 Introdução

Nesta seção, como um criativo professor de educação básica, propomos um jogo, cuja didática almeja evidenciar o – complexo! - campo ideológico brasileiro. Criamos um tabuleiro ideológico onde você, caro(a) leitor(a), deve localizar algumas personagens conhecidas do cenário mundial e brasileiro: 1 – Papa Francisco; 2 – Donald Trump; 3 – Bolsonaro; 4 – Lula; 5 – Dom Helder Câmara; 6 – João Paulo II; 7 – Leonardo Boff; 8 – Papa Bento XVI; 9 – Dom Eugênio Sales; 10 – Dom Evaristo Arns; 11 – Wladimir Putin (Imagem 2).

Imagem 02 – Tabuleiro ideológico



Fonte: criação própria.

No quadro, encontramos dois eixos, onde o horizontal refere-se às ideologias socioeconômicas e o eixo vertical às ideologias de compreensão históricas, formando 4 áreas, onde cada uma se comunica com duas outras áreas e outras duas que não se comunicam. Assim, formamos um gradiente que permite a multiplicidade de posicionamentos que variam: esquerda conservadora, esquerda progressista, direita conservadora, direita progressista. Estas, no que lhes concerne, podem variar quanto as suas intensidades entre centro, moderadas e extremistas.

Para distribuir as personagens sugeridas, deve selecionar a letra e o número correspondente que melhor representaria o campo ideológico de cada um. Vamos lá? Valendo! Este exercício auxiliará o leitor verificar seu próprio posicionamento e averiguar o posicionamento deste trabalho.

Nosso quadro foi pensado a partir do jargão professado por grupos da chamada extrema-direita brasileira: “Conservador nos costumes e liberal na economia”. É a partir desta percepção, que se tornou hegemônica e popular durante a campanha presidencial de 2018, que buscaremos entender a

polarização ideológica brasileira, especialmente em nosso caso, na Igreja Católica Romana através de suas lideranças, os bispos.

Guiados pela lógica de oposição-relação presente no *slogan* dos conservadores-liberais, identificamos campos ideológicos vigentes no Brasil em 2013 e intensificados em 2018. A existência de grupos conservadores liberais implica a presença de seus opostos, como socialistas progressistas, e diversas combinações entre esses quatro campos ideológicos.

Assim, propomos neste capítulo, antes de realizarmos esta identificação com os bispos, e conseqüentemente, com a CNBB, relacionada às correntes ideológicas em instituições religiosas, com um foco específico na CNBB. Esta revisão aborda as diferentes perspectivas teológicas e políticas que emergiram na Igreja Católica, particularmente no contexto brasileiro, destacando a importância de compreender as dinâmicas internas de tais instituições.

A justificativa para este estudo se enraíza na necessidade de entender como a CNBB, uma influente entidade religiosa no Brasil, responde e interage com as mudanças sociopolíticas do país. A CNBB não é apenas uma voz religiosa, mas também um participante ativo no diálogo sociopolítico, cujas ideologias internas têm um impacto significativo na sociedade brasileira.

O objetivo deste capítulo é identificar e analisar as diversas correntes ideológicas presentes na CNBB, compreendendo como estas influenciam sua posição e ações no contexto sociopolítico brasileiro. Busca-se explorar a relação entre religião e política dentro da CNBB e como isso afeta seu papel e influência na sociedade.

Para alcançar estes objetivos, o capítulo emprega uma metodologia que inclui análise de documentos, discursos e posicionamentos públicos da CNBB, além de revisão bibliográfica de literatura relevante. Esta abordagem permite uma compreensão detalhada das nuances ideológicas e de como elas moldam a atuação da CNBB no Brasil.

2.2 Dinâmicas Ideológicas na CNBB: Diversidade, Influência e Impacto

2.2.1 Conservador x revolucionário

O que se entende como conservadorismo? Este termo, aparentemente tão unívoco, abrigou diversos grupos, nas mais diversas expressões, que se autodenominavam conservadores. Mas o que seria o conservadorismo? Como surgiu e como se expressa na contemporaneidade?

Apesar de nosso trabalho ambicionar identificar os conteúdos em disputa nos discursos dos bispos e da CNBB entre 2013 e 2016, neste momento, buscaremos, brevemente, apresentar o desenvolvimento histórico deste sistema de ideias denominado conservador desde sua origem até a contemporaneidade.

Mas como alerta WANDERLEY (2003):

Tratando-se de uma leitura sobre política, o leitor deve se acautelar, desde logo, para o uso aqui das expressões “conservador” e progressista”, cuja adequação não pode ser entendida ao pé da letra. Numa interpretação comum, “conservador” corresponde à defesa da manutenção da ordem, da disciplina, do tradicional, com posições políticas à direita; “progressista” corresponde à defesa de reformas profundas, de inovações, com posições políticas à esquerda; no entanto, muitas vezes no cotidiano há uma mistura e não é raro alguém assumir posturas conservadoras em assuntos religiosos e progressistas em assuntos seculares, ou vice-versa. No plano *ad intra* da instituição, conservador pode significar a defesa de orientações tradicionalistas, fundamentalistas, reacionárias, integristas, fixação no Vaticano I, entre outros aspectos, e progressista pode significar a defesa de orientações modernas, democráticas, centrado no Vaticano II e em Medellín, valorização da colegialidade episcopal etc., sem que isto esgote todo o repertório de posições de ambas as partes. Alguns preferem uma terminologia que caracterize alas ou setores, com suas respectivas visões de mundo e eclesiais: conservadores, moderados e renovadores. (WANDERLEY, 2003, p. 461)

Apesar da percepção que o próprio termo subjaz, conservadorismo, o mesmo passou por transformações. Parece ironia, mas sim, o movimento conservador é permeado por transformações. E isto não é uma incoerência, considerando a “velocidade”, regras e motivações para estas mutações ocorrerem. Assim, ser conservador, para aquém do imaginário social de estagnação total, é também mudança.

Mesmo o conservadorismo clássico sofreu modificações ao longo de sua história: ideais e características iniciais foram modificadas e outras acirradas,

diferindo-se daquele período de fundação na Modernidade. Tais reconfigurações se deram a partir de contradições impetradas pelo Capitalismo, sistema econômico, como veremos mais a frente, indesejado pelos conservadores da primeira hora.

Segundo Souza (2016), dividiremos o pensamento conservador em três períodos: o conservadorismo clássico, desenvolvido entre os anos de 1789 e 1914, e o conservadorismo moderno, se estabelece entre as décadas de 1910 e 1970. Por fim, consideramos o surgimento de uma nova expressão das ideias conservadoras: o neoconservadorismo.

O primeiro período, o clássico, localiza-se entre a Revolução Francesa e a consolidação do pensamento sociológico de Émile Durkheim. Um segundo momento, o moderno, se desenvolve a partir das análises sobre a vida social enquanto ciência. O neoconservadorismo, ou conservadorismo pós-moderno, desenvolvido com o surgimento das redes sociais nos anos 2000 e das articulações da chamada extrema direita, que ambiciona ser uma legítima continuidade do período clássico.

Este conservadorismo, o clássico, surge no fim do século XVIII como conjunto de ideias contrárias aos ideais modernos, republicanos e liberais. Assim, o conservadorismo é um movimento contrário a jovem burguesia. É neste momento antiburguês, causados pelas mudanças sociais e institucionais que as novas formas de produção, que se plasma seu caráter ideológico e político antimoderno.

Outra percepção ainda vigente no ideário do Conservadorismo é a atuação política na defesa do Antigo Regime, centradas na autoridade constituída. Ainda que se tente negar, o Conservadorismo surge como força reativa às transformações que o Iluminismo, a Revolução Francesa e Revolução Industrial introduzem em contraponto à ordem do medievo.

Segundo Ferreira e Botelho (2010),

O pensamento conservador surge e se desenvolve no contexto da moderna sociedade de classes, marcado por seu dinamismo, por suas múltiplas e sucessivas transições; como função dessa sociedade, não é um sistema fechado e pronto, mas sim um modo de pensar em contínuo processo de desenvolvimento [...] Estruturado como reação ao Iluminismo e às grandes transformações

impostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, o conservadorismo valoriza formas de vida e de organização social passadas, cujas raízes se situam na Idade Média. É comum entre os conservadores a importância dada à religião; a valorização das associações intermediárias situadas entre o Estado e os indivíduos (família, aldeia tradicional, corporação) e a correlata crítica à centralização estatal e ao individualismo moderno; o apreço às hierarquias e a aversão ao igualitarismo em suas várias manifestações; o espectro da desorganização social visto como consequência das mudanças vividas pela sociedade ocidental (FERREIRA & BOTELHO, 2010, p. 11-12)

A defesa de uma *perfecta societas* em risco pelos anseios de novos movimentos que questionavam a religião, as autoridades constituídas e todas as formas de organização social, gerou pensadores conservadores como Edmund Burke (1729-1797), Joseph de Maistre (1753-1821) e Alexis de Tocqueville (1805-1859). O primeiro, Burke, é considerado o pai do Conservadorismo.

Com a publicação da obra *Reflexões sobre a Revolução na França* em 1790, o inglês Edmund Burke, ao defender os ideais da aristocracia feudal destituída pela Revolução Francesa, teria, segundo certo consenso identificável até entre os movimentos neoconservadores, inaugurado o pensamento conservador clássico.

As *Reflexões* foram escritas com forte teor apologético e apaixonado, considerando que foi escrito no esteio da revolução jacobina, como se pode observar:

Mediante uma política constitucional que opera segundo o padrão na natureza, recebemos, conservamos e transmitimos nossas propriedades e nossas vidas. Recebemos e legamos aos outros as instituições políticas no mesmo rumo e ordem que os bens da fortuna e as dádivas da Providência. Nosso sistema político encontra-se em justa correspondência e simetria com a ordem do mundo, e com o modo de existência decretado para um corpo permanente composto de peças transitórias, no qual, por meio da disposição de uma estupenda sabedoria que molda a grande e misteriosa encarnação da espécie humana, o todo, em um determinado momento, nunca é velho, ou de meia-idade, ou jovem, mas em um estado de constância imutável, segue em frente por meio do variado sistema de decadência, queda, renovação e progressão

perpétuas. Assim, seguindo o método natural na condução do Estado, no que melhoramos nunca somos completamente novos, e no que conservamos nunca somos completamente obsoletos. Permanecendo ligados a nossos ancestrais desta maneira e sobre estes princípios, não nos guiamos pela superstição de antiquários, mas pelo espírito de analogia filosófica. Nessa escolha de herança, demos à nossa moldura política a imagem de uma relação de sangue; unindo a Constituição de nosso país aos nossos mais caros laços domésticos, adotando nossas leis fundamentais no seio de nossas afeições familiares, mantendo inseparáveis e cultivando com o calor de todos os benefícios combinados e recíprocos, nosso Estado, nossos corações, nossos sepulcros e nossos altares. (BURKE, 2014, p. 55, 56)

Qualquer semelhança com a lógica e argumentos de Burke com as narrativas e discursos dos conservadores na contemporaneidade não é mera coincidência. Estes últimos, diante dos seus opositores, tentam se legitimar com o *modus operandi* do Pai do Conservadorismo, o qual tenta combater os ideais da Revolução, alvo central do conservadorismo.

Não que conservadores sejam inimigos de revoluções, já que não as entende como uma radical mudança, mas como necessárias melhorias para a permanência e efetividade das instituições e instâncias já estabelecidas. O novo vem para adaptar o arcabouço antigo, sem o destruir ou modificar. Há que se renovar para que se perpetue os elementos consolidados na sociedade.

Evidentemente, para Burke, a Revolução jacobina é retratada como negativa, decadente e maléfica para a sociedade, uma vez que degradaria as estruturas mais basilares da mesma. Esta retórica é retomada entre os conservadores modernos e neoconservadores, acusando aqueles que se articulam para modificações na organização social como inimigos da sociedade enquanto propõem modificações estruturais como instituições e tradições.

Assim, explicita-se a ideologia conservadora ao longo da história: reação negativa ante a ameaça de transformações que impactem nas estruturas sociais consolidadas. Não se trata de se opor às transformações, como dito, mas toda forma de ameaça aos valores, tradições e instituições pelos mesmos definidos como perenes e fundamentais.

Não surpreende, assim, que Burke e mesmo os conservadores modernos e neoconservadores, sejam avessos ou tenham reservas à democracia e justiça

social. Tais ideias, para se estabelecerem, necessitariam, como necessitou, o fim de absolutismos e hierarquias:

Temos uma coroa hereditária, uma nobreza hereditária e uma Câmara dos Comuns e um povo herdeiros de privilégios, franquias e liberdades de uma longa linha de ancestrais. Esta política parece-me ser o resultado de uma profunda reflexão, ou então o feliz resultado de uma conduta que seguiu a natureza, que é sabedoria sem reflexão, pois está acima dela. Um espírito de inovação é, em geral, o resultado de um caráter egoísta e de perspectivas restritas. Um povo que não cultua a memória de seus ancestrais não cuidará de seus descendentes. Ademais, o povo inglês sabe bem que a ideia de herança proporciona um princípio seguro de conservação e um princípio seguro de transmissão [...]". (BURKE, 2014, p. 55)

Talvez seja essa a grande dificuldade da Igreja Romana, ainda cristalizada no sistema medieval, idealizado por Burke. Aqui, apostamos, habita o marco ideológico entre os bispos a serem analisados mais a frente: Absolutismo e Sinodalidade. Para se adequar a sociedade moderna, como aspirou o Concílio Vaticano II e se propõe o pontificado de Francisco, é preciso deixar um ideário de igreja por séculos consolidadas.

Os conservadores, apostamos mais uma vez, seriam aqueles que temem os malefícios de uma Igreja sem um Papa imperador, ainda que sob a promessa de uma igreja “comum”, idealizadas pelos revolucionários – ou progressistas – que sem qualquer respeito pelas tradições, não pensariam duas vezes abrir mão da Tradição para sua paixão utópica pelo novo. Eis os erros da Revolução Francesa, articula a ideologia conservadora, e eis os riscos que revolucionários modernos e contemporâneos exporiam a sociedade:

Leis viradas de cabeça para baixo; tribunais subvertidos; indústria sem vigor; comércio agonizante; impostos sonogados e, ainda assim, o povo empobrecido; uma Igreja saqueada sem o que o Estado obtivesse alívio com isso; anarquia civil e militar transformada em constituição do reino; tudo que era humano e divino sacrificado [...] Eram necessários todos esses horrores [...] Não, nada disso. As recentes ruínas na França, que tanto horror nos causam aonde quer que olhemos, não são a devastação da guerra civil, mas os tristes, porém instrutivos, monumentos do

conselho temerário e ignorante em tempos de absoluta paz. São o resultado do exercício de uma autoridade irresponsável e presunçosa, porque ninguém opôs-lhe resistência [...] Não derramaram uma única gota de seu sangue pela causa do país que arruinaram. [...] enquanto aprisionavam seu rei, assassinavam seus concidadãos, banhando em lágrimas e mergulhando na pobreza e miséria milhares de famílias e homens dignos [...] roubos, violações, assassinatos, massacres, incêndios por toda a extensão de sua terra devastada. (BURKE, 2014, p. 60, 61)

Destituídos de qualquer prudência e respeito para com os pilares sagrados que sustentariam a vida social e econômica que encontraram, os revolucionários são arautos da desordem e destruição de um mundo seguro e próspero. Tal percepção negativa dos revolucionários pode ser encontrada no pensamento dos conservadores do XX e XXI como Michel Oakeshott e Roger Scruton, contudo, agora direcionados contracorrentes anticapitalistas como comunistas e socialistas (SOUZA, 2016).

As revoluções podem trazer benefícios. Burke critica o modelo da Revolução Francesa por não ter sido operada por classes dominantes, únicos capacitados para tal: “Outras revoluções foram conduzidas por pessoas que, ensaiando ou realizando mudanças no Estado, consagravam sua ambição em acrescentar dignidade ao povo cuja paz perturbavam. Enxergavam à distância. Pretendiam governar, não destruir o país” (2014, p. 68).

No caso da França, o erro primordial da revolução foram os agentes. Para uma verdadeira revolução, no sentido conservador, esta deveria ser operada pela nobreza e os ocupantes dos mais altos cargos das instituições existentes. Assim,

Observando esses comentários burkeanos, é possível concluir que ele anseia por uma "revolução sem revolução", ou seja, mudanças localizadas e específicas, que sirvam para preservar as tradições já estabelecidas e sejam pensadas e conduzidas por uma distinta parcela da sociedade: os proprietários. Essas mudanças deveriam ser realizadas com absoluto distanciamento dos componentes insurrecional e popular, o que exclui também os anseios por democracia e a noção de luta de por direitos (SOUZA, 2016, p. 125).

Mudar para continuar como tudo está. E somente aqueles que ocupam os mais importantes lugares na sociedade possuiriam a capacidade de modificar somente o necessário sem oferecer nenhum risco à ordem social estabelecida. Ao contrário, são a garantia de que a sociedade se manteria segura, longe das utopias dos revolucionários.

Logo, o conservador inglês descarta qualquer acordo político com classes e grupos de base na pirâmide social, uma vez que estes não possuiriam tradições e ideais nobres de sua época, opondo-se, portanto, à burguesia que emergia naquele momento. Assim, burguesia e proletários são um risco às instituições e tradições.

A política deveria, então, ser desempenhada por uma aristocracia. Com as transformações que a Revolução gera, os burgueses se tornam a classe dominante e assim, o conservadorismo passa a ter como centro, a compreensão de que o controle social deve ser realizado pelos proprietários, pessoas naturalmente constituídas para assegurar o bem comum.

Percebe-se com isso, a inserção do então repudiado pensamento liberal como sustentáculo do conservadorismo. O conservadorismo, em sua tradição inicial, que era totalmente antiburguês, agora se constitui, a partir de 1848, como uma ideologia característica do Capitalismo. Como bem observa Losurdo (2014, p. 389), “é toda a burguesia europeia que, depois de 1848, em função antijacobina e antiproletária, exalta, transfigurando-a, a tradição política inglesa”.

Com isto, o conservadorismo se caracteriza não mais somente como antirrevolucionário, antimoderno e aristocrático, mas também restringindo a vida política ao molde capitalista, mistificando as relações sociais e reduzindo a vida política à regularização moral da vida dos indivíduos.

Toda e qualquer transformação deve ser uma iniciativa do “alto”, das elites. E uma vez que a burguesia emergente se estabelece no “alto”, imediatamente abandona seu caráter revolucionário, duramente criticado por Burke e os conservadores clássicos. Na mesma medida, o proletariado passa a ser o novo e exclusivo destinatário daquelas críticas e ataques antiburgueses.

Os novos inimigos da sociedade, segundo o conservadorismo, a classe proletária sofre condenações morais e desaprovação de sua ação política, outrora incentivada pela burguesia. A burguesia revolucionária, que lutou para a derrubada das tradições feudais que os conservadores tentaram resguardar,

agora é uma burguesia conservadora de suas novas tradições, necessárias para a manutenção da nova ordem, aos moldes da anterior, contra movimentos revolucionários como o comunismo.

Em seu caminhar histórico, a ideologia conservadora vai sofrendo outras transformações. Seu perfil irracionalista, no sentido de crítica da Iluminismo, da Razão e da Ciência, tradições novas que questionavam as tradições antigas, é atenuado pela influência do pensamento sociológico de August Comte, Hebert Spencer e Émile Durkheim. A sociologia para referendar conceitos conservadores como autoridade, propriedade, ordem, hierarquia, tradição, instituições e divisão social.

O método sociológico passa a alimentar a produção de conhecimentos com ideologia conservadora iniciada por Burke de modo moralista e apologético. Mesmo com esta nova corrente conservadora, ainda é possível observar teóricos conservadores irracionalistas após a absorção das categorias funcionalistas como de solidariedade orgânica e coesão social de Durkheim.

É com o pai da sociologia que o conservadorismo clássico perde força. O conservadorismo a esta altura já se expressa em múltiplas correntes, aglutinadas numa ideologia conservadora vinculada a grupos dominantes. Já no pós Primeira Guerra mundial, e até a contemporaneidade, já se verifica a presença de abordagens na defesa da democracia política (SOUZA, 2016).

Intelectuais como Raymond Aron, Hannah Arendt e Karl Popper ainda seguem fornecendo subsídios para um conservadorismo burguês ideologicamente decadente, onde, para Lukács (2010 p. 56), “a ideologia burguesa degenera num liberalismo vil e disposto aos compromissos”. Categorias como “totalitarismo” de Arendt, tornam-se ferramentas discursivas de conservadores contra as ideologias socialistas e comunistas enquanto estabelecem uma narrativa de similaridade com o fascismo e nazismo.

Por fim, a então mera apologia antirrevolucionária de Burke, agora conservadorismos, se apresenta pró-democrático e plural, apesar de seguirem intransigentemente defensora da sociedade capitalista, antirrevolucionária e anti proletária.

Este conservadorismo gestado na Europa e encorpado nos EUA, chega ao Brasil com vertentes moderadas, como as europeias, e mais radicais como as norte americanas. Tais vertentes ideológico-políticas conservadoras passam

por algumas transformações para se adequar à formação sócio-histórica brasileira, que impactam nos ideais conservadores.

Assim sendo, os elementos do conservadorismo ao serem apropriados no Brasil, seguem corroborando a herança histórica do país, ainda presente no cotidiano, influenciando a manutenção de elites, além de determinar ações políticas, valores, imaginários e relações sociais. Para Ferreira e Botelho (2010), esta adaptação do conservadorismo, trata-se de um “pensamento conservador à brasileira”, onde as influências herdadas do período colonial e escravagista se unem aos princípios e valores organizados em teorias (sociais e religiosas) que deflagram tendências antidemocráticas e avessas aos direitos sociais dos trabalhadores.

Nomes como o de Gustavo Corção, notório conservador brasileiro, seriam a expressão deste conservadorismo abasileirado. Segundo Jalles de Paula:

A história das nações confirmava que sempre os "piores" eram escolhidos. Estava mais do que comprovado que a democracia '[era] um sistema regressivo anárquico, ou um sistema de entropia crescente' (O Globo, 5-6-1969). Daí a descrença na saída democrática, que, junto ao liberalismo político, com sua defesa do valor da liberdade, constituiriam argumentos favoráveis à esquerda, ou seja, à eleição dos piores. Uma vez que a representação, fundada no 'equivoco da Vontade Geral que é, na verdade, o pórtico do mundo totalitário' (O Globo, 5- 6-1969), sempre degeneraria. Dessa forma, sua (de Corção e dos setores conservadores próximos à sua militância - JMAS) prescrição do regime ideal é uma composição de autoridade, elite e representação. Ou seja, um híbrido de aristocracia, monarquia e 'alguma' participação popular (...) Para Corção, não havia condições para a democracia no Brasil porque não tínhamos provado que a minoria virtuosa não consegue conquistar os 'corações e mentes' das massas. Assim, justificava-se a ditadura militar. Além disso, no contexto brasileiro, o AI-5 era a medida que daria fim ao processo de mediocridade da sociedade brasileira. O mundo civil dispunha-se, finalmente, do instrumento necessário para a eliminação do 'inimigo vermelho' e a instalação de um regime cristão (2010, p. 357-358).

Corção, deste modo, evidencia, por seu posicionamento, a distinção entre seu conservadorismo *made in* Brasil, cujas bases históricas divergem das que propiciaram a gênese do conservadorismo clássico. Se, porém, há diferenças

impostas pelo contexto histórico e social, as semelhanças se perpetuam: aversão à democracia, apologia ao elitismo e, conseqüentemente, concentração econômica e à desigualdade social.

Destarte, considerando a especificidade brasileira, Souza (2016. p. 217) afirma que:

O período contemporâneo, no qual se faz presente com destaque, entre outras vertentes, a reatualização do conservadorismo burkeano, de corte irracionalista, mediada sobremaneira pela produção e atuação de Russel Kirk, por conseguinte, tanto reforça, quanto modifica inclinações ideológicas conservadoras inscritas nas lutas de classes do Brasil desde o período colonial, incluindo o racismo, o machismo, a intolerância religiosa, a homofobia e o preconceito de classe.

E assinala:

Com isso, queremos destacar que a formação do "conservadorismo à brasileira" emerge em um contexto histórico marcado por um racismo enraizado que atinge também as instituições, resultante da exploração secular do trabalho escravo e pelo tardio estabelecimento de relações tipicamente capitalistas. Trata-se de uma transição capitalista sem a mediação de um processo revolucionário "clássico" e sem um corte profundo e definitivo com as formas pré-capitalistas, ou extraeconômicas, de subordinação do trabalho ao capital. (SOUZA, 2016, p. 217)

Logo, evidenciamos que este "conservadorismo à brasileira", ressalvadas suas particularidades, segue a tradição do conservadorismo, inserindo-se no conservadorismo contemporâneo, marcado pelos ideais do liberalismo. Assim, sistema capitalista internacional, ideologia conservadora e passado colonial-escravista, "salvo em alguns setores do país, ainda conservam nossas relações sociais, em particular as de classe, um acentuado cunho colonial" (Prado Júnior, 2011, p. 10), se associa na Terra de Santa Cruz.

Fica patente, portanto, que o conservadorismo é, ao seu modo, revolucionário, apesar de as revoluções toleradas e promovidas possuírem um

cunho reacionário. Contudo, é também progressista enquanto foi cooptado pelo modelo econômico liberal. Ser conservador, apesar do termo, é modificar.

O que fundamenta, portanto, a ideologia conservadora, não é a estagnação, mas sim a manutenção oligárquica do poder a frente das revoluções e progressos necessários às instituições e sua própria base ideológica, além da naturalização das desigualdades sociais, uma vez que são ontológicas. Conservar a pirâmide social, onde o topo, único capacitado de uma visão sublime, deve, com prudência, coordenar a sua missão de promover as transformações necessárias para o monumento continuar seguro, ou ao menos, com sustentação.

2.2.2 Direita-Esquerda

Nesta seção, cômicos da radical polarização política que assolou o Brasil, abordaremos as compreensões de direita e esquerda. Uma vez que toda definição destes conceitos é reducionista e consideraremos as representação e autoclassificação dos sujeitos analisados – os bispos, optamos, provisoriamente, pela reflexão de Norberto Bobbio para iniciar as discussões.

Queremos assim, partindo de uma compreensão consagrada de “esquerda” e “direita”, estabelecermos um ponto de partida comum para mais adiante, realizarmos uma análise destes mesmos conceitos articulados pelos líderes religiosos da Igreja na complexa conjuntura brasileira.

É de amplo conhecimento que a consagrada divisão entre esquerda e direita no campo político se estabelece a partir da Assembleia de 1792, realizada no decorrer da Revolução Francesa, onde os 794 deputados estiveram reunidos para debater os rumos da França. Nesta reunião paradigmática para o Ocidente, os participantes se dividiram em blocos ideológicos e assim ocuparam o espaço. Os girondinos sentaram-se à direita do auditório, os jacobinos à esquerda. Tal geolocalização partidária se tornou modelo da divisão ideológica até hoje aceita, não sem, é claro, questionamentos quanto a sua viabilidade na contemporaneidade, onde diversos elementos foram inseridos na sociedade, a qual se tomou mais complexa.

Assim, com o desenrolar histórico, esquerda-direita passaram por reelaborações, ganhando diferentes compreensões, representações e

significações que se aproximam ou distanciam daquele ideal originário, variando com o contexto em que vai se dirimindo. Pensadores como Anthony Giddens e Norberto Bobbio debruçaram parte de suas pesquisas em busca de conceituações e verificação quanto a validade desta dicotomia consagrada.

Bobbio escreve uma obra dedicada a esta questão amplamente conhecida com o título “Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política”. O pesquisador italiano defende nesta obra a presença dessa díade mesmo na cultura pós-moderna, buscando definições a partir de seu contexto que justifique a resistência ainda da esquerda da direita.

O autor reconhece as limitações na definição. Ao se questionar sobre uma definição de socialismo, reconhece que em seu período já havia mais de 200 definições do que seria o socialismo. Esta ideologia política seria um movimento de operários, apresentando-se de modo plural nas diversas expressões de movimentos e regimes muitas vezes divergentes entre si.

Para Bobbio, o que caracteriza o socialismo, apesar de suas divergências e diferenças expressões, é “mais igualdade” (BOBBIO, 1994, p. 39). A questão da igualdade é central para a humanidade e entorno à busca pela igualdade se estabeleciam as disputas:

uma das maiores linhas de divisão entre os homens, em sua atitude para com seus semelhantes, é a que ocorre entre igualitários e não-igualitários, ou seja, entre os que creem que os homens são iguais entre si, apesar das diferenças, e os que creem que são desiguais, apesar das semelhanças; ou ainda entre os que acham injustas as desigualdades sociais porque os homens são mais iguais que desiguais e os que pensam que todo processo de encurtamento das distâncias entre classes e categorias não se justifica por serem os homens mais desiguais que iguais (Bobbio, 1994, p. 39-40).

Enquanto se luta por igualdade, emergem compreensões que se aglutinam sob o termo socialismo, ou melhor, socialismos, o liberalismo se põe em voga. Este, tão plural quanto os contextos, propiciou questões como a liberdade religiosa, econômica, política de expressão e escolhas individuais.

Igualdade e liberdade, deste modo, tornam-se dois valores antagônicos:

a doutrina liberal clássica sempre defendeu que a função do Estado é garantir a cada indivíduo não apenas a liberdade, mas

a liberdade igualitária. Com isso deu a entender que um sistema não pode considerar-se justo onde os indivíduos são livres, mas não igualmente livres, mesmo quando entende por igualdade a igualdade formal ou, nas formas mais avançadas, a igualdade de oportunidade. Segundo: a maior causa da falta de liberdade depende das desigualdades de poder, isto é, depende do fato de haver alguns que têm mais poder econômico, político e social que outros. (...) Se por um lado não faria sentido algum dizer que sem liberdade não há igualdade, por outro, é perfeitamente legítimo dizer que sem igualdade (como reciprocidade de poder) não há liberdade (Bobbio, 1994, p. 41).

O próprio Bobbio, apesar de uma definição simplista, posiciona-se em favor do ideal socialista em detrimento ao liberal, uma vez que, o primeiro, aposta em “mais igualdade”, implicando em mais liberdade e menos privilégios, enquanto o segundo, ao apostar em “mais liberdade”, estabelecerá mais liberdade para uns e menos para outros.

Segundo Lafer (2003, p. 44), Bobbio seria um “socialista liberal”, colocando-se na mediação entre a esquerda de vocação democrática e os liberais contrários às desigualdades. Tal localização política, explicita as limitações desta diáde.

Contudo, defende cientista político, direita e esquerda são ideologias, modos de pensar e agir antagônicos e excludentes:

“Esquerda” e “direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente a ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesse e de valorações (*valutazion*) a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer (Bobbio, 1995, p. 33).

Apesar de reconhecer ambos os polos antitéticos serem limitados para a complexidade da vida social nas democracias atuais, estes possibilitam matizes como o centro, centro-esquerda, centro-direita, extrema-direita e extrema-esquerda.

É nestes espaços criados – entre e ao redor - pela tensão direita-esquerda que se assentariam as novas demandas da pós-modernidade, o que, portanto, não exclui os polos, mas os reafirmam. Estes, especialmente no Brasil, são reivindicados constantemente em sua história recente, apesar dos tons.

E estas tonalidades, confeccionadas singularmente na história, oscilam entre moderados e extremistas. Enquanto os moderados compreendem a história como um desenrolar de as mudanças deve ocorrer gradualmente seguindo uma ordem estabelecida, os extremistas compreendem que é a ação humana capaz de romper com o tecido social para que um novo se estabeleça. As rupturas revolucionárias que o bolchevismo, stalinismo, nazismo e fascismo se tocariam, apesar de os primeiros serem de viés de esquerda e os dois últimos de direita.

Destarte, resultariam, entre direita e esquerda, quatro posicionamentos: extrema-direita, que reúne movimentos com tom inegalitários e autoritários; a centro-direita com movimentos contra o igualitarismo, mas democrático; a centro-esquerda na defesa de igualdade; a centro-esquerda, com movimentos com viés igualitários, porém democráticos; e por fim, a extrema-esquerda, com movimentos em defesa do igualitarismo via autoritarismo.

Com as mudanças desencadeadas pelos movimentos a partir de 1960, as agendas políticas de esquerda e direita foram ampliadas, uma vez que introduz nos cenários internacional e nacionais as novas reivindicações de movimentos sociais como as lutas por direitos de mulheres, negros e LGBTQIAPN+.

As pautas de direitos sexuais e reprodutivos tornam-se elementos complicadores para a definição de Bobbio. Tomando o Brasil como exemplo, os direitos da comunidade LGBTQIAPN+ é amplamente defendido pelos movimentos de esquerda e de direita e criticados por pela extrema-direita e pela extrema-esquerda (Partido da Causa Operária). Se no Brasil, os movimentos de esquerda. Internacionalmente, temos Rússia e Cuba, regimes à esquerda, porém conservadores em relação às demandas de gênero e sexualidade.

Tais exemplos são provas cabais das limitações dos conceitos de esquerda e direita, antepostos e sem adjetivos que os amplie. Há polos, mas estes já não podem ser contemplados ontologicamente, mas tão somente vistos in loco, onde ganha conformações próprias e até antagônicas entre os semelhantes.

Ao buscar as formas de autoclassificação ideológico-partidárias no Brasil, Silva (2017a), reafirma a compreensão de multidimensionalidade neste processo:

Uma das principais novidades oferecidas por essas atualizações reside na noção de multidimensionalidade das crenças políticas, que tenta captar as múltiplas clivagens existentes nas sociedades contemporâneas [...] A formulação perpassa estudos em países diversos e atravessa tanto os trabalhos de ciência política, quanto os de sociologia e psicologia, e ajuda a compreender de maneira mais matizada o entendimento dos cidadãos comuns acerca das numerosas questões públicas que permeiam os debates sociais. Em vez de uma aceção diádica, tal qual Bobbio (1996), esquerda e direita podem aparecer como conceitos sobrepostos, variando de acordo com os diferentes domínios concernentes aos assuntos coletivos. Em outras palavras, nessa orientação, os indivíduos estão “autorizados” a combinar posicionamentos progressistas e conservadores sobre temáticas heterogêneas, sem serem “acusados” pelos politólogos de baixa sofisticação, inabilidade ou desatenção com os conteúdos propostos por meio dos ditames da política institucional (SILVA, 2017a, p. 30).

Logo, seria ingênuo imaginar que as lideranças eclesiais a serem compreendidas neste trabalho, coubessem tão somente na taxonomia esquerda, direita, conservador, progressista. Assim, faz sentido o conservador nos costumes e liberal na economia. E tantas quantas combinações as peças, ou melhor, os bispos, do tabuleiro elaborarem durante a partida no tabuleiro.

2.2.3 Guerra Cultural na Igreja

Ao atracar na Terra de Santa Cruz, o catolicismo se desenvolve numa relação nem sempre amigável com a construção do processo político. Na travessia desde o padroado, império, república, regime militar e democracia, a Igreja foi uma das personagens principais, como nos apresenta Azzi (2008), ao analisar a formação da sociedade brasileira:

A Evangelização das terras brasileiras, iniciada em meados do século XVI, processa-se dentro da perspectiva medieval de conquista do território para a fé católica. O pressuposto era a necessidade de se estabelecer na nova terra uma colônia, sob o domínio dos monarcas lusitanos, como condição fundamental para a implantação da fé católica. Os missionários estavam conscientes de que sua missão religiosa se inseria num projeto maior, visando a fundação da Cristandade colonial, à frente da qual estaria o rei de Portugal (AZZI, 2008, p. 15).

Desde o início da sociedade brasileira, a Igreja coopera com os dominadores portugueses visando a difusão do catolicismo. Igualmente, os colonizadores cooperam com o catolicismo visando a difusão das ideias exploratórias através da religião. Esta cooperação se perpetua em toda a história do Brasil, obviamente com muitos conflitos e dissidências. Somente a partir da instauração da democracia e da Teologia da Libertação, que a Igreja adota uma postura oficialmente dedicada a um trabalho que prima pelas camadas pobres do Brasil.

Após o entusiasmo causado pelo *aggiornamento* proposto pelo Vaticano II, o florescimento das pastorais libertadoras, o falecimento dos bispos que foram ícones nesta causa, a exemplo de Helder Câmara e Dom Evaristo Arns, e o recrudescimento conservador durante o fim do pontificado de João Paulo II, desponta uma tendência mais espiritualista, expressa principalmente na Renovação Carismática e no florescimento de “padres cantores”. Novidades que acabaram por diminuir a ação dos movimentos mais progressistas e de viés socialista no catolicismo brasileiro, apesar da persistência e resistência das CEBs e de alguns bispos alinhados aos anseios dos povos latino-americanos.

Sucedendo João Paulo II, o então prefeito da Congregação da Doutrina da Fé, o Cardeal Ratzinger, que combateu fortemente a Teologia da Libertação, é eleito Papa, propiciando um ambiente favorável ao modelo medieval e ao conservadorismo católico, reconfigurando o catolicismo. Ainda que “moderado”, Bento XVI viabiliza a expressão de movimentos tradicionalistas e espiritualistas, dirigindo o foco de seu pontificado para questões doutrinárias e ritualísticas.

No entanto, a nomeação de bispos conservadores para setores e sedes estratégicas consiste na grande marca do papa alemão. Com bispos mais alinhados com sua teologia romana, as dioceses e a política interna e externa da Igreja, acabam por se distanciar dos movimentos sociais aspirados pelos clérigos e leigos da década de 80, alinhados com Leonardo Boff e outros expoentes da Teologia da Libertação.

Finalmente Ratzinger derrotou, aparentemente, a força das teologias latino-americanas. É esta mudança estrutural feita por Bento XVI que transforma os rumos do catolicismo no Brasil, juntamente com as tendências socioeconômicas que a sociedade brasileira está enfrentando, como a crise das instituições entre outras, produto da Pós-Modernidade.

Neste contexto, a CNBB, alinhada com Roma, começa a direcionar sua posição no Estado brasileiro para travar lutas morais: combater o aborto e direitos LGBTQIAPN+. Ao contrário do que se possa imaginar, o sintagma “Ideologia de Gênero”, abraçado e alardeado pelas igrejas evangélicas, especialmente pela bancada evangélica, é uma criação do catolicismo (JUNQUEIRA, 2017).

O episcopado brasileiro, ao menos oficialmente, direcionou na atualidade sua agenda pastoral para combater a influência dos movimentos feministas, LGBTQIAPN+ e outras vertentes que questionam valores morais caros ao catolicismo conservador. No Brasil e no mundo, a Igreja começa um processo de fechamento e reafirmação doutrinária eurocêntrica, bem distinto das propostas de diálogo e renovação do Concílio Vaticano II e da CNBB inicial.

Todavia, a crise econômica mundial, que afeta inclusive a Igreja Católica, gera questionamentos e transformações na sociedade. Direitos humanos voltam a ser pautas. Países em guerras, entre outros desafios, emergem e não podem ser respondidos satisfatoriamente por uma doutrina autorreferente.

Juntamente, após o vazamento de informações do chamado escândalo do *Vatileaks*, eclode a corrupção interna presente no Estado do Vaticano, cuja responsabilidade não pode ser respondida por um papa de gabinete. Depois de sucessivos escândalos econômicos e de pedofilia, Bento XVI renuncia seu cargo de líder máximo do catolicismo (romano).

A imagem da Igreja estava profundamente arranhada. A opinião pública internacional olhava com desconfiança. Entre os papáveis, a tensão conservadores-liberais marcava as apostas do novo papa: alguém que manteria a linha adotada por Ratzinger, ou um reformador “progressista”? Curiosamente, a Conclave foi rápido. A Igreja não poderia se demorar em acalmar os ânimos e começar a dar respostas.

No dia 13 de março de 2013, é eleito o primeiro papa da América Latina: o Cardeal Jorge Bergoglio, arcebispo de Buenos Aires, na Argentina. Sob o nome de Francisco, cuja escolha se deu após o pedido do cardeal brasileiro Dom Cláudio Hummes (“Não se esqueça dos pobres!”), a teologia e ação pastoral do catolicismo começou a tomar um rumo inovador. O trono perde seu destaque, o altar é reposicionado, mas também não constitui o centro. O Romano Pontífice

se apresenta como o papa do fim do mundo e se inclina pedindo orações ao povo: Sumo Pontífice¹⁸ pede as orações dos leigos!

Como muitos afirmam, o Papa Francisco não possui perfil de teólogo. Desde o arcebispado de Buenos Aires ele é um conhecido pastor. Busca trilhar uma vida de pároco, mesmo governando a mais importante diocese de seu país. Apesar do nome de ascendência italiana, Bergoglio é um clérigo latino americano. Acima de tudo um jesuíta. Duas posições que no mínimo, deslocam-no do eurocentrismo católico. Rapidamente conquista a opinião pública mundial com sua postura dialógica, austera e de proximidade com todos.

São muitas as reformas que Francisco inicia, mas estas não são feitas via encíclicas e pronunciamentos *ex-cathedra*. Suas reformas são simbólicas: o nome Francisco, remete à simplicidade e opção pelos pobres do Santo de Assis; a apresentação como bispo de Roma, evidencia a antiga teologia de que o Papa não é o chefe da Igreja, mas o “*primus et pares*”, que garante a unidade, presidindo a Igreja universal na caridade com os outros bispos; renúncia ao apartamento pontifício, realização de refeições diárias com moradores de rua no refeitório da Casa de Santa Marta, paramentos litúrgicos sóbrios, diferentes dos utilizados pelo seu antecessor. Homilias e pronunciamentos sem leitura de textos; convocação de sínodo para discutir, a partir das experiências das igrejas particulares, temas delicados como homossexualidade e casamento de segunda união; e especialmente, as nomeações e destituições de líderes para seu governo.

As transformações que Francisco tem realizado causam certos atritos com os setores conservadores da Igreja. Se após o moderado pontificado de João Paulo II, Bento XVI, que era peça principal, deu continuidade, amplificando um afã tradicionalista sem dificuldades, o Papa argentino gerou grande desconforto, culminando em resistências na Cúria romana e em todo o *orbi* católico por parte dos clérigos e leigos contrários às posições progressistas. A CNBB não ficou incólume.

Em apenas cinco anos de pontificado, as disputas entre ideologias conservadoras e progressistas estavam cada vez mais acirradas. Podemos observar isto, de modo mais claro, no território brasileiro, lugar da nação com

¹⁸ Título dado ao papa, o qual, sendo sucessor de Pedro, possui as “chaves dos céus” e por este poder, é o mediador maior das bênçãos e condenações de Deus.

maior número de fiéis católicos do mundo. A CNBB se tornou reflexo desta querela, já antiga na própria história deste órgão do episcopado brasileiro, mas que, a partir de 2016, ganha uma exposição maior, projetada pelas mídias sociais.

2.2.4 Guerra cultural na CNBB

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é criada como uma organização católica permanente instituída no Brasil por iniciativa de Dom Hélder Câmara em 16 de outubro de 1952, no Rio de Janeiro, com a aprovação do então Papa Pio XII¹⁹ (LASCOSTE, 2004). Foi a terceira no mundo, de considerável importância para o surgimento de novas conferências episcopais, que até o Vaticano II eram incomuns:

O período pós-conciliar (isto é, posterior à conclusão do Concílio Vaticano II, realizado entre 1962 e 1965) traria uma nova dinâmica a este processo. Como era de se esperar, em 1966, um ano após o citado decreto que convalidou o ministério colegial dos bispos, esse número aumentaria bastante, com a constituição das conferências francesa, norte-americana, espanhola, holandesa e australiana. Por fim, o processo se expandiria para os países árabes (1967) e algumas outras regiões da Europa (a portuguesa em 1967 e a escandinava em 1970), além de ampliar sua presença no continente latino americano, com a criação das conferências uruguaia, em 1967, e venezuelana, em 1972 (COSTA, 2014, p. 114).

Em seus 66 anos de atividade, a CNBB desempenhou sua tarefa em meio aos conflitos com Roma e com o Estado brasileiro. Contudo, ainda mais intensos foram os embates internos configurados por conservadores e progressistas. Não ocorreram unanimidades em seu caminhar histórico (MIRANDA, 2009).

No entanto, dado o contexto de surgimento, todas as dificuldades são oriundas das questões sociais no Brasil. Curiosamente, o nascimento se deu

¹⁹ O Código de Direito Canônico vigente atualmente na Igreja Católica assim define a estrutura: “A Conferência dos Bispos, organismo permanente, é a reunião dos Bispos de uma nação ou de determinado território, que exercem conjuntamente certas funções pastorais em favor dos fiéis de seu território, a fim de promover o maior bem que a Igreja proporciona aos homens, principalmente em formas e modalidades de apostolado devidamente adaptado às circunstâncias de tempo e lugar, de acordo com o direito.” (Cân. 447).

durante o pontificado do último papa conservador anterior ao Vaticano II, Pio XII, obviamente por influência de seu secretário, o Cardeal Montini, futuro Papa Paulo VI, por intermédio de Dom Helder Câmara.

Após a Era dos Pios, João XXIII e Paulo VI propiciaram a abertura para as causas sociais, por meio de pronunciamentos e encíclicas preocupadas com a doutrina social da Igreja. Contudo, o episcopado conservador se opunha às leituras que os colegas bispos faziam no Brasil. Este é o contexto em que a CNBB se insere, sob a liderança de Dom Hélder Câmara:

Também ao final da década de 1950 e início da década de 1960 estabeleceu-se uma aproximação entre alguns setores da Igreja — basicamente o grupo progressista do episcopado, juntamente com a Ação Católica e seus setores jovens — e aqueles segmentos sociais em luta pela transformação da sociedade. As inovações do pensamento social da Igreja universal e a presença de uma crítica crescente aos desequilíbrios estruturais contribuíram para esse engajamento, que se fez dentro da Igreja através de dois grupos: o grupo renovador, influenciado pela ideologia modernizante do desenvolvimento, e o grupo progressista, autor de uma crítica mais radical à sociedade, que constituiria a própria origem da “teologia da libertação”. Num quadro mais amplo, o caminho seguido pela CNBB estabeleceria, portanto, uma divisão no interior da hierarquia eclesiástica na medida em que passava a marginalizar seus setores mais conservadores (KORNIS & MONTALVÃO, 2009).

Assim, instituída a CNBB, e seguindo a influência do pensamento social, uma identidade progressista exerce hegemonia. Não foi em vão que, apesar da participação dos clérigos e leigos conservadores no golpe militar, oficialmente a CNBB se viu forçada, paulatinamente, a se posicionar contrária aos abusos do regime militar e do AI5 de 1968. Ainda que discretamente, com a projeção das ações de bispos como Dom Tomás Beduino, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Luiz Gonzaga Fernandes e Dom Paulo Evaristo Arns. Em 1973, este perfil social-político é assumido pela Campanha da Fraternidade, que passa a associar os exercícios de penitência quaresmal sob a ótica da libertação dos pobres (QUEIROGA, 1977; SOUZA, 2004).

Com um episcopado nomeado pelo Papa Paulo VI, a CNBB ainda se mantém vinculada ao espírito inicial engendrado por Dom Hélder, garantindo lhe

reconhecimento e prestígio internacional. Todavia, com a morte de Paulo VI, e o meteórico pontificado de João Paulo I, a Igreja passa a retornar sua perspectiva conservadora com o longo Pontificado de João Paulo II, e seu secretário Cardeal Ratzinger, como afirma Godoy (2015):

A CNBB era conduzida e sustentada por um grupo significativo de bispos eleitos no período do pontificado do Papa Paulo VI identificados com a Ação católica e com o espírito de Dom Helder Câmara. No ano de seu jubileu de prata, no dia 15 de novembro de 1977, a CNBB inaugura sua nova sede, transferindo-se do Rio de Janeiro para Brasília. A década de setenta foi marcada por grande projeção da CNBB no cenário político brasileiro, e isso lhe trará consequências sérias na década de oitenta, quando aumentaram significativamente as dificuldades de entendimento com Roma, sobretudo depois da ascensão do Papa João Paulo II e do Cardeal Ratzinger como Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé. (GODOY, 2015, p. 136)

Durante a ditadura militar iniciada em 1964, os bispos já estavam divididos em relação ao Regime Militar, onde alguns, juntamente com leigos, endossaram pelo medo ao comunismo: “Durante o período do governo autoritário, houve uma significativa cisão ideológica na esfera da Igreja. A tomada de poder pelos militantes contou com o apoio de amplos segmentos da instituição católica, tanto em âmbito de clero como do laicato” (AZZI, 2008, 151).

A CNBB polarizou-se, por um lado, entre aqueles que, com medo do comunismo, apoiaram e agradeceram o Regime de 64. Na face oposta foi representada pelos que se opunham ao autoritarismo do governo dos militares. Entretanto, mais tardiamente em 2014, a CNBB emite uma nota em repúdio aos regimes ditatoriais, especialmente o Golpe Militar de 64 e enaltece a democracia²⁰.

Findado o regime militar, gradualmente a Igreja no Brasil vai retornando aos moldes anteriores, conforme o governo de João Paulo II vai modelando:

²⁰ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB faz memória, neste 1º de abril, com todo o Brasil, dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964, que levou o país a viver um dos períodos mais sombrios de sua história. Recontar os tempos do regime de exceção faz sentido enquanto nos leva a perceber o erro histórico do golpe, a admitir que nem tudo foi devidamente reparado e a alertar as gerações pós-ditadura para que se mantenham atuantes na defesa do Estado Democrático de Direito (CNBB, 2014).

Consolida-se nessa conjuntura, de acordo com Danièle Hervieu-Léger, o catolicismo intransigente, quer seja quando repõe o antimodernismo da Cúria Romana, na retomada da estabilidade doutrinária sem qualquer compromisso com as exigências da racionalidade moderna, quer seja na afirmação do primado da autoridade papal, afavelmente imposta nas centenas de viagens realizadas por João Paulo II. Assim, a intensa reconstituição da totalidade estrutural e doutrinal da Igreja e a investida ético-moral, serão o binômio inseparável que marcaria o último pontificado. Segundo a autora, práticas pastorais sob essas orientações colocam à instituição na linha de uma *exculturação*, isto é, aumenta a distância entre Igreja e a modernidade, diminuindo a capacidade da primeira interferir nos processos sociais por não corresponderem às demandas da cultura contemporânea (CARRANZA, 2006, p. 115).

Além das constantes censuras doutrinárias, e a publicação de normas que iriam regular as conferências episcopais, ocorre a mudança no episcopado, cuja nomeação se dá a partir do perfil moderado dos candidatos à bispo, alinhado à nova (e antiga) compreensão de Igreja.²¹ (DULLES, 1987; MIRANDA, 2005).

É nesta dinâmica de pronunciamentos de correção à Teologia da Libertação e política de substituição de bispos, articuladas por Ratzinger, que a CNBB original é enfraquecida e um novo rearranjo conservador se estabelece no episcopado brasileiro:

Nos primeiros anos do pós-Concílio, o candidato ao episcopado parecia ser um sacerdote que fosse, antes de tudo, aberto ao mundo; em todo o caso, este requisito era posto em primeiro plano. Depois da virada de 1968 e em seguida, lentamente, com o agravar-se da crise, compreendeu-se que aquela característica única não era suficiente. Percebeu-se que, também através de amargas experiências, se faziam necessários bispos abertos, mas, ao mesmo tempo, dispostos a opor-se ao mundo e a suas tendências negativas (Ratzinger, 1985, p. 44-45)

²¹ “Os tradicionalistas ou conservadores manifestam pouca ou nenhuma consciência social; têm mentalidade burguesa e por isso mesmo não questionam as estruturas sociais. Em geral se preocupam em manter seus privilégios que identificam com a ‘ordem estabelecida’. Sua atuação na comunidade possui caráter paternalista e assistencial, sem nenhuma preocupação com a modificação do status quo” (CELAM, 1979, p. 95).

É a partir desta perspectiva que podemos diagnosticar como se dá a hegemonia de determinado traço ideológico na identidade da CNBB: além do caráter sócio-político do Brasil, a escolha do perfil dos bispos é determinante. E este perfil deve ser liberal-conservador:

Ela defende a liberdade de consciência e de manifestação do pensamento, assim como aceita o pluralismo e proclama o valor do diálogo. Mas por outro lado, interno, estruturada à semelhança dos regimes monárquicos, a Igreja teme o pluralismo e a manifestação de ideias discordantes (CHRISTO, 1979, p. 94).

São estes novos bispos, protótipos de um modelo “antigo”, que integraram massivamente o episcopado brasileiro à campanha do longo período do Papa Polônês a frente da Igreja Romana.

Mediante sua influência durante o pontificado de João Paulo II, Bento XVI não obteve dificuldade para propiciar o conservadorismo no catolicismo brasileiro. Quando cardeal, o Ratzinger já havia lançado as bases de seu pontificado e da geração do episcopado futuro.

Vemos, portanto, um pêndulo que se move entre os polos conservadores (João Paulo II e Bento XVI) e o progressista de Francisco. Coutinho (2018), ao analisar as diferenças no perfil da CNBB em 1968 e em 2018, afirma:

Em 1968, o episcopado brasileiro vivia sob a égide de quatro “conceitos” que o remetia para o futuro: renovação eclesial (fruto do Vaticano II), planejamento pastoral (Plano de Pastoral), reformas de base e desenvolvimentismo. Apesar do anticomunismo – e, por isso, agradeceram aos militares pela heroica ação de livrar o Brasil do risco comunista – já havia muita sensibilidade para uma “opção pelos pobres”, especialmente vindo do grupo dos bispos nordestinos. Em 2018, a maioria dos bispos vive ainda muito impactada com o pontificado “radical” do Papa Francisco. Poucos aderiram ao seu projeto de reforma e preferem o passado. Uma boa maioria ainda espera viver os “anos gloriosos” da época de João Paulo II e Bento XVI e sem nostalgia nenhuma da “CNBB profética” dos anos 1970. E do ponto de vista político, estes mesmos agradecem à Deus pelo fim da hegemonia “petista” e esperam que as eleições confirmem um governo de “centro” ou “centro-direita” (COUTINHO, 2018).

Logo, a CNBB estaria sob forte influência de um episcopado com ideais eclesiológicos conservadores da era anterior e, por isto, em conflito com as ideias progressistas do novo e atual Papa Francisco: “ainda não foi suficientemente explicitado um estatuto das conferências episcopais que as considere como sujeitos de atribuições concretas, incluindo alguma autêntica autoridade doutrinal” (PAPA FRANCISCO, 2013, 32).

Este conflito interno veio à tona, mais uma vez, no início de 2018 com um vídeo de um leigo católico, Bernardo Küster, no qual denuncia, dentre muitas coisas, um suposto financiamento de ONGs “abortistas” com dinheiro arrecadado nas igrejas católicas²².

Imediatamente, no fim da Assembleia Geral dos Bispos de 2018, em Brasília, a CNBB emite a *Nota de Esclarecimento sobre a utilização de recursos do Fundo Nacional de Solidariedade (FNS)*²³. Não tardou e outro bispo, Dom Fernando Arêas Rifan, um conservador, escreve texto bidirecional, onde, além da defesa do episcopado brasileiro ante os leigos, também critica os bispos por permitirem abusos litúrgicos e adoção de um discurso socialista, que geraria compreensíveis escândalos entre o povo católico (RIFAN, 2018)²⁴.

Desde seus primórdios, esta disputa interna de compreensões eclesiológicas encontra-se presente (SCHILLEBEECKX, 1971). Polarizados, os bispos se articulam em grupos divididos entre conservadores e progressistas, e no campo político, entre esquerda e direita (SANCHEZ, 2003).

²² Perfil de Bernardo Pires Küster no Facebook onde faz a acusação contra a CNBB. Disponível em: <https://www.facebook.com/bernardopkuster/videos/10156268603813395/>. Consulta em 10 mai. 2023.

²³ A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB esclarece que, ao contrário do que se veicula em redes sociais, não financiou projeto algum de “ONGs abortistas”, nem de “grupos terroristas”, com recursos do Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), constituído pela coleta da Campanha da Fraternidade-2017. Um dos projetos financiados em 2017 foi o V Encontro dos Signatários da Plataforma por um Novo Marco Regulatório para as Organizações da Sociedade Civil, realizado em São Paulo, no mês de outubro de 2017. (CNBB, 2018b). Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/nota-de-esclarecimento-sobre-a-utilizacao-de-recursos-do-fundo-nacional-de-solidariedade-fns/>. Consulta em 10 mai. 2023.

²⁴ Por outro lado, **aos caríssimos irmãos no episcopado** lembro humildemente que, mesmo exagerando e passando dos limites, os clamores dos fiéis leigos podem estar refletindo o “*sensus fidelium*”, que devemos escutar. Está na hora de recuperarmos o bom nome da nossa Conferência Episcopal. Não podemos tolerar pacificamente tantos abusos doutrinários e litúrgicos que vemos por aí, em nossas Igrejas, e que fazem tanto sofrer nossos fiéis. Será que eles não estão explodindo de tanto aguentar certas invencionices litúrgicas e aberrações doutrinárias? RIFAN, Dom Fernando Arêas. Dom Fernando Arêas manifesta sua posição em relação às críticas apresentadas à CNBB. 06 de março de 2018. Disponível em: <https://cleofas.com.br/dom-areas-rifan-manifesta-sua-posicao-em-relacao-as-criticas-apresentadas-a-cnbb/>. Consulta em 10 mai. 2023

Ao descrever a CNBB, Morais (1982) afirma que a

CNBB é, antes do mais, uma reunião de homens que comungam a mesma fé, mas nem sempre comungam as mesmas ideias quanto ao modo de expressão dessa fé e quanto ao modo de executar suas tarefas. Se alguns encaram o episcopado como responsabilidade, outros ainda o veem como privilégio. Ao que parece, nem todos os bispos se libertaram das velhas estruturas que privilegiavam socialmente as funções sacerdotais, conforme os já mencionados apontamentos do frei Francisco Rolim. Nós, que observamos externamente, somos tentados a com certa facilidade atribuir a bom número dos membros do episcopado brasileiro as características traçadas pelo próprio documento que contém as conclusões de Medellín, em relação a toda a parte de tradicionalistas ou conservadora do povo latino-americano (MORAIS, 1982, p.36)

Com o cenário político atual, esta polarização continua interferindo na identidade da CNBB enquanto organização eclesial e, conseqüentemente, na sua participação política na sociedade brasileira, mergulhada em escândalos e na crise econômica. Assim,

As constituições de organizações eclesiais variam grandemente. A forma – diz com muita perspicácia um moderno historiador – que o governo da Igreja assume em qualquer época dada não constitui um acidente, mas deve ser vista como expressão externa de espírito que trabalha de dentro – a corporificação de propósito inteligível. Da mesma forma que um significado profundo se prende às variações da doutrina cristã, assim também há sentido nas mudanças que tiveram lugar nas organizações eclesiais. O último é representado por concepção muito elevada de solidariedade, com rejeição parcial ou total da organização, lei e disciplina dentro de um corpo unido de fiéis, com insistência no princípio de igualdade e com retornos periódicos aos ideais de seu início. O primeiro modelo caracteriza-se, em primeiro lugar, pela aceitação mais ou menos acrítica da tradição (WACH, 1990, p. 68).

Diante de um posicionamento dúbio e discreto, tensionado pela disputa interna de modelos institucionais, e em decorrência do acirramento de ânimos neste pleito de 2018, a CNBB emite uma nota onde orienta aos fiéis católicos a

não votarem em políticos com discursos que façam apologia à violência como solução. Ainda que de forma modesta, muitos setores interpretaram tal pronunciamento como uma crítica ao candidato Jair Bolsonaro (PSL).

Desta maneira, a CNBB que estava tentando uma certa imparcialidade, é lançada na disputa presidencial: cobrada pelos setores de centro e esquerda por uma condenação da extrema-direita e rejeitada pela mesma. Não demora, um eleitor do candidato Bolsonaro faz ameaças aos gritos na frente da sede da CNBB²⁵ e algum tempo depois, o presidenciável, em um vídeo, diz que “a CNBB é a parte podre da Igreja Católica”²⁶.

Fica evidente a importância da CNBB no cenário político brasileiro. Tanto para a Direita quanto para Esquerda, seja no Golpe de 1964 ou no Golpe de 2018 (ainda se desenrolando), é reconhecido, na concepção de Bourdieu (2004), o poder simbólico da Igreja Católica no Brasil, expressa nos bispos²⁷.

Portanto, é preciso compreender esta instituição, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Estes posicionamentos, ora à esquerda progressista, ora à direita conservadora, expressam sua identidade social enquanto grupo religioso, como afirma Libânio (1983):

A categoria “identidade social” pode ajudar-nos a entender a crise conjuntural atual da Igreja e a dar conta do fenômeno, ao menos sob certa perspectiva. A Igreja é corpo social, e como tal, possui uma identidade, que pode ser, ora mais coesa, firme, ora mais elástica, pluriforme. Mas sempre existe um mínimo de identidade. É a “identidade social” do grupo. A “identidade social” pode ser considerada na sua estrutura e no seu processo

²⁵ Eleitor de Bolsonaro surta, diz que CNBB abriga “bandidos”, e acusa bispos católicos e pastores evangélicos de serem “comunistas”. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/eleitor-de-bolsonaro-surta-diz-que-cnbb-abriga-bandidos-e-acusa-bispos-catolicos-e-pastores-evangelicos-de-serem-comunistas-veja-o-video.html>.

Consulta em 05 jun. 2023

²⁶ Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/583781-bolsonaro-sobre-os-bispos-brasileiros-eles-sao-a-parte-podre-da-igreja-catolica>. Consulta em 05 jun. 2023

²⁷ “Essas lutas simbólicas – tanto as lutas individuais da vida cotidiana quanto as lutas coletivas e organizadas da vida política – encerram lógicas específicas, que lhes conferem uma real autonomia em relação às estruturas nas quais estão enraizadas. [...] Assim, podemos agora examinar sob que condições um poder simbólico pode se tornar um poder constitutivo, tomando o termo constituição, com Dewey, quer em seu sentido filosófico, quer em seu sentido político, isto é, um poder para conservar ou transformar os princípios objetivos de união e separação, casamento e divórcio, associação e dissociação, em ação no mundo social, o poder para conservar ou transformar as classificações existentes em matéria de sexo, nação, região, idade e status social, e para fazer isso através das palavras usadas para designar ou descrever indivíduos, grupos ou instituições” (BOURDIEU, 2004, pp. 160, 163).

constitutivo. São considerações complementares. Pois o corte sincrônico, estrutural pode dar-nos a ilusão de que a identidade é algo estático, fixo, imutável. A identidade social está continuamente fazendo-se e refazendo-se. Entretanto é válido deter-nos nos seus elementos constitutivos, tentando detectá-los a sua realidade objetiva. (LIBANIO, 1983, p. 19)

E esta identidade social emerge da compreensão da missão-identidade do bispo: sacerdote ou profeta. Esta dualidade do bispo interfere e constitui os processos sócioeclesiais, pois a “escolha dos bispos obedecerá a critérios de fidelidade, obediência visível à Instituição. (...) Processar-se-á uma inversão, para não dizer involução, no modo de a hierarquia relacionar-se com os fiéis” (LIBÂNIO, 1999, p. 28).

Esta identidade social se recompõe a partir de modelos passados que ainda influenciam, em grande ou menor grau de adesão dos atores da instituição. Ao apresentar “os grandes modelos herdados do passado”, Leonardo Boff (1982) classifica-os em quatro práticas eclesiais presentes na América Latina: A Igreja como *civitas Dei*; a Igreja como *mater et magistra*; a Igreja como *sacramentum salutis*; e a Igreja a partir dos pobres. (BOFF, 1982, pp. 17-29).

A identidade social destes quatro modelos se daria através da articulação Reino-mundo-Igreja. Todavia, o que distinguiria os três primeiros modelos do último é como as lideranças interpretam e recompõem a Igreja a partir do seu contexto histórico concreto, quer negando-o (*civitas Dei*), marginalizando-o (*mater et magistra*), assumindo-a partir de interesses próprios (*sacramentum salutatis*), quer confortando e assumindo a realidade (a partir dos pobres).

A partir de sua historicidade, os líderes religiosos, que em nossa análise são os bispos brasileiros, são os protagonistas - não os únicos - da construção da identidade social da Igreja no Brasil, a qual a CNBB seria sua expressão. Entretanto, é preciso identificar como compreendem seu papel de bispo.

O bispo continua sendo uma personalidade importante na sociedade civil. Possui ainda um papel representativo. É convidado para as grandes celebrações da sociedade civil (inaugurações, pedras fundamentais, comemorações etc. ou ainda posse de presidentes, governadores, prefeitos, juízes, chefes de polícia etc.), o que mantém uma espécie de cumplicidade entre as autoridades religiosas e civis (e

também militares). Isso faz com que o bispo possa sentir-se mais comprometido com a ordem social do que com a justiça ou defesa dos pobres. Pode assumir uma mentalidade de governo civil, dando assim continuidade à mentalidade de cristandade. (COMBLIN, 2000, p. 73)

Segundo os modelos de lideranças religiosas propostos por Joachim Wach (1990), o *sacerdote é o guardião de tradições e o protetor dos conhecimentos sagrados e da técnica de meditação e oração* (WACH, 1990, p. 431). Esta figura estaria ligada ao desempenho das funções de mestre erudito, juiz e administrador, cujo papel é formular normas e reafirmar preceitos.

Por outro lado, imerso no contexto em que vive, a figura do profeta é capaz de antever e avisar os perigos que o seu povo está prestes a enfrentar: “o profeta reage vigorosamente a todo transtorno ou deturpação da ordem cívica ou moral, a qual é destinada a refletir a vontade divina” (WACH, 1990, p. 417).

Enxertados num modelo de Igreja e interpelados pela sociedade atual, é na relação entre os dois *tipos* de lideranças que os bispos constituem a si, sua ação pastoral, colegialidade episcopal, a unidade institucional e, conseqüentemente, a identidade social da CNBB:

A atitude do indivíduo com relação à sociedade em todas as suas formas e a influência de uma religião nas relações sociais e instituições dependerão em grande parte do espírito que permeia as doutrinas, o culto e a organização de um grupo religioso. Esse espírito determina as relações-inter-humanas numa dada sociedade. Instituições como casamento, família, parentesco e Estado são entendidas à luz da experiência religiosa central e um ideal correspondente de sociedade é formulado. Isto, porém, constitui apenas um aspecto da interação de religião e sociedade porque, conforme veremos, as próprias expressões da experiência religiosa estão sujeitas a influências e mudanças de largo alcance por parte de forças sociais que atuam de fora (WACH, 1990, p. 68).

Como os bispos, portanto, tão distintos e polarizados, tem atuado no cenário atual? Como se dá a dinâmica de hegemonia entre as ideologias rivais dentro desta instituição católica? A colegialidade episcopal existe de fato entre os Bispos do Brasil? Esta colegialidade existe de fato, ou trata-se de um “acordo de cavalheiros”?

Para compreender como a CNBB atua e interfere na sociedade brasileira, especialmente neste momento crítico (2013-2018), faz-se necessário compreender que esta instituição religiosa possui uma identidade social que opera a partir de modelos eclesiais que são recompostos pelos bispos, os quais podem adotar uma autocompreensão de sacerdote ou profeta, influenciados pelo período do pontificado que os nomeou.

Assim, parafraseando os questionamentos de Moraes (1982) a partir do lema adotado pela CNBB em seus primórdios de ação pastoral – “*ver, julgar e agir*” - perguntamo-nos: Como a Igreja hierárquica vê a situação político-social do país? Como esta mesma hierarquia *julga* o que pôde ver?

E, finalmente, quais as propostas de *ação* do episcopado brasileiro que podemos apontar como consequência clara do seu ver e do seu julgar durante o período que configura a maior crise na era democrática da República Brasileira? Para tal intento, analisaremos os discursos dos bispos registrados nas atas das assembleias gerais dos anos de 2013 a 2018 nos próximos capítulos.

2.3 Conclusão

Neste capítulo, aprofundamos nossa compreensão das diversas correntes ideológicas presentes na CNBB, examinando como estas se manifestam e influenciam o panorama sociopolítico do Brasil. Além disso, identificamos uma gama de perspectivas teológicas e políticas, destacando a complexidade e a pluralidade de vozes dentro da CNBB. Esta diversidade reflete não apenas as diferentes interpretações da doutrina católica, mas também as variadas respostas aos desafios sociais e políticos contemporâneos.

A interação entre as correntes ideológicas e o contexto sociopolítico mais amplo, explorada nos tópicos, revelou o papel significativo da CNBB na moldagem do discurso público e na influência das políticas sociais e governamentais. A CNBB não atua isoladamente, mas como um participante ativo na sociedade, cujas ideologias internas reverberam além dos limites eclesiásticos.

Finalmente, este capítulo destaca a importância de uma análise contínua da relação entre religião e política no Brasil. As descobertas sugerem a necessidade de uma observação mais detalhada das implicações das posições

da CNBB, abrindo caminho para futuras pesquisas que podem explorar mais a fundo o impacto dessas correntes ideológicas na sociedade brasileira como um todo.

CAPÍTULO 3

OS BISPOS NO TABULEIRO: FUNDAMENTOS TEÓRICO E METODOLÓGICO

“Qual a nossa intervenção como Conferência Nacional dos Bispos do Brasil nesta conjuntura atual? 2. Os nossos discursos a quem estão servindo: às elites ou ao povo? (CNBB, 2016, p. 335).

3.1 Introdução

Este capítulo, dividido em duas partes essenciais, desempenha um papel crucial ao estabelecer as bases teóricas que sustentarão as análises subsequentes e ao esmiuçar a metodologia cuidadosamente empregada. A primeira seção se dedica à Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, lançando um olhar aprofundado sobre sua constituição filosófica. Esta análise não apenas desvela os alicerces filosóficos subjacentes, mas também delinea os conceitos fundamentais que moldam a compreensão laclauiana da ideologia como um fenômeno discursivo dinâmico. Com foco nesses pilares teóricos, procuraremos oferecer uma visão clara e abrangente do arcabouço que sustenta as análises subsequentes.

Na segunda parte deste capítulo, direcionamos nossa atenção para a metodologia que foi meticulosamente elaborada com o intuito de explorar os discursos proferidos pelos bispos da CNBB. Este enfoque metodológico singular proporciona uma perspectiva única sobre as dinâmicas discursivas presentes nas comunicações da CNBB. Ao detalhar os passos metodológicos adotados, buscamos oferecer clareza sobre como as análises foram estruturadas, permitindo uma compreensão mais profunda das nuances inerentes aos discursos episcopais. Essa seção não apenas revela o rigor metodológico empregado, mas também ressalta a importância de uma abordagem cuidadosa e reflexiva ao investigar os discursos eclesiais.

Ao entrelaçar teoria e metodologia, este capítulo estabelece um sólido fundamento para a compreensão das análises que se seguirão, proporcionando uma visão abrangente da base teórica que orienta o estudo e esclarecendo o

processo metodológico adotado para desvendar os discursos dos bispos da CNBB.

De maneira geral este capítulo estabelece uma base sólida para a análise das correntes ideológicas dentro da CNBB, visando fornecer as ferramentas conceituais e analíticas necessárias para uma compreensão aprofundada dos discursos eclesiológico-políticos, abordando como estes são formulados e comunicados dentro da instituição.

A metodologia inclui uma abordagem mista, combinando análise qualitativa com teoria discursiva. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe foi utilizada como a principal lente teórica, complementada pela análise de conteúdo de textos, discursos e documentos da CNBB. Esta abordagem permitiu não apenas identificar as correntes ideológicas presentes, mas também entender como elas são construídas, manifestadas e mantidas dentro da CNBB, fornecendo uma base sólida para a análise do capítulo subsequente.

3.2. Fundamentação Teórica e Metodologia: Construindo a Base para a Análise Ideológica

3.2.1 A Teoria discursiva Laclauniana

A perspectiva filosófica que fundamenta nossa compreensão de discurso e ideologia está ancorada na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, especialmente nas obras *Hegemonia e estratégia Socialista: Por uma política democrática radical* (Laclau & Mouffe, 2015) e *A Razão Populista* (Laclau, 2013), a partir das obras necessárias para nossas análises sobre o comportamento dos bispos da CNBB.

Será apresentado como se fundamenta a teoria laclauniana no primeiro momento. Em seguida, discutiremos os principais conceitos de sua Teoria do Discurso, especialmente o conceito de ideologia adotado pelo teórico. Por fim, discutiremos como a ideologia se articula na discursividade.

3.2.1.1 Constituição filosófica da teoria de Laclau e Mouffe

Durantes os discursos em redes sociais por parte de religiosos, a maior parte dos ataques à CNBB, feitas por conservadores, davam-se pela sua influência da Teologia da Libertação, a qual fazia uma leitura do Evangelho e da Tradição católica à luz da realidade da América Latina sob categorias de análise materialista.

Por outro lado, os chamados progressistas, rebatiam suas críticas quanto à alienação da Fé que, tendo deixado seu profetismo, e promovendo a exploração das classes mais pobres enquanto que a Igreja age conforme a burguesia e como um “ópio do povo”.

Tal antagonismo, entre o proletariado e a burguesia, é entendida como uma categoria universal e essencialista da realidade. Para Ernest Laclau e Chantal Mouffe, este antagonismo, é impossível que toda a sociedade estava presa nas malhas unicamente a este antagonismo social, onde as relações estão restritas à economia.

Em “Hegemonia e estratégia Socialista: por uma política democrática radical”, escrita em parceria Laclau e Mouffe, os autores rompem com sua origem marxista, recusando a ontologia, ou seja, o essencialismo e determinismo, que subjaz compreensão da luta de classes de Marx. Os fenômenos sociais seriam constituídos e engendrados em diversas imbricações sociais para além da dimensão econômica.

Os sujeitos, portanto, desde seu nascimento, para além de nascer atravessado pela classe em que é inserido, também é perpassado por outras dinâmicas, regras e valores, expressos simbolicamente. É, portanto, imerso na ideologia, da qual nem a superação da luta de classes pode lhe retirar.

Esta crítica é instaurada ao apontarem os limites e possibilidades do conceito de sobredeterminação de Althusser:

O conceito de sobredeterminação é constituído no campo do simbólico, e não tem qualquer sentido fora dele. Consequentemente, o sentido potencial mais profundo do enunciado de Althusser de que tudo que existe no social é sobredeterminado, é a asserção de que o social constitui-se como ordem simbólica. O carácter simbólico – isto é, sobredeterminado – das relações sociais implica, portanto, que lhes falta uma literalidade última que as reduziria a momentos necessários de uma lei imanente. (...) Porém, isso não ocorreu. O conceito de sobredeterminação tendeu

a desaparecer do discurso althusseriano, e um crescente fechamento levou à instalação de uma nova variedade de essencialismo. (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 169)

Ao resgatarem os indivíduos de um determinismo imanente, eles se deslocam do marxismo, sem com tudo romper totalmente com a tradição, pois na mesma obra assumem uma postura pós-marxista em Hegemonia e Estratégia Socialista.

Laclau e Mouffe foram fortemente influenciados pelo pós-estruturalismo e pós-fundacionismo de Lacan e Derrida. O pós-estruturalismo, cujos representantes maiores são Deleuze, Derrida e Foucault, é uma corrente filosófica não homogênea, que se pauta na refutação de uma concepção de um fundamento que sustém e determina todas as relações sociais como compreende o estruturalismo (Williams, 2013).

Por sua vez, o pós-fundacionismo contribuirá para a perspectiva filosófica dos autores no sentido de sua recusa de um fundamento ontológico, mas no enfraquecimento deste, implicando na impossibilidade um fundamento final (MARCHAT, 2007).

Assim, destituídos de toda esperança de um fundamento último para as relações sociais, averigua-se que:

na teorização laclauniana e mouffeana, persiste a ideia de centros parciais estruturadores precariamente constituídos em um dado contexto, e inexistem referências como sujeitos trans-históricos, verdade absoluta e eterna, classe universal, entre outros. Noutras palavras, nota-se sempre o fato de que o social corresponde a uma configuração significativa, simbólica, sobredeterminada, sendo o estabelecimento de suas verdades sempre precárias e contingentes. Essa configuração libera-o de todo e qualquer significado que seja transcendental, reconhecendo que os sentidos são gerados nos processos de articulação sociais, relacionalmente estabelecidos por atores políticos. Em síntese, como não há uma verdade válida para toda sociedade e para todo o sempre, tal acepção põe, por fim, o fenômeno da discursividade no centro das disputas e configurações sociais (GOMES, 2016, p. 23)

A realidade social, portanto, está destituída de toda transcendentalidade, pois é mediada pelo simbólico. As verdades, sem um fundamento final, são sempre provisórias e precárias, pautadas somente nos sentidos que os sujeitos sociais vão tecendo racionalmente.

3.2.1.2 Elementos conceituais da teoria do discurso

Ao afirmar que a realidade social é um discurso, Laclau e Mouffe (1978), entendem que é o acúmulo de práticas que articularam e se articularão, pois, sempre estão abertas a novas conformações, resultando em um novo discurso.

Discurso, portanto, é entendido como um jogo de linguagem, onde os objetos são constituídos dentro do campo discursivo, o qual, enquanto condição discursiva, possibilita a formação de diferentes sentidos a partir de onde se localiza, pois, “os jogos de linguagem incluem uma totalidade inseparável da linguagem e das ações” (Laclau & Mouffe, 1987, p. 183).

Logo, o discurso não é mera justaposição de palavras, mas sim a totalidade estruturada oriunda de uma prática de articulação de elementos distintos, unidos para se posicionarem antes outros discursos e disputar a a hegemonia no espaço social. Quando os elementos distintos, provindos de outro discurso, estão articulados numa prática articulatória são chamados de momento. Eis o processo discursivo:

No contexto desta discussão, chamaremos *articulação* qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante da prática articulatória, chamaremos *discurso*. As posições diferenciais, na medida em que elas apareçam articuladas no interior de um discurso, chamaremos *momentos*. Por contraste, chamaremos *elemento* qualquer diferença que não esteja discursivamente articulada (LACLAU & MOUFFE, 2015, p. 178).

Para que a articulação se estabeleça na prática articulatória, o elemento distinto tem parte de seus conteúdos modificados para que possa se “encaixar”

no outro, produzindo novo sentido e assim, o discurso. Contudo, essa articulação será sempre precária e instável, não importando por quanto tempo, pois poderá ser novamente articulado com outro elemento e ter seu conteúdo alterado, produzindo novo discurso, pois da articulação até se tornar momento não se encontra nunca em forma completa. Em contra partida, os elementos essenciais não poderão manter seus conteúdos quando a articulação se estabelece.

Note-se que o processo de articulação não requer isolamento do elemento, mas é possível que o mesmo elemento esteja em diversas práticas articulatórias, alterando seus conteúdos simultaneamente e produzindo sentidos diferentes ao mesmo tempo. Como

nesse caso, um elemento será um elemento/momento diferente em cada um dos discursos que participar, isto é, suas características serão modificadas de acordo com a sua relação com outros elementos em cada discurso, já que os sentidos são constituídos relacionalmente. A esse respeito, podemos citar uma mulher que atravessada por diferentes posições de sujeito – tais como mãe, filha, professora, militante, religiosa, etc. – assumirá em cada uma dessas formações discursivas, um sentido diferente. (GOMES, 2016, p. 23)

Isto ocorre porque os elementos são atraídos em suas particularidades até um centro de sentido, chamado de ponto nodal, entorno do qual ocorre a prática articulatória sem que sejam os elementos totalmente alterados, deixando abertas suas outras particularidades disponíveis para que um outro ponto nodal o atraia simultaneamente.

O ponto nodal, por sua vez, é também um elemento diferencial que se uniu em outra prática articulatória de um discurso e, portanto, carrega as particularidades de outros dois elementos anteriores. Mas a medida que é detonada uma constituição discursiva, esse ponto nodal organiza uma configuração no discurso que permitira estabelecer um sentido e, conseqüentemente, o surgimento de uma visão de mundo que produz posições de sujeito no meio social.

É graças a essa capacidade-necessidade de atrair elementos de discursos já existentes na sociedade que o centro nodal permeie a vida dos sujeitos com aceitação, pois traz em si, conteúdos já conhecidos, mas em outros discursos. E se prática discursiva é capaz de dar sentido cotidiano às ações

sociais, os discursos deixam de ser um simples fenômeno linguístico.

Como dito, o discurso não é mera justaposição de palavras. E as palavras e ações estão imbricadas intimamente, já que o discurso produz efeitos sociais. Logo, nessa rede discursiva estão os objetos que não só são objetos discursivos, como também são objetos discursivos emergenciais, podendo, portanto, receber novo sentido a depender de uma nova prática articulatória que se inicie com um discurso.

Utilizando um exemplo dos próprios autores (LACLAU & MOUFFE, 1993), tomemos um objeto esférico e uma bola. Estes não são só uma esfera ou uma bola, possuem sentido próprio. Chutar produz o mesmo efeito físico em ambos, mas seu sentido é diferente. Enquanto chuto uma esfera no campo de futebol, ela recebe sentido, pois está inserida em um sistema de relação com diversos outros objetos que também estão com significado relativo.

Não é materialidade ou forma que define o sentido, mas o contrário, aquelas são uma construção social do discurso. Uma construção que é relacional, disposto entre outros objetos, mas também negativo, pois não é uma chuteira, o gramado, o um jogador ou qualquer outra coisa naquele contexto.

O discurso, portanto, na medida em que permeia e norteia as ações dos indivíduos, grupos sociais, instituições, rituais e outras instâncias. Estes, por tanto, estão atravessados de materialidade discursiva. Assim, Laclau e Mouffe, sob a influência de Marx e Althusser, compreendem que o discurso existe porque uma ideologia o constituiu. E isto acontece é no campo da discursividade que ocorrerão disputas das formações discursivas por hegemonia. E essa disputa é constante, pois as articulações discursivas são sempre precárias.

3.2.1.3. A Ideologia como fenômeno discursivo em Laclau

O conceito de ideologia pensado por Laclau tem seu início de reflexão em “Política e ideologia na teoria marxista” de 1978. Nesta obra, o autor deixa transparecer a influência de Althusser, dedicando-se a ideologia populista. Mas em 1985, em parceria com Mouffe, uma nova perspectiva é dada ao conceito de ideologia no livro “Hegemonia e Estratégia Socialista”. A ideologia é elaborada sob o enfoque do fenômeno discursivo.

Como inicialmente dito anteriormente, Ernest Laclau rompe com a tradição marxista e isto se dá pela recusa do conceito de ideologia daquela vertente filosófica. A cisão está refletida na sua crítica a dialética binária de ideologia que a compreende como oposição ou encobrimento da verdade.

Ora, para encobrir a verdade, é que se reconhecer sua existência ontológica, uma instância positiva que poderia ser alcançada se rasgado o véu da ideologia que a máscara. Retirada a ideologia, o observador poderia contemplar o mundo real sem mediações e qualquer distorção. Os fenômenos sociais poderiam, portanto, ser observados de determinado ponto séptico e total da realidade.

Esta ideia de ideologia pode ser observada em nosso contexto atual, especialmente o analisado, como exemplificação. Diversos atores do cenário político e mesmo cotidiano trocam acusações de que o outro age por motivação ideológica, como se aquele que acusa fosse isento ideologicamente, pois alcançou uma espécie de “Nirvana”. Este iluminado do alto de sua preterida neutralidade, impassível à ideologia, pode ver a realidade e inclusive perceber a alienação do outro e criticar sua ideologia:

Existiria, portanto, nessa perspectiva, um ponto privilegiado, fora da ideologia, a partir do qual um observador pudesse observar os fenômenos sociais, atingindo uma visão isenta e global da realidade. Como exemplificação desse cenário, não raras vezes, observamos que a ideologia é associada a uma dimensão meramente retórica em nosso cotidiano. Quando ouvimos alguém dizer que uma determinada pessoa agiu ideologicamente, subentende-se que para o emissor de tal sentença, há uma dimensão supostamente neutra, de onde ele poderia fazer uma crítica da ideologia (GOMES, 2016, p. 23).

A esta postura, uma certeza de acesso transparente a uma ontológica de verdade, ainda que encoberta, opõe-se Laclau. Para ele, o acesso a esse espaço meta-linguístico, não-mediado é impossível. Portanto, toda crítica à ideologia, dadas as condições da materialidade discursiva sob a qual todo indivíduo existe, é uma crítica intra-ideologia. A pretensão de neutralidade é também um sentido ideológico. É possível criticar a ideologia, mas não é possível estar fora da ideologia.

Não existe, portanto, uma fenda no discurso que abrigue neutralidade. Se há um lugar extra-ideológico, onde a verdade possa ser conhecida limpidamente, a estrutura que opera nos discursos que mediam os sujeitos, inclusive a percepção de si, não permitem acesso.

Todo esforço para sair da ideologia se iguala ao trabalho de Sísifo. A disputa discursiva em busca de hegemonia é uma disputa constante de uma ontologia social, que logo tornará a “rolar ladeira abaixo” novamente para uma nova subida. A mediação da realidade e a discursividade impedirão sempre de uma tarefa concluída de vez. O modo como vemos o mundo será sempre mediada e sobre determinadas aos indivíduos (MENDONÇA, 2014).

Mas, apesar de sua crítica a falsa representação e distorção da realidade nos termos de Marx, Laclau as toma e elabora a distorção constitutiva:

O que se trata, contudo, é de uma distorção constitutiva. Quer dizer que estamos postulando um sentido originário (porque este é requerido por toda a distorção) e negando-o (porque a distorção é constitutiva). Nesse caso, a única possibilidade lógica de manter essas duas dimensões aparentemente antinômicas e se o sentido original e ilusório e a operação distorcida consiste precisamente em criar essa ilusão – ou seja, projetar, em algo que é essencialmente dividido, a ilusão de uma plenitude e autotransparência que estão ausentes (LACLAU, 2002, p. 17).

A distorção deixa de ser um obstáculo ou nível a ser superado e agora se estabelece como constituinte da própria vida social, uma condição existencial estabelecida na sociedade e aos sujeitos que a compõem. Não há como extinguir a ideologia sem junto a própria vida social.

A pretensa capacidade de se despir da ideologia é já um discurso que se efetivou em seu fechamento, detendo assim a organização social na negação da ideologia, mostrando-se para além de si enquanto se encobre para ser mais efetiva e transmitindo a falsa percepção de transparência e isenção junto ao mundo (LACLAU, 2002).

Para o esse êxito que a ideologia ambiciona estruturalmente, algumas unidades de significação são constantemente deletadas para que a hegemonia

permaneça, garantindo coesão ao longo do tempo, já que as articulações discursivas que sustentam a ideologia são deléveis.

Esse constante fechamento de sentidos garantirá que a ideologia não seja notada como tal:

A ecologia, por exemplo, nunca é a "ecologia como tal", mas está sempre encadeada numa série específica de equivalências: pode ser conservadora (defendendo o retorno a comunidades rurais equilibradas e estilos tradicionais de vida), estatal (só uma regulamentação estatal forte é capaz de nos salvar da catástrofe iminente), socialista (a causa primordial dos problemas ecológicos reside na exploração capitalista dos recursos naturais, voltada para o lucro), liberal-capitalista (os danos ambientais devem ser incluídos no preço do produto, deixando-se ao mercado a tarefa de regular o equilíbrio ecológico), feminista (a exploração da natureza segue a atitude masculina de dominação), auto gestora anarquista (a humanidade só poderá sobreviver se se reorganizar em pequenas comunidades autônomas que vivam em equilíbrio com a natureza), e assim por diante. A questão, é claro, é que nenhum desses encadeamentos é "verdadeiro" em si, inscrito na própria natureza da problemática ecológica: qual desses discursos terá êxito em se "apropriar" da ideologia depende da luta pela hegemonia discursiva, cujo desfecho não é garantido por nenhuma necessidade subjacente ou "aliança natural". A outra consequência inevitável dessa noção de articulação hegemônica é que a inscrição estatal, conservadora, socialista etc. da ecologia não designa uma conotação secundária que suplemente seu sentido "literal" primário: como diria Derrida, esse suplemento (re)define retroativamente a própria natureza da identidade "literal" — um encadeamento conservador, por exemplo, lança uma luz específica sobre a problemática ecológica em si ("por sua falsa arrogância, o homem abandonou suas raízes na ordem natural") (ZIZEK, 1996, p. 17/18).

Com isso, as ideologias, por mais sedimentadas que estejam, podem sofrer modificações de sentidos. Na mesma medida que o discurso assujeita os sujeitos, o discurso, a depender da conjuntura, também assujeita a ideologia.

Por fim, Laclau, na sequência de Althusser, evidencia que a ideologia possui materialidade. Ora, se um discurso produz visões de mundo que atuarão na vida social e a ideologia opera no campo discursivo, logo ela, a ideologia

produz efeitos. A ideologia, portanto, possui existência objetiva, não sendo, assim, um conjunto de ideias sem incidência na realidade. Ela produz ações na realidade sob prescrições políticas, religiosas, educacionais, econômicas e outras instâncias.

É por este mesmo motivo que a ideologia escapa tanto da exclusividade econômica (classes) quanto da neutralidade, sendo ao contrário, estas duas, formas de ideologias muito bem fechadas em seus sentidos a depender das condições conjunturais. Indivíduos e instituições estão, portanto, sob os efeitos discursivos materializados nas suas ações, produzidos pela ideologia graças ao seu poder de produzir verdade.

Na próxima sessão apresentaremos a metodologia utilizada para apreendermos o comportamento ideológico dos bispos brasileiros entre 2013 e 2018, evidenciando, assim, as ideologias em disputa.

Note-se que, em nossa proposta, analisar e identificar um comportamento ideológico, ou seja, a materialidade de uma ideologia, só é possível compreendendo-a no sentido laclauniano de discurso, como defendido anteriormente.

3.2.2 Metodologia de Pesquisa: Técnicas e Abordagens

Devido às especificidades de uma agremiação religiosa, como a CNBB, fez-se necessário uma adaptação da Metodologia de Classificação Ideológica dos Partidos Políticos do Grupo de Pesquisa Ideologia e Análise de Discurso (IdAD) da Universidade Federal de Pelotas, a qual foi pensada para o estudo de partidos políticos, como anteriormente dito. O trabalho de Gomes (2016) foi utilizado como base para nossa pesquisa.

Para nossa empreitada, construí-se uma metodologia de Classificação Ideológica dos Líderes Religiosos, que possui três etapas. Primeiro, utilizou-se da Análise de Conteúdo para levantar os temas presentes nos discursos das assembleias.

Segundo os temas foram categorizados no espectro religioso, para identificar se a(s) ideologia(s) são transcendentais, negligenciando ou silenciando diante da realidade social, política e econômica, ou se é materialista, apontando na realidade social por meio de narrativas religiosas. Ou ainda, as variações que possam ser confeccionadas pelas lideranças religiosas diante da

cultura, do período histórico e espaço geográfico. Entre estes dois polos, está um espectro em que se constituem os discursos religiosos.

Estes, identificados por temas, foram em sequência aglutinados em seis categorias para o discurso religioso católico romano, porém, aplicáveis a outras religiões e filosofias de vida: Devoção, Liturgia, Doutrina, Moral, Pastoral, Administrativo e Social. A categoria Devoção abarca temas relacionados à espiritualidade, quer oficial, quer popular, como o culto aos santos. Liturgia compreende as regras e práticas celebrativas. A categoria Doutrina está relacionada com os temas sobre os limites e reflexões sobre o a fé. Os costumes, práticas e percepções éticas ocupam a categoria Moral. A Pastoral é área das atividades de propagação e manutenção da religião.

Os temas relacionados à gestão de bens materiais e processos institucionais são categorizados em Administrativo. Por fim, a categoria Social contém os temas ligados às relações dos indivíduos na sociedade. A categoria Devoção está mais próxima do modelo religioso transcendental, enquanto a categoria social do materialista.

Há de se atentar para o fato de que um discurso pode conter vários temas, como também alterar o sentido, e com isso a categoria do tema. Quando se fala de Amazônia, tema constante em todos os anos analisados, pode se referir sobre as condições sociais e ambientais da região – categoria social – como o envio de missionários para evangelizar a Amazônia – pastoral.

As categorias, portanto, não são fechadas, pois é possível que um tema se ajuste em duas categorias, ou mais, a depender do contexto e do recorte da análise. Quando verificamos temas sobre pessoas LGBTQIAPN+, foram alocados em Moral, pois é como a Igreja também trata, mas é um tema de cunho social também.

A incidência maior de uma das categorias já elucida o seu espectro religioso e se abre para possíveis comportamentos ideológicos, mais adiante analisados. Para exemplificar, a categoria Devoção com ocorrências maiores que as outras pode indicar uma Igreja mais ligada mais transcendente e até mesmo isolada do contexto social.

Após perceber o perfil no espectro religioso, transcendente e/ou materialista, recorreu-se à Análise do Discurso para verificar os sentidos

ideológicos dos discursos não mais somente no campo religioso, mas na sociedade, especificamente a brasileira de 2013 a 2018.

Aqui, recorreremos à metodologia do IdAD. A metodologia desenvolvida pelos pesquisadores e pesquisadoras deste grupo, ao ser construída sobre a mesma conjuntura, contudo focado em partidos políticos, oferece o Quadro de Sentidos Ideológicos²⁸ que nos permite localizar os discursos dos bispos e traçar o perfil da instituição, não com categorias advindas das assembleias gerais, mas com aquelas operantes no contexto ao qual os líderes máximos da Igreja no Brasil não são imunes:

de alguma coisa mais forte – que vem pela história, que não pede licença, que vem pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, em muitas outras vozes, no jogo da língua, que vai se historicizando [...] marcada pela ideologia e pelas posições relativas ao poder. (ORLANDI, 1999, p. 32)

Deste modo, para melhor compreender como as ideologias religiosas se comportam na sociedade, selecionamos os temas das atas que se enquadram, agora, nas categorias do Quadro de Sentidos (ANEXO II), abarcando, portanto, alguns temas da categoria Moral e da Social. Os temas serão analisados nas atas por ano, buscando os sentidos ideológicos sociorreligiosos, para então, classificar o comportamento ideológico da CNBB.

3.3 Conclusão

Em conclusão, uma base teórica e metodológica foi detalhada, essencial para a compreensão do papel da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no contexto político e social brasileiro. Com este alicerce teórico e metodológico, o próximo capítulo, o Capítulo 4, aplicará estas estruturas à análise prática das atas das assembleias da CNBB. Espera-se que, ao aplicar estes conceitos e métodos, possamos desvendar as nuances dos discursos eclesiológico-políticos dos bispos, compreendendo melhor como a CNBB navega e influencia o cenário político e social do Brasil. Assim, o Capítulo 4 se

²⁸ Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/idad/files/2019/10/Quadro-de-Sentidos-05-de-Agosto-2017.pdf>

propõe a ser o culminar desta pesquisa, onde a teoria se encontra com a prática, iluminando as complexidades do papel da CNBB no Brasil contemporâneo.

CAPÍTULO 4

AS PEÇAS NO JOGO: ANÁLISE DOS DISCURSOS ECLESIOLOGICO-POLÍTICOS DOS BISPOS DA CNBB

“Annuntio vobis gaudium magnum;
Habemus Papam:
Eminentissimum ac reverendissimum Dominum,
Dominum Jeorgium Marium,
Sanctæ Romanæ Ecclesiæ Cardinalem Bergoglium,
Qui sibi nomen imposuit Franciscum.”²⁹

4.1 Introdução

Ainda se recuperando da estrondosa saída do Papa Bento XVI em 11 de fevereiro de 2013, que, após oito anos de um papado de perfil conservador, renunciou em meio a muitos escândalos de pedofilia e corrupção na Igreja, o mundo católico foi surpreendido no dia 13 de março de 2013 com o cardeal Jean-Luis Tauran proclamando do balcão Basílica de São Pedro o célebre “*Habemus Papam*”.

Em uma breve votação, os cardeais que participaram do conclave elegeram o primeiro bispo latino-americano, da Argentina, para comandar a maior instituição religiosa do mundo. O então Cardeal Bergoglio, aos 76 anos, assumiria a sucessão do Apóstolo Pedro sob o novo nome de Francisco.

Esse nome irá causar grande euforia entre os progressistas e temor entre os mais conservadores. O primeiro jesuíta a ser eleito papa não demorou em elucidar sua compreensão de Missão da Igreja no Mundo, que mais a aproximava das aspirações do Concílio Vaticano II e a afastava das não poucas tentativas de voltar ao Concílio de Trento ou às campanhas de João Paulo II.

Como não é nosso objetivo analisar o pontificado de Francisco, deter-nos-emos aos impactos que este “papa do fim do mundo” causará na CNBB, especialmente entre os bispos, quer os órfãos de Ratzinger/Bento XVI e do

²⁹ “Anuncio-vos uma grande alegria; temos um papa: o eminentíssimo e reverendíssimo o senhor Jorge Mario, o Cardeal da Santa Igreja Romana Bergoglio, que adotou como Francisco”. O tradicional “Habemus papam” é o anúncio oficial da eleição e apresentação do novo papa católico.

tradicionalismo, quer os outrora órfãos do Vaticano II e Teologia da Libertação e agora tutelados pelo novo Sumo Pontífice.

Esta mudança na condução da “barca de Pedro” irá sacudir o território da Igreja Católica Romana no Brasil, deflagrando realocações, nomeações e documentos que, apesar de sua aparente unidade, acirrarão os ânimos e posicionamentos ideológicos. Ainda mais com a inusitada presença de um papa emérito, que mesmo sem poder de decisões, continuará com influência política e simbólica. É isto que procuramos demonstrar com a análise longitudinal que será apresentada, a cada ano, dentro do nosso recorte histórico que se estende desde a crise na Igreja e a eleição de Francisco até a crise democrática no Brasil e a eleição de Bolsonaro.

Selecionou-se, portanto, as Atas das Assembleias, ao invés de documentos oficiais, como um *corpus* textual privilegiado, pois elas, as atas, trazem o registro das possíveis ideologias em disputa por hegemonia, uma vez desacordos e críticas não são publicados em textos oficiais. As Atas das Assembleias Gerais foram fornecidas pelo Centro de Documentação e Identificação (CDI),⁰ da própria CNBB.

Assim, o objetivo deste capítulo é aplicar a abordagem teórica e metodológica desenvolvida nos capítulos anteriores para realizar uma análise detalhada dos discursos eclesiológico-políticos dos bispos da CNBB. Pretende-se identificar e interpretar como as diferentes correntes ideológicas influenciam as decisões, declarações e ações da CNBB, examinando o impacto destas na sociedade e política brasileiras.

Ressaltando que a metodologia empregada envolve uma análise qualitativa dos discursos encontrados nas atas das assembleias da CNBB e em outros documentos oficiais. Esta análise será realizada por meio de técnicas de análise de conteúdo, permitindo uma avaliação detalhada das manifestações e implicações das ideologias presentes. Além disso, haverá um foco na interpretação contextual desses discursos, considerando as nuances sociopolíticas do Brasil contemporâneo.

4.2 Análise dos Discursos Eclesiológico-Políticos na CNBB: Ideologias, Influências e Impactos

4.2.1 Dinâmicas das assembleias

As Assembleias Gerais da CNBB do período analisado ocorreram nas dependências da Arquidiocese de Aparecida, na cidade de Aparecida do Norte, tendo sua abertura oficial sempre com a celebração de uma missa com todos os bispos presentes no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, em Aparecida - SP, coração do catolicismo no Brasil.

As sessões geralmente se iniciam como momentos de oração e assim também encerram. Há momentos de espiritualidade com os bispos, como a recitação da Liturgia das Horas e cantos religiosos. Também ocorrem, a cada assembleia, um momento ecumênico com lideranças das igrejas que integram o CONIC.

Previamente decidido, o Tema Central de cada assembleia dita o ritmo e futuro da Igreja. Em torno dele, outros assuntos são tratados, também previamente estipulados, alguns, muitas vezes ganhando mais debates que o tema central. Durante as intervenções, os bispos propunham temas, ainda que sem efeito deliberativo. Durante suas falas, os bispos acabam por levantarem alguns temas que estavam fora da programação. Nós os analisaremos também.

Antes de falarmos dos bispos brasileiros, faz-se *mister* não esquecer um ator determinante, que, apesar de não possuir poder de voto e participação nas decisões das assembleias, não pode ser esquecida: o núncio apostólico Dom Giovanni D'Aniello.

Responsável por representar o Papa como embaixador do Vaticano junto ao poder civil, o núncio é extremamente poderoso, pois influencia nas nomeações e remoções de bispos, além de garantir a manutenção das políticas da Cúria Romana. No caso de nossa pesquisa, Dom Giovanni é um bispo nomeado para o Brasil por Bento XVI em 2012 e permanece até 2020. Louvado em todas as assembleias, o enviado do Papa Bento deverá, também, articular-se ante os objetivos do Papa Francisco para o país, especialmente junto à CNBB.

Além do Tema Central, outros assuntos estavam previstos para apreciação do episcopado. Durante as intervenções, os bispos propunham

temas, ainda que sem efeito deliberativo. Durante suas falas, os bispos levantaram algumas questões.

A cada dia, alguns bispos são nomeados para participar de uma coletiva de imprensa, onde falam dos temas e andamento da assembleia, além de responderem perguntas pelos jornalistas.

Além das sessões públicas, que as atas relatam, ocorrem reuniões em grupos trabalho, com número reduzido de bispos, geralmente definidos por seus regionais ou comissões temáticas, onde cada grupo se ocupa por uma questão ou parte de um fragmento dos documentos a serem produzidos e votados. Ocorrem, também, grupos fechados, onde, supõe-se que sejam falados temas mais delicados para a Igreja.

4.2.2 Assembleias Gerais da CNBB

4.2.2.1. Assembleia Geral de 2013

Nesta edição, compunham a presidência da CNBB, o Cardeal Raymundo Damasceno, presidente, Dom José Belizário da Silva, vice-presidente, e Dom Leonardo Ulrich Steiner, secretário-geral. Dentre os participantes estavam 274 bispos ativos, 32 bispos, 10 Administradores Diocesanos, 2 padres em espera para serem ordenados bispos, além padres, religiosos e leigos que ocupavam cargos de subsecretários, assessores, representantes e convidados.

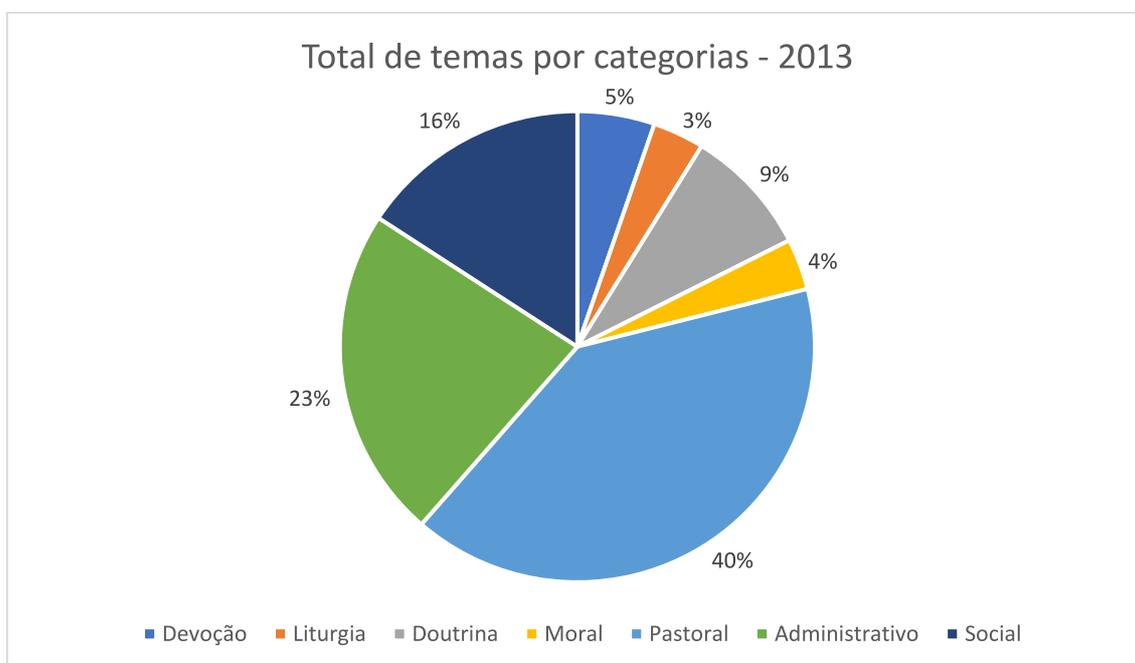
Os bispos provindos de diversas regiões do Brasil, representavam os regionais: Regional Norte 1; Regional Norte 2; Regional Nordeste 1; Regional Nordeste 2; Regional Nordeste 3; Regional Nordeste 4; Regional Nordeste 5; Regional Leste 1; Regional Leste 2; Regional Sul 1; Regional Sul 2; Regional Sul 3; Regional Sul 4; Regional Centro-Oeste; Regional Oeste 1; Regional Oeste 2; e Regional Noroeste.

Nesta 51ª edição, o tema central foi “Comunidade de comunidades, uma nova paróquia”, buscando assim, refletir sobre o papel e dinâmica das paróquias no mundo moderno com enfoque na promoção de uma vivência comunitária da fé cristã. Além de questões permanentes como redação de uma carta ao papa e balanço de contas, outros temas estavam previstos, bem como surgiram novos no desenrolar da assembleia.

No Gráfico 01, estão enumerados os temas levantados agrupados pelas categorias. Como observado, a maioria dos temas tratados durante a Assembleia Geral de 2013 foi relacionada à área Pastoral, com 23 temáticas, totalizando 40%. Tal relevância se dá pelo Tema Central, as paróquias, que é muito caro aos bispos, já que é a instância paroquial que garante a manutenção e adesão de fiéis.

Sobra a pastoral, os bispos falaram sobre Presbíteros (Padres), o Jubileu de 300 anos das Aparições de Nossa Senhora Aparecida, a confecção do Diretório de Comunicação, a Ação Missionária, Universidades, Universidades Católicas, Simpósio Vocacional, Nova Evangelização, Bispos Escoteiros, Animação Bíblico Catequética, Pastoral da Vida e da Família, Vida Contemplativa, Novas formas de vida consagrada na Igreja, Educação, a atuação dos leigos na política, a Jornada Mundial da Juventude, a Evangelização na Amazônia, Missão Continental, Sínodo dos Bispos de 2012, a realização do encontro de Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral da Criança e a Campanha Ecumênica da Fraternidade.

Gráfico 01 – Total de temas divididos por categorias em 2013.



Fonte: Elaboração própria com dados do CDI

Em segundo lugar, os temas relacionados à área Administrativa da Igreja e da CNBB apresentam a segunda maior categoria de assuntos tratados, com 13 temas, totalizando 23%. Foram tratados assuntos como a tradicional carta ao Papa, a carta para a Congregação para os Bispos, as avaliações da assembleia, a prestação de contas da gestão da CNBB, as contas das despesas para a realização da 51ª Assembleia, a crise financeira e administrativa no CERIS e no IBRADES, a presença do IOR, o destino do Colégio Pio Brasileiro em Roma, os bispos eméritos na diocese e na CNBB, os benefícios das contribuições financeiras do Projeto Comunhão e Partilha, e a destinação dos recursos financeiros obtidos com o Fundo Solidariedade gerado pela Coleta da Campanha da Fraternidade.

Com 9 temas levantados, representando 16%, a categoria Social aparece em terceiro de assuntos tratados. Foram tratados assuntos como a Seca no Nordeste no período, a situação da Amazônia, a proposta da PEC 215 que compromete territórios de indígenas e quilombolas, os riscos da Energia Nuclear no Brasil, a Reforma Agrária e as Eleições de 2014.

Em quarto, a categoria Doutrina aparece com 5 temas tratados, representando 9%, onde foram feitas considerações sobre os 50 anos do Concílio Vaticano II, as reflexões do Sínodo dos Bispos de 2012, o Catecismo da Igreja Católica e a confecção de um texto norteador sobre Racionalidade e Fé.

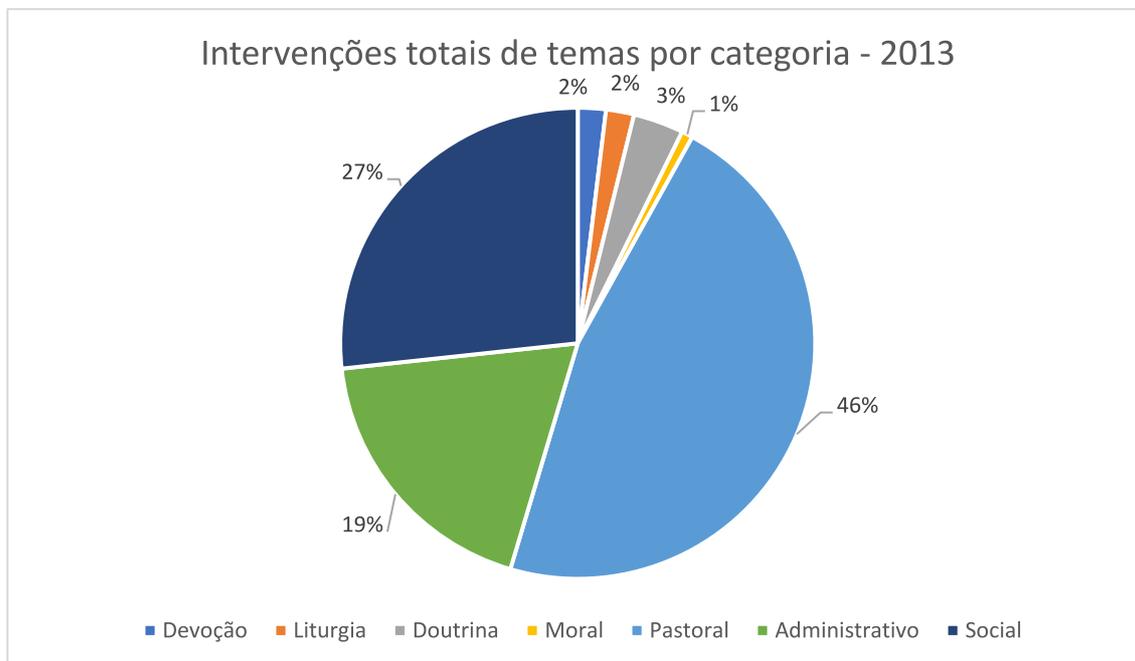
A categoria Devoção apresentou 3 temas, 5%, os quais tratavam da aprovação de José de Anchieta como o Patrono da Catequese, a escolha do Patrono dos Químicos e o aumento da adesão de membros do movimento Terço dos Homens.

Por fim, as categorias Liturgia e Moral apresentaram apenas 2 temas. A primeira categoria tratou de dois temas, sendo eles, aprovação de textos litúrgicos e a necessidade de formação litúrgica do clero. Já a segunda categoria tratou do direito dos pais de educarem seus filhos e a discussão sobre a liberação do casamento de ciganos adolescentes.

Contudo, essa representação dos temas não é suficiente aferir as tendências ideológicas dos discursos dos bispos, pois se é importante saber quais temas foram levantados e, conseqüentemente quais foram silenciados, é

necessário compreender quais destes temas receberam incidência de discursos episcopais durante a assembleia (Gráfico 02).

Gráfico 02 – Intervenções totais divididas em categorias temáticas em 2013.



Fonte: Elaboração própria com dados do CDI

Considerando o número de intervenções dos bispos em cada tema, as porcentagens modificam-se um pouco. Percebe-se maior participação nos assuntos sociais que administrativo. Ou seja, foram tratados mais assuntos administrativos em 2023, porém os temas da categoria social receberam mais intervenções.

A Categoria Pastoral, com 122 intervenções, segue maior, porém a categoria Social apresenta 70 intervenções e a Administrativo 49. Assim, a CNBB apresentou maior atuação nas questões pastorais, sociais e administrativas.

Para cumprir nosso objetivo, o comportamento ideológico da CNBB, analisaremos os temas que evidencie as percepções de missão da igreja no Mundo.

A conturbada conjuntura política nacional surge como tema nas atas de 2013 por meio do texto “A Igreja e as Eleições” que objetivou fornecer elementos norteadores para o voto e definindo o posicionamento da Conferência. Dom Joaquim Giovanni Mol, responsável pela elaboração do

texto, delinea sua proposta:

se trata de um texto de reflexão sobre a relação da Igreja com os processos eleitorais no país; foi elaborado pela Comissão encarregada de assessorar a CNBB sobre a reforma política. Destacou que principalmente a primeira par te demanda uma reflexão maior. Disse que, no momento oportuno, esse texto deverá ser colocado à disposição para apreciação dos participantes da Assembleia (CNBB, 2013, p. 387).

No momento oportuno, o Secretário Geral da CNBB abriu espaço para interpelações:

Dom Orlando Brandes sugeriu que fosse feita alusão à PEC – 37/2011, ou seja, citar a Nota da CNBB a respeito. Pediu que a CNBB promovesse um abaixo assinado em favor do Ministério Público. É bom valorizar as Escolas de Fé e Política que temos, e incentivar a criação destas Escolas (CNBB, 2013, p. 405).

Este fragmento o posicionamento da ação da Igreja na sociedade, a saber, a campanhas como a não aprovação da PEC 37/2011 que propunha limitações de investigação ao Ministério Público. Também demonstra o esforço a instrução de consciência política na sociedade por meio de Escolas de Fé e Política.

Dom Roberto Francisco Ferrería Paz defendeu “valores para o discernimento dos eleitos os princípios de defesa da família, dos direitos dos pais a educar os filhos, à subsidiariedade do Estado, e a luta contra a corrupção e pela transparência na administração pública”. O bispo de Campos levanta temáticas que definirão o novo imaginário político que irá se desenrolar no país.

As Escolas de Fé e Política vão se tornando uma grande aposta dos bispos, uma vez que elas almejam a capacitação dos leigos para atuarem na vida política, já que padres e bispos são impedidos canonicamente:

Dom Severino Clasen destacou a importância do leigo no processo de conscientização política. Temos diversos cursos animando e formando leigos para a política: Cursos de Fé e Política, escolas de política, cursos sobre

cidadania. Há 50 anos, a Doutrina Social da Igreja incentiva e orienta para a importância da consciência política (CNBB, 2013, p. 405).

Esta aposta política nos leigos é endossada pelo Cardeal Odilo Pedro Scherer, Dom José Belisário da Silva, Dom José Benedito Simão, Dom Fernando Antônio Figueiredo e Dom Júlio Endi Akamine. O bispo que coordena o texto também segue a mesma compreensão:

Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães destacou as partes alteradas do texto depois das sugestões apresentadas pelos participantes da Assembleia. Terminou considerando, a partir de uma observação do Cardeal Odilo Pedro Scherer, que a Igreja faz política partidária, não pela participação de seu clero, mas pelos seus leigos comprometidos, um pensamento que indicaria um avanço na mentalidade da Igreja, nesse campo da sua ação pastoral no Brasil (CNBB, 2013, p. 429).

A ação da Igreja na sociedade, agora é compreendida como profética e atuante, porém, mediada pela atuação dos leigos formados pelas instruções eclesiais.

Juntamente à proposta de moção de repúdio à PEC 215, que versa sobre a demarcação de reservas indígenas e quilombolas, foi tratada a redação de texto pastoral sobre a Reforma Agrária. Esta, evidenciou as divergências entre os bispos, provocando o maior número de intervenções, que serão tratadas mais adiante, e o adiamento de aprovação do texto para o não seguinte

Uma moção de repúdio à PEC 215 foi solicitada por Dom Erwin Kräuter. A PEC que ainda tramita no Congresso Nacional é propõe a transferência da competência de demarcação de reservas indígenas e quilombolas ao Poder Legislativo.

A proposta de moção é aceita e formada uma comissão para redação do texto com a participação de Dom Luiz Soares Vieira, Dom Erwin Kräutler, Dom Manuel João Francisco, Pe. Ari Antônio dos Reis e Pe. Geraldo Martins Dias. Após duas versões, a Nota foi aprovada.

Além da preocupação com os impactos da PEC 215, a CNBB apresentou aos bispos, o avanço na construção de um texto sobre a realidade das pessoas quilombolas:

Dom Luiz Soares Vieira concluiu, apresentando a necessidade de defendê-los de muitas ameaças que os cercam, como o problema da Base de Alcântara, que vem pressionando as terras quilombolas da Serra dos Macacos. Esse documento de estudos sobre os Povos Quilombolas incentivará esse trabalho, fazendo com que essa causa seja conhecida e defendida (CNBB, 2013, p. 411).

Assim, a Igreja no Brasil foi se posicionando cada vez mais na defesa dos direitos dos Povos da Terra. Fora dos temas programados para assembleia, é solicitado aos bispos que emitam uma nota sobre a estiagem no Nordeste durante o evento. Sensibilizado, Dom Antônio Fernando Saburido solicita:

Diante da grave situação em que vivem os habitantes da região do semiárido nordestino com a estiagem prolongada, gostaria de sugerir uma Nota de Solidariedade da 51ª Assembleia Geral da CNBB. Acredito que esta Nota repercutiria muito bem junto à sociedade e serviria de apoio às iniciativas de Igrejas Particulares, organizações sindicais e não-governamentais (CNBB, 2013, p. 369).

Aqui também é evidenciada a potência institucional da CNBB, capaz de dar voz aos sujeitos, fazendo-os ser ouvidos por outras instituições e instâncias, como o Estado, para a promoção de políticas públicas para a região.

Acolhido o pedido, é autorizada a criação de uma comissão para a redação da nota, composta por Dom Fernando Saburido, coordenador, Dom Jaime Vieira Rocha, Dom José Geraldo da Cruz, Dom João José Costa, Dom João Santos Cardoso e o Pe. Geraldo Martins Dias. Após duas versões, correções, o texto é aprovado, mas não sem críticas. Dom Jaime Vieira Rocha comentou que a Nota deveria ser mais enfática diante da gravidade atual e lamentou que a Conferência não tenha busca do ir mais adiante em relação ao problema da seca no Nordeste.

No esteio das dificuldades relativas à terra, o tema da Reforma Agrária, com maior número de intervenções de bispos, aparece na assembleia geral em decorrência da redação de um documento oficial que norteie a Igreja e sociedade. Para este objetivo, é criada uma comissão presidida por Dom

Guilherme Antônio Werlang, conta com a participação dos bispos Dom Itamar Vian, Dom André de Witte, Dom Enemésio de Lazzaris, Dom Roque Paloschi. Também participam os assessores Pe. Ari Antônio dos Reis, o leigo Guilherme Delgado.

Como está expressa na ata, Dom Itamar Vian:

expôs a reflexão sobre as motivações para se redigir um texto sobre a Questão Agrária relacionado aos graves conflitos no campo ainda presentes no meio agrário brasileiro. Fez um pequeno histórico das manifestações da Igreja sobre esse tema, enfatizando a necessidade de ainda continuar se posicionando sobre esse assunto, a partir do Evangelho e da Doutrina da Igreja (CNBB, 2013, p. 379).

Como evidencia o bispo, a Questão Agrária é uma pauta da CNBB desde seu surgimento, enfrentando resistências internas, de Roma e principalmente durante a Ditadura Militar.

Em seguida, vemos o posicionamento de Dom Erwin Kräutler, na época, bispo do Xingu, com longa experiência na defesa dos povos indígenas. O, segundo a ata,

apelou para a CNBB tomar posição, realmente, em favor da Reforma Agrária que está em pauta, há tanto tempo, e ainda não foi realizada. O Papa Francisco pede que saíamos para as periferias geográficas e existenciais. Os agricultores, ribeirinhos, os indígenas se encontram nesta periferia existencial. A CNBB não pode ficar alheia a esta questão, inclusive para atender ao apelo do nosso Papa Francisco (CNBB, 2013, p. 379).

Aqui é introduzida a figura do Papa Francisco, recém-eleito Papa, como uma nova chancela às questões mais caras aos bispos progressistas e combatidos pelo papa anterior.

Dom José Mário Stroehner, em sua fala, compreende que o tema não é discutido amplamente na sociedade, especialmente nas mídias sociais e denuncia os supostos responsáveis:

a Questão Agrária está fora de moda. A mídia e o próprio governo têm o foco no agronegócio. O sistema econômico

que privilegia o capital não se preocupa com a pessoa, com o agricultor. Por isso, a luta pela Reforma Agrária deve ter presente a mudança do modelo econômico reinante. Não é possível que se continue a depredar e envenenar a terra (CNBB, 2013, p. 380).

Respaldados pela mídia, setores do agronegócio estariam causando grandes dificuldades para as pessoas e agricultores em decorrência do modelo vigente. Esta perspectiva também se aproxima das percepções pastorais do Papa Francisco, que futuramente propiciará uma reflexão sobre uma nova economia que promova as pessoas.

Ao relatar a sofrida realidade de pessoas que vivem em um assentamento rural no território da Diocese de Barra, Dom Luiz Flávio Cappio insiste na obrigação dos cristãos em defender a dignidade humana sob argumento da fraternidade pelo batismo cristão: “as injustiças no campo roubam e destroem a dignidade humana. E são pessoas batizadas, cristãos como nós, nossos irmãos” (CNBB, 2013, p. 381).

A denúncia às mazelas sociais volta a ser compreendidas como profetismo, aos moldes da Teologia da Libertação. Assim como os profetas teriam denunciado os abusos contra o Povo de Deus, Dom Mauro Montagnolli, afirma que “É uma oportunidade para denunciar os males existentes na vida do povo, e exercer o nosso profetismo” (CNBB, 2013, p. 380).

Esta seria a posição obrigatória da Igreja, já que, para Dom Xavier Gilles de Mapeou d’Ableiges, “os conflitos devido à terra continuam. Os povos da terra são oprimidos. Em nome do amor pelos pobres e oprimidos, a Igreja deve apoiar, com todas as suas forças, esse documento (CNBB, 2013, p. 380).

Dom José Luiz Azcona Hermoso segue esta compreensão da dimensão profética, enquanto defesa dos desamparados, como essência da Igreja:

a Igreja deve ser advogada da justiça e defensora dos pobres DI 4, diante das intoleráveis desigualdades sociais e econômicas (TMA 51) que clamam ao céu EAm 56a. Encontramo-nos num momento histórico no ato de aprovar um texto que pertence ao nosso Magistério Episcopal. A Igreja é a instituição no Brasil que com maior eficácia pode advogar pela justiça e pelos pobres. Defender os pobres e advogar pela justiça é a única forma válida de celebrar o culto segundo Is 1. São milhões de cristãos, irmãos nossos

pelo batismo, que estão na angústia e na pobreza, que aguardam de nós um autêntico gesto de pastores. Não podemos frustrar nossas ovelhas (CNBB, 2013, p. 381).

É, para o prelado, portanto, também função dos bispos promover a justiça. Esta é a postura sem a qual não se presta o devido culto. Mas além disto, reconhece o poder e influência da Igreja na sociedade. Aqui fica evidenciada a percepção de que é Missão da Igreja no mundo, interferir nas estruturas sociais.

Contudo, apesar de os participantes da assembleia não se oporem ao tema, a Reforma Agrária, surgem bispos que discordam da abordagem de como é preparado o Texto. Sob o argumento da diversidade de realidades entre os regionais, Dom Redovino:

falou da dificuldade de se fazer um documento único para todas as regiões do Brasil e suas diferentes realidades. Não é a mesma coisa em Santa Catarina e no Pará. Por isso, é difícil, quase impossível, que um documento retrate toda essa realidade. Sugiro que a Equipe de redação seja composta por pessoas de outros Regionais (do Sul, Sudeste e Centro Oeste), para que o documento tenha maior consistência. Além disso, por ser mais combativo do que propositivo, temo que o resultado seja o contrário do que esperamos (CNBB, 2013, p. 381).

Dom Redovino também traz críticas ao tom profético defendido pelos colegas bispos, pois uma mensagem combativa pode gerar resistências e compreensões de determinados setores da sociedade. Neste caso, o bispo exprime a relevância do tema e de um posicionamento da Igreja para uma questão da sociedade, mas se distancia de seus pares.

Mas não está sozinho. Dom Aldo Di Cillio Pagotto, apesar de reconhecer a tendência de uma Igreja que tem a “opção pelos pobres”, critica também a abordagem do tema e construção do texto:

Dom Aldo Di Cillo Pagotto agradeceu e manifestou seu respeito pela análise de conjuntura histórica realizada sobre a “Questão Agrária”, seguida das falas dos bispos, elogiando a atenção da CNBB na linha da evangélica opção pelos pobres. Ressalvou, contudo, que o Documento, em seu contexto, sugere **uma clara opção**

ideológica pelo modelo sociopolítico socialista. Com efeito, sustenta a intenção de provocar a inserção social dos mais desfavorecidos.

E seguiu afirmando:

Entretanto, esse ideal foi tomando outros rumos ideológicos, organizacionais e práticos. Não há espaço para aprofundar importantes dimensões do Documento em tela, que merecem olhares plurais, equidistantes de unilateralidades, salvaguardando e distinguindo o direito de propriedade, com sua evidente função social, conforme a Doutrina Social da Igreja, e não confundindo propriedade com latifúndio e exploração. Sugeriu que o Documento seja submetido às Comissões para a Doutrina da Fé e Jurídico-Canônica, evitando sua aprovação como Documento série azul, continuando como Documento de Estudo e recebendo novas contribuições (CNBB, 2013, p. 381, grifo nosso).

Este é, em todas as atas de todos os anos analisados, o posicionamento que mais evidencia a fratura ideológica dentro da CNBB, e que se tornará cada vez mais recorrente nas falas de bispos, leigos e políticos em redes sociais.

Haveria, segundo o bispo, uma abordagem socialista, que seria incompatível com a Fé Católica, pois estaria fora dos contornos da Doutrina Social da Igreja. Em decorrência dessa dissonância, orienta para que o texto seja avaliado pelas comissões de Doutrina e Fé e Jurídico-Canônico, devido ao conteúdo e forma.

O texto estaria, portanto, fora dos limites da Tradição católica e assim polariza cristianismo e socialismo. Em 2013, a polarização que dominará todas as instâncias da sociedade, já atuava na Conferência. A presença de bispos com este posicionamento será fundamental para justificar a reedição da hermenêutica de demonização do comunismo.

Diante das discordâncias que o tema gerou não só na plenária, mas também nos grupos de trabalho, o novo membro da comissão, Dom Geraldo Lyrio Rocha,

concluiu que o texto deve expressar, da melhor maneira possível, o pensamento do Episcopado, por que seus autores são os Bispos da Conferência, com o jeito de pastores que lhes é próprio Assim, a linguagem será mais dialogal e propositiva, como pastores, considerando os interlocutores: as várias instâncias pastorais da Igreja. O texto também se dirige à sociedade mais ampla: os empresários, o meio político, os movimentos sociais (CNBB, 2013, p. 381).

Sua aprovação foi adiada para a assembleia do ano seguinte, tempo de ser readequar e escrito de uma forma que abarque o mínimo denominador comum sobre o tema entre os bispos.

4.2.2.2 Assembleia Geral de 2014

Na edição de 2014, o Cardeal Raymundo Damasceno, presidente, Dom José Belizário da Silva, vice-presidente, e Dom Leonardo Ulrich Steiner, secretário geral, ainda compunham a presidência da CNBB.

Dentre os participantes estavam 277 Bispos Diocesanos, 38 Bispos Eméritos, 6 Administradores Diocesanos, 6 Administradores Apostólicos, 1 Bispo Eleito, além padres, religiosos e leigos que ocupavam cargos de subsecretários, assessores, representantes e convidados.

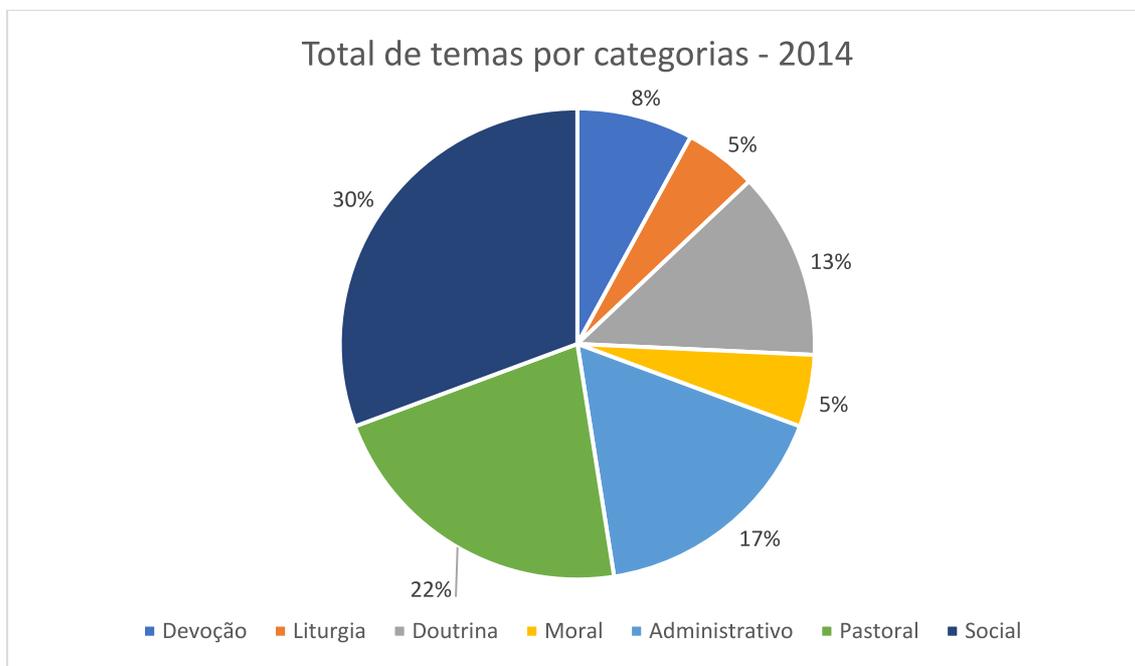
A divisão de regionais permanecia o mesmo: Regional Norte 1; Regional Norte 2; Regional Norte 3; Regional Nordeste 1; Regional Nordeste 2; Regional Nordeste 3; Regional Nordeste 4; Regional Nordeste 5; Regional Leste 1; Regional Leste 2; Regional Sul 1; Regional Sul 2; Regional Sul 3; Regional Sul 4; Regional Centro-Oeste; Regional Oeste 1; Regional Oeste 2; e Regional Noroeste.

A 52ª edição da Assembleia, o tema central continuou a ser “Comunidade de comunidades, uma nova paróquia”, dando continuidade as reflexões e construção do documento sobre as paróquias como *locus* de vivência comunitária da fé cristã.

Além de questões permanentes como redação de uma carta ao papa e balanço de contas, outros temas estavam previstos, bem como surgiram novos no desenrolar da assembleia.

No QUADRO 02, estão enumerados os temas levantados agrupados pelas categorias. Abaixo, o gráfico 03 apresenta a proporção dos temas divididos nas seis categorias.

Gráfico 03 – Total de temas divididos por categorias em 2014.



Fonte: Elaboração própria com dados do CDI

Como observado, a maioria dos temas tratados durante a Assembleia Geral de 2014 foi relacionada à área Pastoral, com 31 temáticas, totalizando 30%. Os temas Reforma Agrária e Pensando o Brasil geram maior número de intervenções.

Outros temas na categoria Social que emergiram: Nota para o Dia do Trabalhador, Refugiados e Imigrantes, Tráfico humano, Violência, Amazônia, PEC 215, Reforma Eleitoral, Reforma Política, Desemprego, Democracia, Desindustrialização, Segurança, Economia, Discurso de Ódio, Indígenas, Alimentação e nutrição, Violência, Exclusão e desigualdade social, Destruição da Família pela violência, Abaixo Assinado Ficha Limpa, Abaixo Assinado Saúde, Plano Nacional de Educação, Reforma Agrária, Agricultura familiar, Drogas, Projeto Brasil, Exploração de menores, Erradicação da fome no mundo, Alimentação orgânica e Plano de Educação, Imigrantes haitianos.

Em segundo lugar, com 22 temas, na categoria pastoral, os bispos falaram sobre Evangelização na Amazônia, Pastoral Portuária (Santos), Jornada Mundial da Juventude, Paróquia (Tema Central), a formação e papel do Presbíteros, Juventude, Ministério às Religiosas, Leigos, 300 anos da Aparição de Nossa Senhora Aparecida, 100 anos das aparições em Fátima, Pastoral do Turismo, Igreja na Copa do Mundo, Missão Continental, Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja, Comemorações do Vaticano II, Campanha da Fraternidade, Ano da Paz, Pastoral da Sobriedade, Pastoral do Dízimo, CEBs, Pastoral da Cultura, Campanha de Evangelização.

Os 17 temas relacionados à categoria Administrativa da Igreja foram os Funcionários da CNBB, Avaliação da Assembleia, Recuperação do INP, Relatório do Conselho Fiscal, Avaliação da JMJ, Acordo Brasil-Santa Sé, Faculdade de Direito Canônico SP, Projeto Comunhão e Partilha, Ajuda Haiti, Bispos Eméritos, Fundação Historiadores da Igreja e Censo anual Igreja.

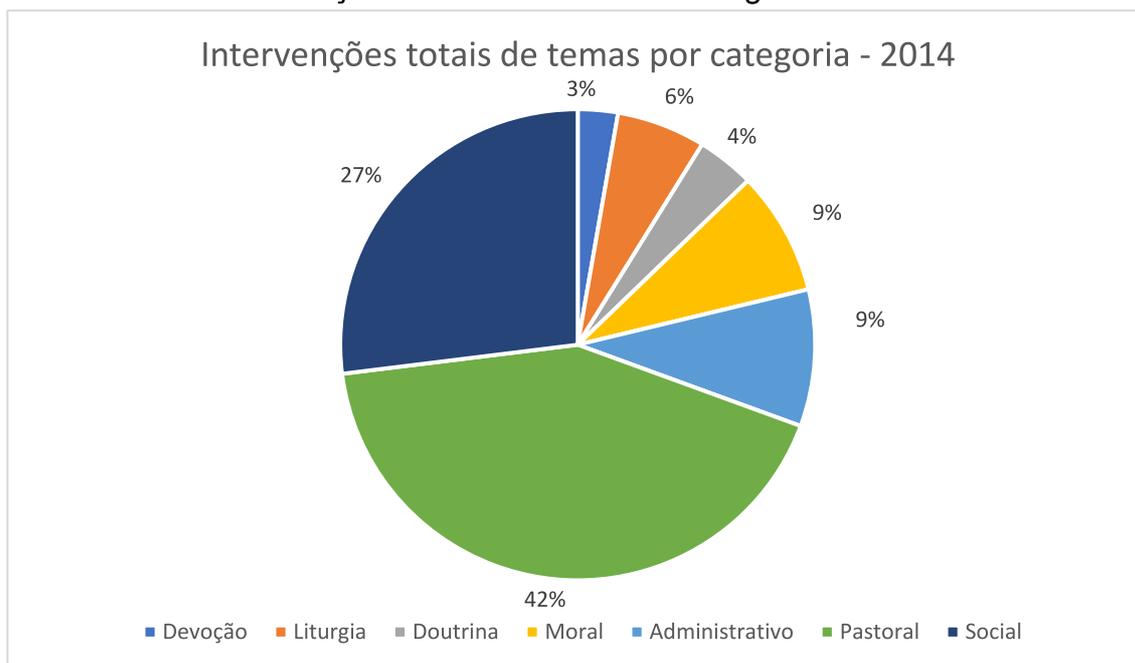
Em quarto, a categoria Doutrina aparece com 13 temas tratados, onde foram feitas considerações sobre Documento A Alegria do Evangelho, Colegialidade e Sinodalidade, Salvação Eterna, Missionariedade da Igreja, Padres Casados, Celibato opcional, Arrependimento dos pecados, Doutrina Social, Celebração da Eucaristia, Meios de comunicação católica, Inculturação litúrgica, Teologia e teólogos hoje e Ciência da Religião.

Na sequência, Devoção aglutinou 8 temas, sendo eles: José de Anchieta como co-patrono do Colégio Pio Brasileiro, Dia de São José de Anchieta, Santa Gertrudes doutora da Igreja, Beatificação Madre Assunta Marchetti, Beatificação Padre José Marchetti, Beatificação Dra. Zilda Arns, Crescimento Terço dos Homens e a Beatificação Dom Helder Câmara.

A categoria Liturgia apresentou 5 temas, sendo Catecumenato, Batismo, Crisma, Tradução de textos litúrgicos e Curso liturgia tridentina.

Por fim, as categorias, Moral, com 4 temas, apresentou Ideologia de Gênero, Sínodo da Família, Casamento civil para o religioso e Direito dos pais educarem os filhos. O Gráfico 04 elucida tal perspectiva quais destes temas receberam incidência de discursos episcopais durante a assembleia.

Gráfico 04 – Intervenções totais divididas em categorias temáticas em 2014.



Fonte: Elaboração própria com dados do CDI

Considerando o número de intervenções dos bispos em cada tema, as porcentagens modificam-se um pouco. Percebe-se maior participação nos assuntos sociais que administrativo. Ou seja, foram tratados mais assuntos administrativos em 2023, porém os temas da categoria social receberam mais intervenções.

A Categoria Pastoral, com 140 intervenções, segue maior, porém a categoria Social apresenta 89 intervenções e a Administrativo 31. Assim, a CNBB apresentou maior atuação nas questões pastorais, sociais e administrativas.

A temida “Ideologia de gênero” surge como tema pela primeira vez. As posições a seguir se tornarão a reflexo da posição oficial da CNBB. A problemática se dá na formulação do novo Plano de Educação que buscava incluir nas escolas as discussões sobre gênero e sexualidade:

Dom José Benedito Simão aproveitou esse íterim para fazer uma comunicação sobre a não promulgação do novo plano de educação, graças às pressões vindas da sociedade civil, também motivadas por instituições e pastorais da Igreja. Fez outras considerações sobre os efeitos da chamada ideologia de gênero, e para isso apresentou aos presentes uma pequena cartilha que busca

conscientizar a opinião pública, e especificamente os católicos, sobre essa ideologia (CNBB, 2014, p. 416).

O pânico moral disseminado no meio político pode ser observado na intervenção de Dom Moacyr José Vitti que, “sugeriu à Presidência apresentação de denúncia sobre a Cartilha da Educação sobre Gênero, que deseja a eliminação da distinção de sexo. É necessário denunciar a política de destruição da família” (CNBB, 2014, p. 428).

O tema, juntamente como o aborto, é um tema paradigmático no catolicismo brasileiro. Mesmo Dom Leonardo Ulrich Steiner, engajado em outras pautas identitárias e sociais progressista reafirma os “perigos” por trás deste sintagma:

o Projeto Nacional de Educação ainda não foi aprovado devido à pressão exercida pelas organizações de Igreja. Agradeceu o empenho daqueles que se dedicam a essa matéria delicada e aconselhou que, diante de temas difíceis como esse, os senhores bispos telefonem aos parlamentares para influir na condução de temas que estão tramitando no Congresso (CNBB, 2014, p. 336).

No ano anterior, diante dos alardes e propaganda promovida por Bento XVI, a CNBB emitiu uma nota condenando a “Ideologia de Gênero”. E mesmo Francisco, que convidará a acolhida de pessoas LGBTQIAPN+, manterá a visão de seu antecessor.

Dom Manoel dos Reis Farias tece um comentário sobre as taxas de desemprego, afirmando que a estatística do Governo sobre desemprego é de 5,5%. Analista na matéria, no entanto, diz que o Governo mostra só ao nível das capitais, mas, no geral, o desemprego chega a quase 8% (CNBB, 2014, p. 333).

Em diversos momentos os bispos se mostraram sensibilizados com a dura realidade das pessoas refugiadas: “Dom Leonardo Ulrich Steiner lembrou o problema de vários grupos de imigrantes em situação tão grave quanto os haitianos, como os senegaleses e paquistaneses”. Também a condição dos venezuelanos será preocupação a conferência, na mesma medida em que setores políticos utilizarão a crise democrática da Venezuela como pânico eleitoral (CNBB, 2014, p. 533).

Os bispos, cōscios das tensões sociais que as Manifestações de Julho de 2013, dão atenção às temáticas sobre a democracia, especialmente engajando-se em conscientização para reformas eleitoral e política. Ao se posicionar quanto ao cenário sociopolítico, Dom Roberto Francisco Ferrería Paz ponderou que,

na ordem política, é necessário resgatar o Estado Democrático, recuperar a presença do Estado diante do sucateamento e o recuo neoliberal. Na economia, superar o quadro de desindustrialização, gerando postos permanentes de trabalho; delineando uma economia de investimentos na produção e de promoção da reforma agrária. Quanto à violência, trabalhar a questão de segurança com o desenvolvimento social e o respeito aos direitos humanos. Em relação à violência contra os indígenas é importante advertir quanto à influência de ideologia multicultural que, muitas vezes, semeia o discurso do ódio, discriminando e desqualificando as pessoas (CNBB, 2014, p. 334).

A questão política segue se desenrolando com a confecção do texto Projeto Pensando o Brasil, o qual, segundo Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães:

tem o objetivo de ser um instrumento de orientações da Igreja para o processo eleitoral, que já foi anteriormente objeto de discussão no Consep. Ele busca trazer elementos para subsidiar a formulação de outros subsídios e cartilhas que localmente objetivem dar orientações aos fiéis nesse ano eleitoral. Anunciou também a reunião de outros organismos de Igreja, como o Cefep e o CNLB, que se propuseram desde já a formular uma cartilha em nível nacional. Além desse material, estaria também sendo preparado material em vídeo para orientação dos grupos de cristãos e também para momentos celebrativos. Tais subsídios serão postados na Internet. Esses materiais, para sua produção, aguardam orientações que devem ser divulgadas por meio do texto do Projeto Brasil. Recordou o contexto político atual e a convicção da Conferência Episcopal de que os cristãos devem ter participação ativa na definição dos rumos políticos nacionais, em busca de uma sociedade mais justa. Existe a afirmação de que essa participação vá além do processo eleitoral, concretizando-se num acompanhamento importante da condução da vida pública brasileira, e, nesse sentido, para que haja uma

verdadeira democracia participativa. Trata, também, do combate da prática e da cultura da corrupção em nosso país, bem como da defesa de uma verdadeira reforma política. Assim, existe um apelo da participação de todos, sobretudo das camadas mais jovens da população, para a defesa de políticas públicas para a saúde, para a educação, para a sustentabilidade do desenvolvimento, para o respeito do ser humano e para o bem-estar da população. Por isso, existe a proposição de uma maior democratização da mídia. Nesse sentido, o texto objetiva estimular que todo cidadão se prepare adequadamente para a participação do processo eleitoral em 2014 (CNBB, 2014, p. 335).

Apesar da pauta do combate à corrupção surgir nas assembleias, os bispos questionam o que pode ser feito para uma sociedade mais democrática.

A Reforma Agrária voltou nesta assembleia ao discutir o texto pastoral sobre esta questão. Temas como Nutrição, Alimentação Orgânica, Agricultura Familiar e Erradicação da fome no mundo também foram tocados brevemente ao longo da assembleia em 2014.

4.2.2.3. Assembleia Geral de 2015

A Assembleia Geral de 2015 é marcada pelo fim do mandato da última presidência, constituída pelo Cardeal Raymundo Damasceno, presidente, Dom José Belizário da Silva, vice-presidente, e Dom Leonardo Ulrich Steiner, secretário-geral, e a eleição dos novos presidentes, Dom Sérgio Rocha, e vice-presidente, Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger. Dom Leonardo foi reeleito como secretário-geral.

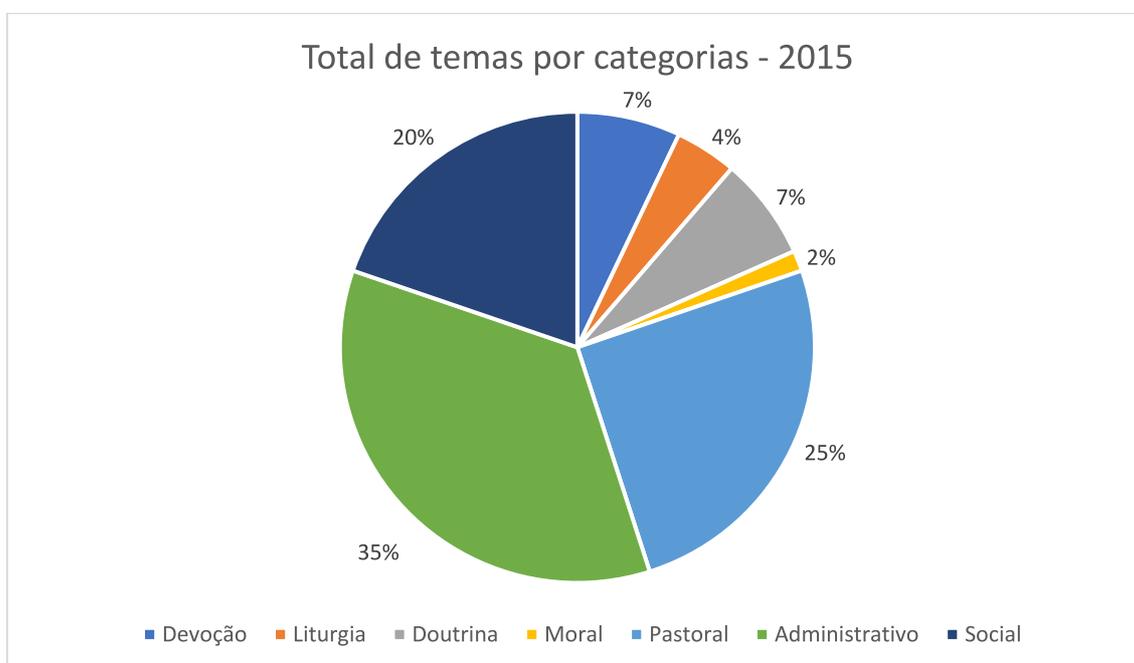
Dentre os participantes estavam 277 Bispos Diocesanos, 38 Bispos Eméritos, 6 Administradores Diocesanos, 6 Administradores Apostólicos, 1 Bispo Eleito, além padres, religiosos e leigos que ocupavam cargos de subsecretários, assessores, representantes e convidados.

A divisão de regionais permanecia o mesmo: Regional Norte 1; Regional Norte 2; Regional Norte 3; Regional Nordeste 1; Regional Nordeste 2; Regional Nordeste 3; Regional Nordeste 4; Regional Nordeste 5; Regional Leste 1; Regional Leste 2; Regional Sul 1; Regional Sul 2; Regional Sul 3; Regional Sul 4; Regional Centro-Oeste; Regional Oeste 1; Regional Oeste 2; e Regional Noroeste.

Na 53ª edição da Assembleia, o tema central foi “Diretrizes da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2015-2019)”, plano quadrienal de articulação da CNBB e seus órgãos para sua ação no território brasileiro, bem como a Igreja católica. Além de questões permanentes como redação de uma carta ao papa e balanço de contas, outros temas estavam previstos, bem como surgiram novos no desenrolar da assembleia.

No QUADRO 02, estão enumerados os temas levantados agrupados pelas categorias. Abaixo, o gráfico 05 apresenta a proporção dos temas divididos nas seis categorias.

Gráfico 05 – Total de temas divididos por categorias em 2015



Fonte: Elaboração própria com dados do CDI

Em decorrência das votações para a nova presidência e comissões, a maioria dos temas tratados durante a Assembleia Geral de 2015 foi relacionada à área Administrativa, com 25 temáticas, totalizando 35%. As mudanças de cargo demandaram maior parte da Assembleia, uma vez que ocorriam por turnos para cada cargo. Até que se alcançasse o quantitativo mínimo de votos, conforme o Estatuto, seguiam-se novos turnos.

Outros temas na categoria Administrativo que emergiram: Relatório das atividades empreendidas durante o quadriênio 2011-2015, Análise de

Conjuntura social, Econômica e política, Análise de Conjuntura eclesial, Mensagem ao Papa, Carta à Congregação dos Bispos, Aniversário Papa Emérito, Colégio Pio Brasileiro, Avaliação das Comissões Episcopais, Eleição da Presidência CNBB, Eleição presidência Comissões Episcopais, Eleição delegados do Sínodo, Estruturas Regionais CNBB, Prestação de Contas da CNBB, Avaliação da Assembleia, Urnas eletrônicas nas votações das assembleias, Sínodo dos Bispos, Fundo Nacional de Solidariedade, Projeto Comunhão e Partilha, IOR, Transparência econômica nas dioceses, Ação social da Igreja no Brasil, Perfil dos Padres no Brasil, Prestação de contas Assembleia, Acordo Brasil-Santa Sé e 60 anos do Encontro de Bispos do Nordeste.

Em segundo lugar, com 18 temas, na categoria Pastoral, os bispos falaram sobre Congresso Eucarístico (Belém), Diretrizes Gerais para Ação Evangelizadora no Brasil, Escola de Formadores, Leigos, Ano da Vida Consagrada, Pastoral do Dízimo, os 300 anos de Nossa Senhora Aparecida, 100 anos das Aparições de Fátima, Projeto Juventude “Rota 300”, Ano Mariano, Diáconos Permanente, Ano da Misericórdia, Mensagem aos cristãos perseguidos, Ano da Paz, Amazônia (Repam), Pastoral Afro-Brasileira, Semana de Unidade dos Cristãos e Institutos Seculares.

Os 14 temas relacionados à categoria Social da Igreja foram Reforma do Política, Petrobrás, Corrupção, Crise no Brasil, Indígenas, PEC 215, Amazônia, Obras do PAC, Nota da CNBB sobre o Momento, Projeto Pensando o Brasil, Desigualdades sociais, Meios de Comunicação Social, Tornados em Santa Catarina e Financiamento das campanhas eleitorais.

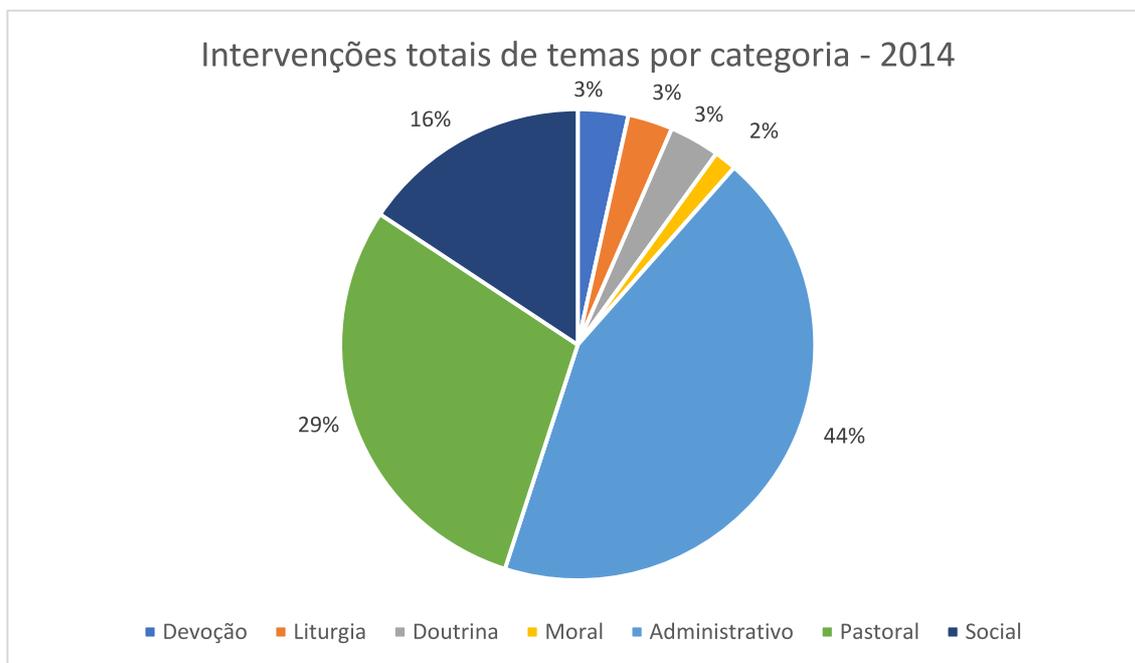
Empatada com Doutrina, a categoria Devoção aparece com 5 temas tratados, onde foram feitas considerações sobre Beatificação de Dom Helder Câmara, Criação de Santuário de São José de Anchieta, José de Anchieta Patrono Secundário do Brasil, José de Anchieta padroeiro dos Farmacêuticos, Nossa Senhora de Fátima como Padroeira dos Zootecnistas.

Na sequência, Doutrina aglutinou 5 temas, sendo eles Sacramento do Matrimônio, Misericórdia na Igreja, *Sensus Fidei*, Tradução da Bíblia, Missionariedade da Igreja.

A categoria Liturgia apresentou 3 temas, sendo Tradução texto (Santoral do Missal), Sentido da Liturgia, Testemunha qualificada para Matrimônio. Por fim, as categorias, Moral, com 1 tema, trouxe novamente a discussão acerca da

necessidade de registro civil para a realização de casamento religioso. O Gráfico 06 elucida tal perspectiva quais destes temas receberam incidência de discursos episcopais durante a assembleia.

Gráfico 06 – Intervenções totais divididas em categorias temáticas em 2014.



Fonte: Elaboração própria com dados do CDI

Considerando o número de intervenções dos bispos em cada tema, as porcentagens modificam-se um pouco. Percebe-se maior participação nos assuntos sociais que administrativo. Ou seja, foram tratados mais assuntos administrativos em 2023, porém os temas da categoria social receberam mais intervenções.

A Categoria Administrativo, com 114 intervenções, segue maior, seguida das categorias, Pastoral com 77 intervenções, e a Social, com 31. Assim, a CNBB apresentou maior atuação nas questões pastorais, sociais e administrativas. A tensão política adentra ainda mais nas sessões.

Não há registro, acessível aos textos iniciais do documento, mas o descontentamento de alguns bispos e de setores da sociedade é notório naquele momento: Dom Caetano Ferrari pediu esclarecimentos sobre a campanha negativa e difamatória contra a CNBB por defender uma determinada iniciativa popular de reforma política (CNBB, 2015, p. 343).

4.2.2.4. Assembleia Geral de 2016

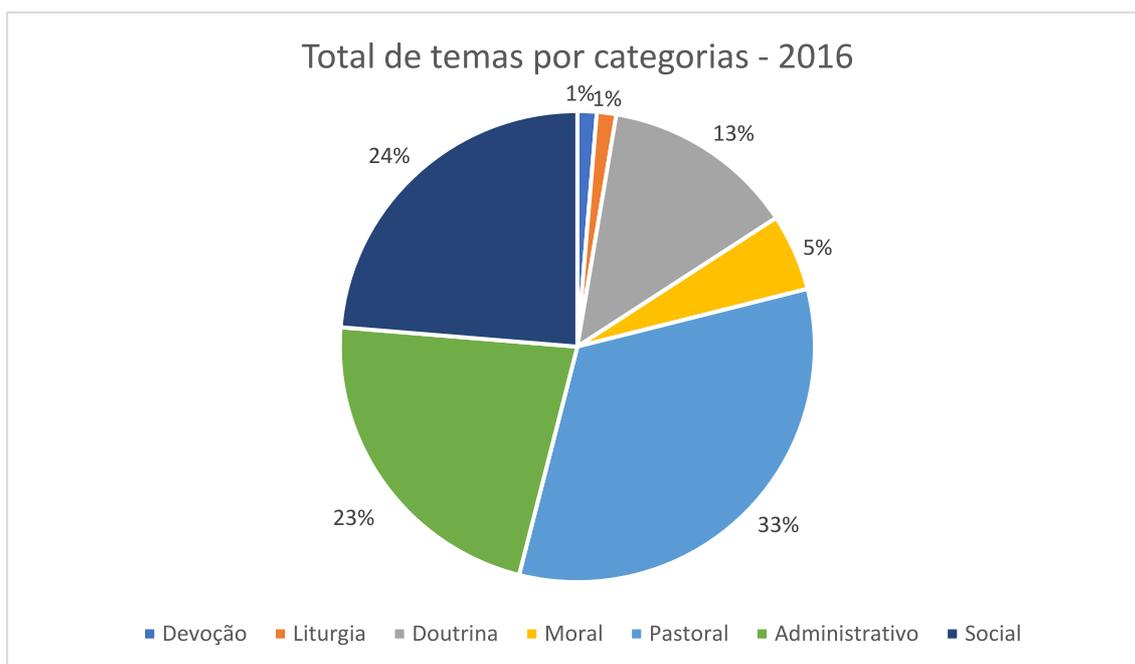
Na Assembleia Geral de 2016, a nova presidência, composta por Dom Sérgio Rocha, e vice-presidente, Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger. Dom Leonardo foi reeleito como secretário-geral, conduzem todas as atividades.

Dentre os participantes estavam 302 Bispos, Administradores Diocesanos, Administradores Apostólicos, além padres, religiosos e leigos que ocupavam cargos de subsecretários, assessores, representantes e convidados. A divisão de regionais permanecia o mesmo: Regional Norte 1; Regional Norte 2; Regional Norte 3; Regional Nordeste 1; Regional Nordeste 2; Regional Nordeste 3; Regional Nordeste 4; Regional Nordeste 5; Regional Leste 1; Regional Leste 2; Regional Sul 1; Regional Sul 2; Regional Sul 3; Regional Sul 4; Regional Centro-Oeste; Regional Oeste 1; Regional Oeste 2; e Regional Noroeste.

Na 54ª edição da Assembleia, o tema central foi “Cristãos leigos, sal da terra e luz do mundo”. No QUADRO 02, estão enumerados os temas levantados agrupados pelas categorias. Abaixo, o gráfico 07 apresenta a proporção dos temas divididos nas seis categorias.

Além do tema central sobre leigos e leigas, outras questões relacionadas a categoria Pastoral contaram com a maioria dos temas tratados durante a Assembleia Geral de 2016 com 25 temáticas, totalizando 33%. As diversas ações pastorais também colaboraram para ampliação do número.

Gráfico 07 – Total de temas divididos por categorias em 2016.



Fonte: Elaboração própria com dados do CDI

Outros temas na categoria Pastoral que emergiram: o Ano da Paz, Papa no México, Crescimento evangélicos nas periferias, “sem religião”, Congresso Eucarístico (Belém), Crise religiosa no Brasil, Cruz Missionária, Congresso Missionário Nacional, Leigos e Leigas, Sínodo dos Bispos, Comissão para Amazônia (Repam), os 300 anos de Nossa Senhora Aparecida, o encontro das CEBs, Ano da Misericórdia, Olimpíadas no Rio, Cristãos na Nigéria, 50 anos Vaticano II, Pastoral do Dízimo, *Lectio Divina*, Projeto de Formação de lideranças pastorais, Visita Pastoral Missionária, Pastoral da AIDS, Pastoral Carcerária, Pastoral dos Brasileiros no Exterior e o Ano do Laicato.

Em segundo lugar, com 18 temas, na categoria Social, os bispos falaram sobre Crise Política no Brasil, Polarização Política, Lei do Desarmamento, Indígenas, Nota sobre o momento atual, Projeto Pensando o Brasil 3, Poder judiciário, Presidencialismo de coalizão, Democracia participativa, Governo Esquerda, Capitalismo, Medo do comunismo, Agricultura, Idosos, Previdência social, Amazônia, Mensagem para as eleições Municipais e Solo Urbano.

Os 17 temas relacionados à categoria Administrativo da Igreja foram a Construção Centro Cultural Missionário, Clero indígena, Projeto Igrejas Irmãs, Jornada Mundial da Juventude, Pastoral do Dízimo, Mensagem ao Papa, Bispos Eméritos, CERIS, Tribunais de Nulidade matrimonial, Cáritas Brasileira, relatório

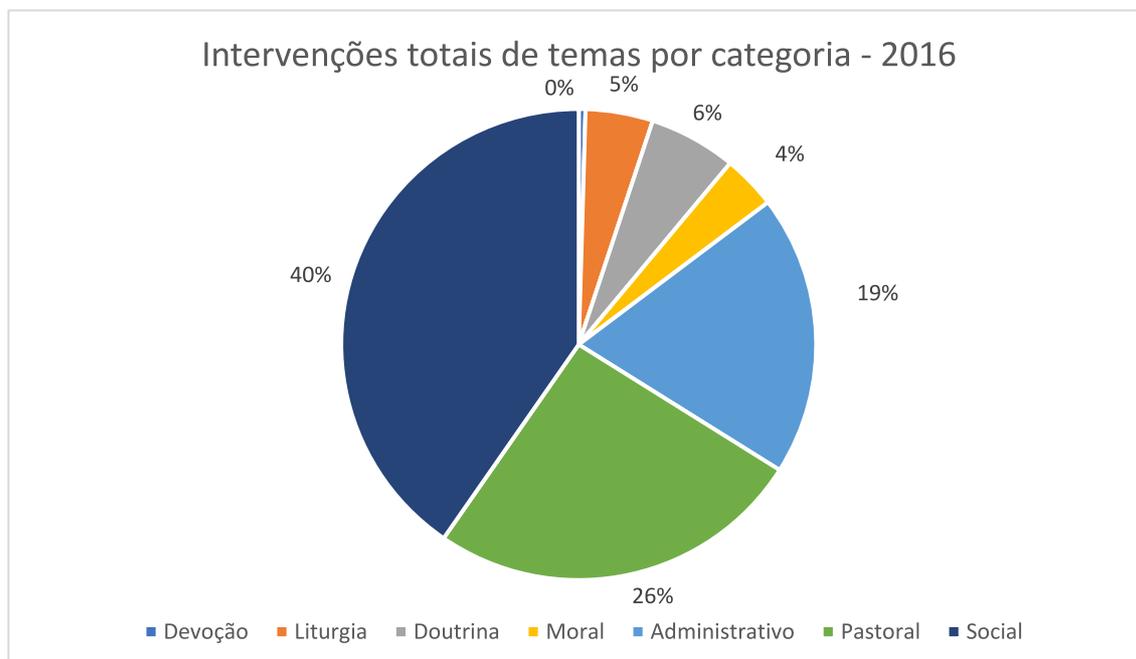
parcial de gestão 2015, Projeto “Comunhão e Partilha”, Acordo Brasil-Santa Sé, Reforma Prédio CNBB, Colégio Pio Brasileiro, Atualização dos Estatutos da CNBB e as Mudanças nas Edições CNBB.

A categoria Doutrina apresentou 10 temas, sendo Doutrina social da Igreja, Nova Tradução da Bíblia, Subsídios teológicos, Teologia de Francisco, Revisão do Código de Direito Canônico, Teologia da Misericórdia, Documento *Amoris Laetitia*, a Falta de biblistas no Brasil, *Laudato Si* (Amazônia) e Documento conjunto com Igrejas Luteranas.

A categoria Moral, com 4 temas, trouxe novamente a discussão acerca da necessidade de Gênero nas Escolas, Relativismo moral, Casamento civil para Matrimônio e Pedofilia.

Juntamente com Doutrina, a categoria Devoção aparece com 1 tema tratado cada, onde foram feitas considerações Tradução Missal Romano para a primeira e sobre Canonização Mártires do RN na segunda. O Gráfico 08 elucida tal perspectiva quais destes temas receberam incidência de discursos episcopais durante a assembleia.

Gráfico 08 – Intervenções totais divididas em categorias temáticas em 2016.



Fonte: Elaboração própria com dados do CDI

Considerando o número de intervenções dos bispos em cada tema, as porcentagens modificam-se um pouco. Percebe-se maior participação nos

assuntos sociais que administrativo. Ou seja, foram tratados mais assuntos administrativos em 2023, porém os temas da categoria social receberam mais intervenções.

A Categoria Social, com 88 intervenções, segue maior, seguida das categorias, Pastoral com 56 intervenções, e a Administrativo com 42. Assim, a CNBB apresentou maior atuação nas questões sociais, pastorais e administrativas.

4.2.2.5 Assembleia Geral de 2017

Na edição de 2017, Dom Sérgio Rocha, e vice-presidente, Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger e o vice-secretário prosseguiram a frente da instituição, conduzindo as atividades.

Dentre os participantes estavam 277 Bispos Diocesanos, 38 Bispos Eméritos, 6 Administradores Diocesanos, 6 Administradores Apostólicos, 1 Bispo Eleito, além padres, religiosos e leigos que ocupavam cargos de subsecretários, assessores, representantes e convidados.

A divisão de regionais permanecia o mesmo: Regional Norte 1; Regional Norte 2; Regional Norte 3; Regional Nordeste 1; Regional Nordeste 2; Regional Nordeste 3; Regional Nordeste 4; Regional Nordeste 5; Regional Leste 1; Regional Leste 2; Regional Sul 1; Regional Sul 2; Regional Sul 3; Regional Sul 4; Regional Centro-Oeste; Regional Oeste 1; Regional Oeste 2; e Regional Noroeste.

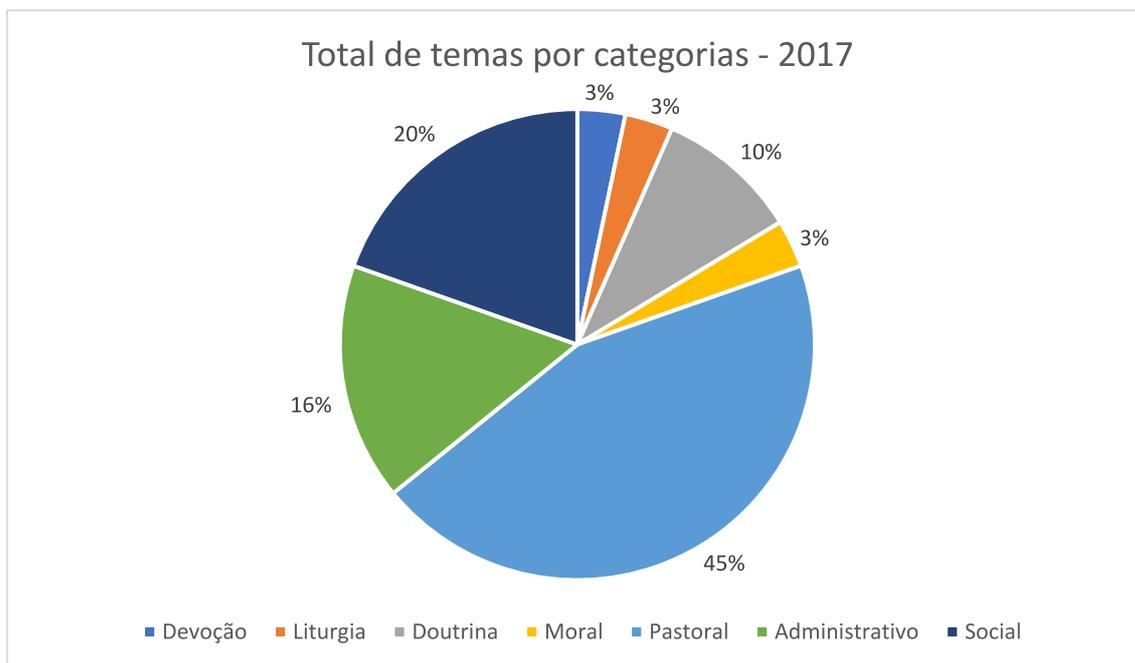
O tema central da 55ª edição da Assembleia foi a “Iniciação à Vida Cristã”, “como resposta à segunda urgência das Diretrizes Gerais, ‘Igreja, casa de iniciação à Vida Cristã’”. No QUADRO 02, estão enumerados os temas levantados agrupados pelas categorias. Abaixo, o gráfico 09 apresenta a proporção dos temas divididos nas seis categorias.

Como observado, a maioria dos temas tratados durante a Assembleia Geral de 2017 foi relacionada à área Pastoral, com 41 temáticas, totalizando 45%. Apesar do tema central, o maior número de ocorrências se deu pelos temas da Celebração da Palavra e Congresso Eucarístico.

Outros temas na categoria Social que emergiram: Meios de comunicação católicos, Educação religiosa, Evangelização da Educação, Ensino Religioso, Escolas Católicas, Discípulo-missionário, Igreja Latino-Americana, Diretrizes

Gerais d Ação Evangelizadora, Missão Continental, Iniciação à Vida Cristã, Novas formas de vida consagrada e novas comunidades, CEBs, Santas Missões, Evangelização da Amazônia (Repam), Diáconos Permanentes, CELAM, Projeto Igrejas Irmãs, Ministério do Pastoreio (Santarém), Missão na África, Mulher na vida consagrada, Missão Haiti, Pastoral da Sobriedade, Pastoral do Povo de Rua, Ecumenismo, Sínodo da Juventude, Ano do Laicato, Curso Formação de Formadores, Pastoral Flutuante, Pastoral da Cultura, Ano Mariano, Congresso Missionário Nacional, Pastoral Vocacional, Pastoral Operária, os 300 anos Nossa Senhora Aparecida, Novas tendências da comunicação, Catequese, Pastoral do Batismo, Evangelização dos Povos indígenas, Pastoral Indigenista inculturada, Cancelamento da visita do Papa ao Brasil, Novo site da CNBB, Projeto Comunhão e Partilha, Acordo Brasil-Santa Sé, Reforma da Sede CNBB, Bispos eméritos e Carta ao Prefeito da Congregação para os Bispos.

Gráfico 09 – Total de temas divididos por categorias em 2017.



Fonte: Elaboração própria com dados do CDI

Em segundo lugar, com 18 temas, na categoria Social, os bispos falaram sobre Evangelização Projeto “escola sem partido”, Pensando o Brasil 3, Promoção da mulher, Minorias, Educação, Ciência, Educação Indígena, Valores

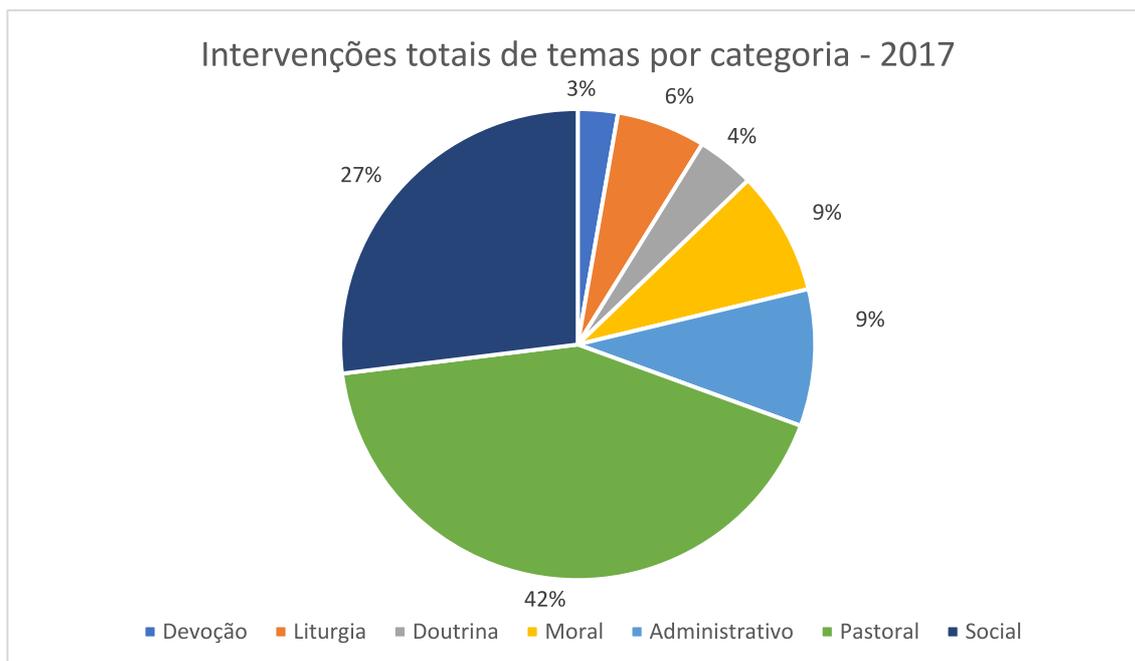
humanos, Descréditos das instituições, Crise no Brasil, Mensagem aos Trabalhadores, Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência Social, Nota sobre o momento atual, Suicídios na Bahia, Violência no Campo, Amazônia e Indígenas.

Os 15 temas relacionados à categoria Administrativo da Igreja foram Cancelamento da visita do Papa ao Brasil, Novo site da CNBB, Projeto Comunhão e Partilha, Acordo Brasil-Santa Sé, Reforma da Sede CNBB, Bispos eméritos, Carta ao Prefeito da Congregação para os Bispos, Avaliação da Assembleia, Nova metodologia das Assembleias, Colégio Pio Brasileiro, Relatório Gestão CNBB, Destino das arrecadações da Campanha da Fraternidade, Novo Estatuto da CNBB, Carta de Michel Temer a CNBB e Carta das centrais sindicais.

Em quarto, a categoria Doutrina aparece com 9 temas tratados, onde foram feitas considerações sobre Falta Antropologia da Transcendência, Formação dos padres, Teologia da Misericórdia, Documento de Aparecida, Aplicação da *Amoris Laetitia*, Exorcismo na Igreja, Ensino de Filosofia nos seminários, Nova Tradução da Bíblia e a Publicação dos Documentos do Vaticano II.

Na sequência, Devoção aglutinou 3 temas, sendo eles Canonização dos Mártires do Rio Grande do Norte, Sentido espiritual da Campanha da Fraternidade e Piedade Mariana. A categoria Liturgia apresentou 3 temas, Tradução de textos Litúrgicos, Ritual de Iniciação Cristã e Rito de Instituição de Ministros da Palavra. Por fim, as categorias Moral, com 3 temas, apresentou Ideologia de Gênero, Pedofilia e Suicídio de padres. O Gráfico 10 elucida tal perspectiva quais destes temas receberam incidência de discursos episcopais durante a assembleia.

Gráfico 10 – Intervenções totais divididas em categorias temáticas em 2017.



Fonte: Elaboração própria com dados do CDI

Considerando o número de intervenções dos bispos em cada tema, as porcentagens modificam-se um pouco. Percebe-se maior participação nos assuntos pastorais. Ou seja, as questões pastorais demandaram maior atenção dos bispos em 2017.

A Categoria Pastoral, com 104 intervenções, segue maior, a categoria Social apresenta 27 intervenções e a Administrativo 9%, pela primeira vez abaixo de dois dígitos. Assim, a CNBB apresentou maior atuação nas questões pastorais, sociais e administrativas.

Nesta assembleia, os bispos demonstraram grande preocupação com a “Ideologia de Gênero” nas escolas, enfatizando a necessidade de uma orientação a partir da doutrina católica sobre o tema.

4.2.2.6. Assembleia Geral de 2018

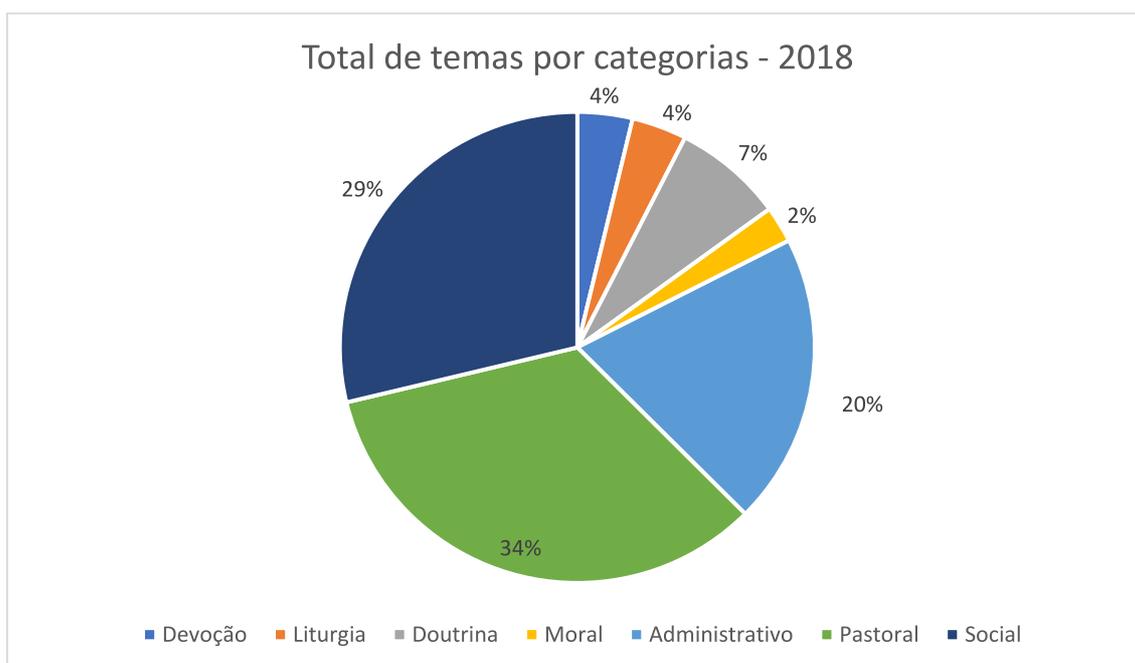
Por fim, a Assembleia Geral de 2018, seguiu sob a presidência, composta por Dom Sérgio Rocha, e vice-presidente, Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger. Dom Leonardo foi reeleito como secretário-geral, conduzem todas as atividades.

Dentre os participantes estavam aproximadamente 470 Bispos, Administradores Diocesanos, Administradores Apostólicos, além padres,

religiosos e leigos que ocupavam cargos de subsecretários, assessores, representantes e convidados. A divisão de regionais permanecia o mesmo: Regional Norte 1; Regional Norte 2; Regional Norte 3; Regional Nordeste 1; Regional Nordeste 2; Regional Nordeste 3; Regional Nordeste 4; Regional Nordeste 5; Regional Leste 1; Regional Leste 2; Regional Sul 1; Regional Sul 2; Regional Sul 3; Regional Sul 4; Regional Centro-Oeste; Regional Oeste 1; Regional Oeste 2; e Regional Noroeste.

Na 56ª edição da Assembleia, o tema central tratou das novas “Diretrizes para a Formação de Presbíteros”. No QUADRO 02, estão enumerados os temas levantados agrupados pelas categorias. Abaixo, o gráfico 11 apresenta a proporção dos temas divididos nas seis categorias.

Gráfico 11 – Total de temas divididos por categorias em 2018.



Fonte: Elaboração própria com dados do CDI

Além do tema central sobre leigos e leigas, outras questões relacionadas a categoria Pastoral contaram com a maior parte dos temas tratados durante a Assembleia Geral de 2018 com 27 temáticas, totalizando 34%. Além das novas diretrizes para formação do Padre, a Mensagem ao Povo de Deus sobre o momento atual recebeu muitas ocorrências, colaborando para esse perfil.

Outros temas na categoria Pastoral que emergiram: Sínodo da Juventude, Sínodo da Amazônia, Evangelização nas cidades, Iniciação à Vida Cristã, Pastorais Sociais, Novas Diretrizes da Ação Evangelizadora, Diretrizes para formação dos Presbíteros, Congresso Eucarístico Nacional, Campanhas virtuais contra a Campanha da Fraternidade, Campanha da Fraternidade – Coleta, Projeto “Cada Comunidade, uma Nova Vocação”, Projeto Igrejas Irmãs, Pontifícias Obras Missionárias, Mensagem ao Povo de Deus, Mídias Católicas, Pastoral do Menor, Pastoral da Juventude, Pastoral Universitária, Projeto Jovem Guardião (ex-reclusos), Missão na África, Pastoral da Sobriedade, Mês Missionário Internacional, Ano do Laicato, Comissão Amazônia (Repam), Ano Vocacional, Ano Bíblico Mundial e a Jornada Mundial da Juventude.

Em segundo lugar, com 23 temas, na categoria Social, os bispos falaram Juventude, Violência Urbana, Judicialização da política/ politização do Judiciário, Questão agrária, Política, Violência no Campo, Natureza, Periferias urbanas, Juventude Negra, Cultura negra, Pensando o Brasil, Mensagem Ano eleitoral, Dívida Pública, Laicidade do Estado, Evangélicos no Legislativo, Foro privilegiado, Indígenas, Amazônia, Lei da Ficha Limpa, Venezuelanos em Roraima, Tráfico Humano, Cartilha de orientações políticas e Semanas Sociais.

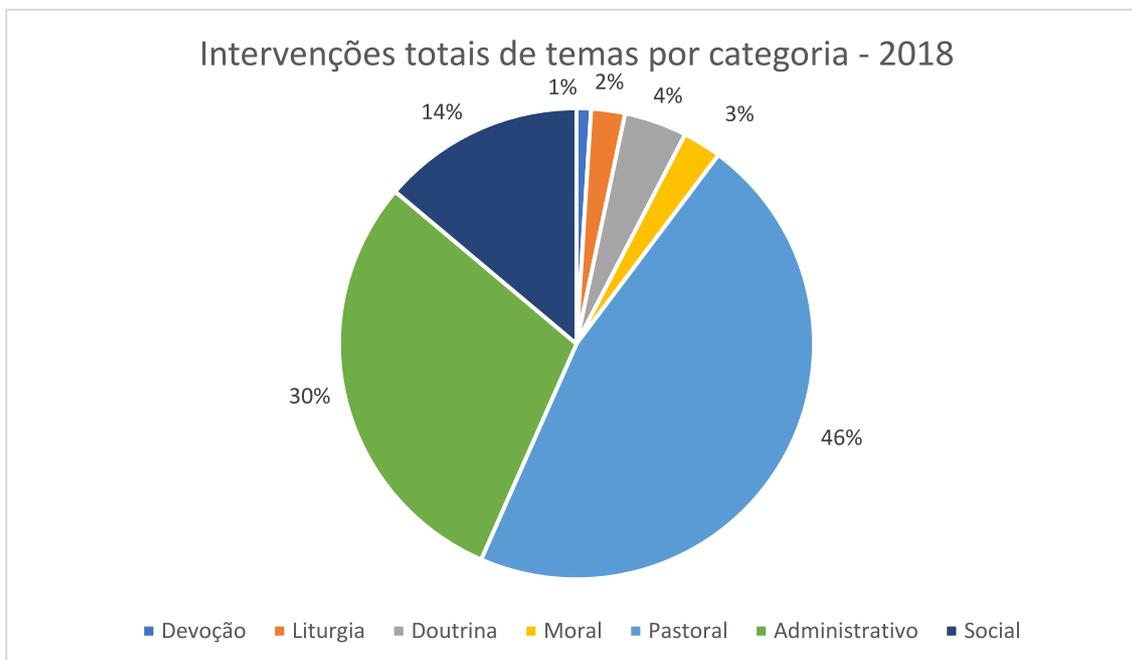
Os 20 temas relacionados à categoria Administrativo da Igreja foram Eleição de delegados para o Sínodo dos Bispos, Carta ao Papa, Carta à Congregação para os Bispos, Bispos Eméritos, Reforma Estatuto CNBB, Colégio Pio Brasileiro, Projeto Comunhão e Partilha, Prisão do bispo e padres da Diocese de Formoso, Avaliação da Assembleia, Acordo Brasil-Santa Sé, Anexação de duas dioceses ao Regional Norte 3, Prestação de Contas CNBB, Reforma da Sede da CNBB, Custos dos Livros Edições CNBB, Declaração de Imposto de Renda de Padres e Bispos e Ingerência de Tribunal de Justiça em processo eclesialístico de nulidade matrimonial.

A categoria Doutrina apresentou 6 temas, sendo *Amoris Laetitia* e Família, Doutrina Social da Igreja, Laicidade/ laicismo, Pelagianismo, Gnosticismo e Nova Tradução da Bíblia.

Juntamente com Liturgia, a categoria Devoção aparece com 3 temas. A primeira tratou de Tradução de textos litúrgicos, Música Litúrgica e Importância da Liturgia. A segunda tratou dos Mártires Potiguaras, Terço dos Homens e a Beatificação de Dom Ângelo Frosi.

A categoria Moral, com 2 temas, trouxe Distúrbios Sexuais de seminaristas e a necessidade de certidão de casamento civil para o casamento religioso. O Gráfico 12 elucida tal perspectiva quais destes temas receberam incidência de discursos episcopais durante a assembleia.

Gráfico 12 – Intervenções totais divididas em categorias temáticas em 2018.



Fonte: Elaboração própria com dados do CDI

Considerando o número de intervenções dos bispos em cada tema, as porcentagens modificam-se. A maior ocorrência de assuntos Pastorais sociais que administrativo. Ou seja, foram tratados mais assuntos administrativos em 2018, porém os temas da categoria foram muito relevantes.

A Categoria Pastoral, com 141 intervenções, permanece maior, seguida das categorias Administrativo, com 90, e social, com 42 intervenções. Assim, a CNBB manteve maior atuação nas questões pastorais, administrativas e sociais.

As atas da Assembleia Geral de 2018, ao se debater a redação da “mensagem ao Povo de Deus, os bispos mostram-se preocupados com as críticas que se espalharam nas redes sociais sobre a Igreja estar financiando uma ONG abortista. Parte da quantia arrecadada durante a Coleta da Campanha da Fraternidade iriam para a ABONG.

Dom João Justino de Medeiros Silva, traz a questão levantada por outros dois bispos, Dom Fernando Áreas Rifan e de Dom Pedro Carlos Cipollini, durante

uma sessão reservada, insistindo que há temas controversos que necessitam de um posicionamento, assim, “a CNBB se pronunciar sobre alguns temas que têm gerado polêmica e debates” (CNBB, 2018a, p. 114).

Esta seria, a causa na queda de doações na coleta de 2018 em decorrência, segundo Dom José Valmor César Teixeira, “contra-campanhas pela internet” (CNBB, 2018a, p. 114). Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira defendeu que fosse incluída na Mensagem, maiores explicações sobre as doações:

disse que deseja somar-se aos que usaram a palavra antes dele. Afirmou que, na nota, precisaria encontrar um posicionamento mais claro a favor do Intereclesial, do Fundo de Solidariedade e outros pontos que vêm sendo motivo de ataques nas redes sociais. Indicou o número 6 como lugar para inserir essas sugestões (CNBB, 2018a, p. 115).

Quanto ao ano eleitoral, durante a confecção de um texto para o Ano Eleitoral, os debates destacavam a necessidade dos leigos católicos se tornassem mais atuantes na vida política. A vida política, vedada ao clero, deveria ser ocupada por leigos guiados pelos princípios da fé católica adequados à realidade pelo episcopado:

Dom José Ionilton Lisboa de Oliveira avaliou a mensagem como muito boa. Sugeriu que se fale para os católicos, incentivando os leigos a assumirem a responsabilidade de fazer com que a política seja o que ela realmente tem de ser. Falou sobre a importância de indicar o antes, o durante e o depois das eleições. Recomendou incentivar os leigos a ocuparem os espaços decisórios (CNBB, 2018a, p. 82).

:

Dom José Reginaldo Andrietta enfatizou:

a necessidade de se reconhecer a índole secular da vocação dos leigos e leigas no âmbito da sociedade. Isso se torna mais importante e urgente quando se trata da ausência de líderes católicos nos vários seguimentos da sociedade civil. Nesse sentido, uma proposta é mobilizar a sociedade brasileira para a realização da Auditoria Cidadã da Dívida Pública (CNBB, 2018a, p. 82).

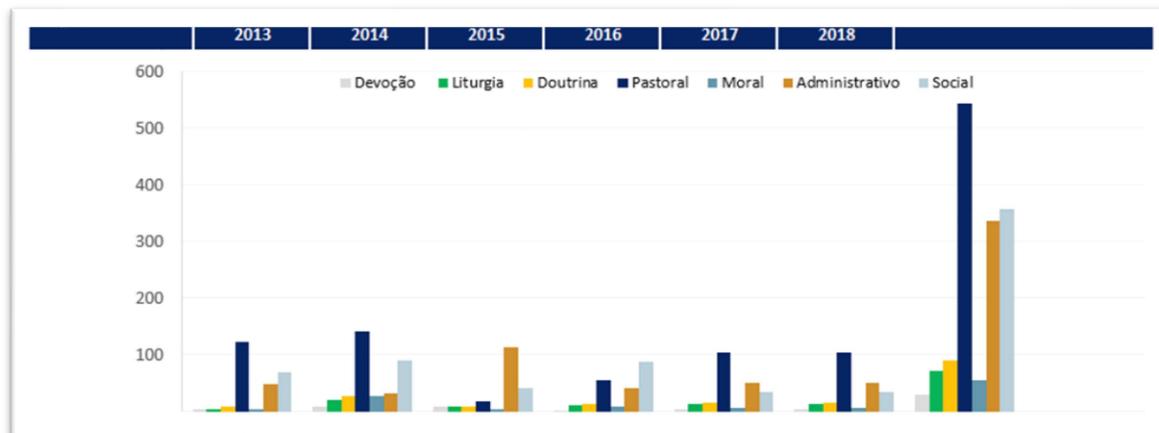
Líderes políticos católicos poderiam, portanto, promover as mudanças desejadas pelos bispos enquanto que tendo se comprometido com a Igreja, contribuiriam com as reformas pretendidas

4.3 Análise dos dissensos entre os bispos

Após as análises por ano dentro do recorte histórico por nós selecionado, deter-nos-emos em apresentar uma comparação das tendências das ideologias eclesiais, e em seguida, a ideologia política, para então compreendermos o comportamento ideológico da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e, por fim, identificar os dissensos presentes entre os bispos.

Conforme os gráficos 13 e 14, as categorias Pastoral, Social e Administrativo se mantiveram elevadas em relação às categorias Devoção, Doutrina e Liturgia ao longo dos 6 anos.

Gráfico 13 – Performance das categorias no período.



Fonte: Elaboração própria com dados do CDI

Gráfico 14 – Ocorrências das categorias.

| Despesas | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | Total | Tendência |
|----------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-----------|
| Devoção | 5 | 9 | 9 | 1 | 3 | 3 | 30 | |
| Liturgia | 5 | 20 | 8 | 10 | 14 | 14 | 71 | |
| Doutrina | 9 | 28 | 9 | 13 | 15 | 15 | 89 | |
| Pastoral | 122 | 140 | 18 | 56 | 104 | 104 | 544 | |
| Moral | 3 | 28 | 4 | 8 | 6 | 6 | 55 | |
| Administrativo | 49 | 31 | 114 | 42 | 50 | 50 | 336 | |
| Social | 70 | 89 | 41 | 88 | 35 | 35 | 358 | |
| TOTAL | 263 | 345 | 203 | 218 | 227 | 227 | 1483 | |

Fonte: Elaboração própria com dados do CDI

A categoria Pastoral, com exceção dos anos 2015 e 2016, esteve a frente de todas as outras. Na total do período, sua frequência aumenta significativamente. Isto nos permite afirmar que a Igreja Católica no Brasil está envolvida com questões internas, esforçando-se para desempenhar suas atividades pastorais em uma sociedade cada vez mais plural e diante do crescimento de igrejas evangélicas. Contudo, as pastorais ligadas aos setores sociais também estão bastante ativas neste contexto, elucidando que as divisões em categorias não são segmentadas na realidade. E mesmo as outras categorias apontam para a atividade pastoral e esta, no fortalecimento, as utiliza.

Em segundo, a categoria Social teve seu melhor desempenho em 2016, puxada pela temática política, o qual contou com o cenário inusitado de um *impeachment*, segundo na história democrática do país, foi seu ápice, seguindo de mudança de partido político na presidência e os rebatimentos nas redes sociais. Com a renovação das eleições para a presidência da CNBB, a categoria Administrativo ficou acima das outras categorias em 2015. As várias rodadas de votação para eleição de cada cargo episcopal na instituição, garantiram seu desempenho como a terceira categoria de maior desempenho.

As categorias Devoção, Liturgia, Doutrina e Moral, tiveram um desempenho discreto e assim se mantiveram ao longo dos 6 anos. Porém, as questões doutrinárias se mostraram com um número mais acentuado que as demais. Aqui, talvez esteja a marca da influência do Papa Argentino, que com suas preocupações pastorais, conduz mesmo as reflexões doutrinárias para um projeto de igreja “em saída”.

Diante deste quadro de ocorrências de intervenções dos bispos durante as atas, podemos auferir que a CNBB ainda mantém o perfil original de seu objetivo: uma congregação estratégica dos bispos do país inteiro para alinhamento de ações pastorais. Estas, por sua vez, operam em atividades *ad intra*, voltadas para os praticantes e atração de novos, e *ad extra*, direcionada à vida social, da qual ela faz parte, mas sem se esquecer como detentora de uma mensagem religiosa capaz de dar ordem ao mundo. Os bispos, portanto, devem não só ser somente pastores, mas também profetas.

O caráter profético, entendido como denúncia de agruras sociais, dos primeiros bispos da CNBB, tendo Helder Câmara como referência, não se perdeu. A defesa de causas sociais permanece ativa e até novamente encorajada com um Papa latino americano. Tanto as ações e textos de Francisco aparecem com frequência como justificativa de defesa dos oprimidos, quanto o cenário econômico e político em crise interpelam o episcopado brasileiro. Os documentos e pronunciamentos papais são os argumentos mais recorrentes para justificar os posicionamentos dos bispos acerca de suas “ovelhas”.

Mesmo em meio às crises e críticas, e até desejo de mudança na estrutura interna da CNBB, não a impedem de constantemente lidar com seu robusto aparato. Sendo assim, o perfil burocrático da Cúria romana, sedimentado na Igreja ao longo dos séculos desde Constantino e promovidos na modernidade pelos papados de João Paulo II e Bento XVI se fazem presentes. E talvez este seja o motivo que faz com que a categoria Doutrina fique à frente até da Devoção em um país com um catolicismo profundamente popular e devoto.

Deste modo, a CNBB, por meio de seus bispos, atua no mundo segundo uma compreensão de missão que equilibra a transcendência e a realidade social. A mensagem religiosa é fundamento de sua ação na sociedade em defesa dos desfavorecidos. Enquanto se empenha para manter seus fiéis, atrair novos e garantir a hegemonia religiosa, ela empresta seu aparato religioso para causas sociais. Como visto, os bispos entendem que determinados setores, como os indígenas, só são escutados pelo Poder Público graças à mediação da Conferência. Aqui, residem as divergências políticas, as quais analisaremos agora. Conforme a Tabela 1,

Tabela 1 - Temas e número de ocorrências totais.

| Categorias | Total |
|--------------------------|-------|
| Desenvolvimento Regional | 7 |
| Geração de renda | 10 |
| Política Externa | 8 |
| Previdência | 3 |
| Privatizações-concessões | 1 |
| Reforma Política | 147 |
| Segurança | 15 |
| Educação | 10 |
| Inclusão Social | 16 |
| Indígenas | 25 |
| Infância e Juventude | 2 |
| LGBTQIAPN+ | 5 |
| Meio Ambiente | 16 |
| Mulheres | 3 |
| Relações Agrárias | 64 |
| Relações de Emprego | 4 |
| Relações Étnico-Raciais | 3 |

Fonte: Elaboração própria

A Reforma Política, que acolheu todas as intervenções dos bispos sobre as questões políticas e eleitorais conturbadas do período selecionado é a subcategoria maior. A Reforma Agrária, em segundo, é o grande ponto de discordância do episcopado brasileiro. A crise democrática do Brasil iniciada em 2013 e que se estende até o período da escrita deste trabalho, vai demandar a atenção da Igreja e lhe custar sua imagem institucional.

Seu caráter pastoral-profético se ocupará de tentar chamar fiéis, cidadãos e políticos a uma reflexão sobre o cenário conturbado e propor soluções. Esta postura atrairá a própria instituição para o “centro do furacão” social brasileiro, recebendo ataques, externos e críticas internas. Desde as votações de documentos e notas até sua divulgação, a polarização política (e partidária!) causará fissuras ideológicas na CNBB. Ou melhor, trará à tona a heterogeneidade da CNBB e a disputa por hegemonia de uma verdadeira missão do papel do bispo e da Igreja no mundo.

Por ser uma questão originalmente ligada aos movimentos socialistas, e depois associado à Teologia da Libertação, o modo como é tratado dificulta a ação coletiva. Tanto mais após as longas campanhas de João Paulo II e Ratzinger, acrescidas do pânico moral com o aborto, pessoas LGTTIQA+, medo

da volta do comunismo e “venezuelização” do Brasil que circularam no país, em decorrência das políticas públicas promovidas pelo Partido dos Trabalhadores.

Com os dados totais da tabela acima, pudemos localizar as intervenções dos bispos no quadro ideológico e localizar a CNBB em sua ação ideológica. Como afirmado, não ocorreram recusas às posições dos temas, mas sim resistências e desacordo quanto a metodologia utilizada para “ver, julgar e agir”.

Assim, temos um quadro de sentidos ideológicos para os bispos. Nas questões econômicas e de Estado do Quadro de Sentido dos Bispos do Brasil (ANEXOIII), a CNBB tende ao espectro Esquerda-liberal. Na Social, à exceção da subcategoria Mulher e LBGTQIAPN+I, que se encontram no espectro direita-conservadora, todas as outras também se comportam ideologicamente como a Esquerda-Liberal.

Apesar desta tendência ideológica geral da Conferência, está longe de ser homogênea. Entre os bispos, há disputas discursivas sobre a hegemonia do papel da Igreja sobre as questões sociais. O que causará rivalidades internas será como essas causas são analisadas e como são expressas. Assim, diante das causas sociais, juntos estão os bispos profetas, com linguagem e abordagens de tradição materialista que buscam a denúncia dos males sociais e os bispos caritativos, que se sensibilizam pelos mesmos sofrimentos, emprestam sua voz, mas não defendem reformas estruturais.

Evidentemente, as demandas dos menos favorecidos são levantadas pelos bispos do primeiro perfil. Contudo, não foram observadas resistências com as causas a serem enfrentadas, mas sim com a perspectiva para a solução. Este descontentamento ideológico pode ser observado na Assembleia Geral de 2023 por ocasião de uma moção de repúdio à PEC 215 foi solicitada por Dom Erwin Kräutler. A PEC que ainda tramita no Congresso Nacional é propõe a transferência da competência de demarcação de reservas indígenas e quilombolas ao Poder Legislativo.

A proposta de moção é aceita e formada uma comissão para redação do texto com a participação de Dom Luiz Soares Vieira, Dom Erwin Kräutler, Dom Manuel João Francisco, Pe. Ari Antônio dos Reis e Pe. Geraldo Martins Dias. Após duas versões, a Nota foi aprovada. Além da preocupação com os impactos da PEC 215, a CNBB apresentou aos bispos, o avanço na construção de um texto sobre a realidade das pessoas quilombolas:

Dom Luiz Soares Vieira concluiu, apresentando a necessidade de defendê-los de muitas ameaças que os cercam, como o problema da Base de Alcântara, que vem pressionando as terras quilombolas da Serra dos Macacos. Esse documento de estudos sobre os Povos Quilombolas incentivará esse trabalho, fazendo com que essa causa seja conhecida e defendida (CNBB, 2013, p. 411).

Assim, a Igreja no Brasil foi se posicionando cada vez mais na defesa dos direitos dos Povos da Terra. Fora dos temas programados para assembleia, é solicitado aos bispos que emitam uma nota sobre a estiagem no Nordeste durante o evento. Sensibilizado, Dom Antônio Fernando Saburido solicita:

Diante da grave situação em que vivem os habitantes da região do semiárido nordestino com a estiagem prolongada, gostaria de sugerir uma Nota de Solidariedade da 51ª Assembleia Geral da CNBB. Acredito que esta Nota repercutiria muito bem junto à sociedade e serviria de apoio às iniciativas de Igrejas Particulares, organizações sindicais e não-governamentais (CNBB, 2013, p. 369).

Aqui também é evidenciada a potência institucional da CNBB, capaz de dar voz aos sujeitos, fazendo-os ser ouvidos por outras instituições e instâncias, como o Estado, para a promoção de políticas públicas para a região.

Acolhido o pedido, é autorizada a criação de uma comissão para a redação da nota, composta por Dom Fernando Saburido, coordenador, Dom Jaime Vieira Rocha, Dom José Geraldo da Cruz, Dom João José Costa, Dom João Santos Cardoso e o Pe. Geraldo Martins Dias. Após duas versões, correções, o texto é aprovado, mas não sem críticas. Dom Jaime Vieira Rocha comentou que a Nota deveria ser mais enfática diante da gravidade atual e lamentou que a Conferência não tenha busca do ir mais adiante em relação ao problema da seca no Nordeste.

No esteio das dificuldades relativas à terra, o tema da Reforma Agrária, com maior número de intervenções de bispos, aparece na assembleia geral em decorrência da redação de um documento oficial que norteie a Igreja e sociedade. Para este objetivo, é criada uma comissão presidida por Dom

Guilherme Antônio Werlang, conta com a participação dos bispos Dom Itamar Vian, Dom André de Witte, Dom Enemésio de Lazzaris, Dom Roque Paloschi. Também participam os assessores Pe. Ari Antônio dos Reis, o leigo Guilherme Delgado.

Como está expressa na ata, Dom Itamar Vian:

expôs a reflexão sobre as motivações para se redigir um texto sobre a Questão Agrária relacionado aos graves conflitos no campo ainda presentes no meio agrário brasileiro. Fez um pequeno histórico das manifestações da Igreja sobre esse tema, enfatizando a necessidade de ainda continuar se posicionando sobre esse assunto, a partir do Evangelho e da Doutrina da Igreja (CNBB, 2013, p. 379).

Como evidencia o bispo, a Questão Agrária é uma pauta da CNBB desde seu surgimento, enfrentando resistências internas, de Roma e principalmente durante a Ditadura Militar.

Em seguida, vemos o posicionamento de Dom Erwin Kräutler, na época, bispo do Xingu, com longa experiência na defesa dos povos indígenas. O, segundo a ata,

apelou para a CNBB tomar posição, realmente, em favor da Reforma Agrária que está em pauta, há tanto tempo, e ainda não foi realizada. O Papa Francisco pede que saíamos para as periferias geográficas e existenciais. Os agricultores, ribeirinhos, os indígenas se encontram nesta periferia existencial. A CNBB não pode ficar alheia a esta questão, inclusive para atender ao apelo do nosso Papa Francisco (CNBB, 2013, p. 379).

Aqui é introduzida a figura do Papa Francisco, recém-eleito Papa, como uma nova chancela às questões mais caras aos bispos progressistas e combatidos pelo papa anterior.

Dom José Mário Stroeher, em sua fala, compreende que o tema não é discutido amplamente na sociedade, especialmente nas mídias sociais e denuncia os supostos responsáveis:

a Questão Agrária está fora de moda. A mídia e o próprio governo têm o foco no agronegócio. O sistema econômico

que privilegia o capital não se preocupa com a pessoa, com o agricultor. Por isso, a luta pela Reforma Agrária deve ter presente a mudança do modelo econômico reinante. Não é possível que se continue a depredar e envenenar a terra (CNBB, 2013, p. 380).

Respaldados pela mídia, setores do agronegócio estariam causando grandes dificuldades para as pessoas e agricultores em decorrência do modelo vigente. Esta perspectiva também se aproxima das percepções pastorais do Papa Francisco, que futuramente propiciará uma reflexão sobre uma nova economia que promova as pessoas.

Ao relatar a sofrida realidade de pessoas que vivem em um assentamento rural no território da Diocese de Barra, Dom Luiz Flávio Cappio insiste na obrigação dos cristãos em defender a dignidade humana sob argumento da fraternidade pelo batismo cristão: “as injustiças no campo roubam e destroem a dignidade humana. E são pessoas batizadas, cristãos como nós, nossos irmãos” (CNBB, 2013, p. 381).

A denúncia às mazelas sociais volta a ser compreendidas como profetismo, aos moldes da Teologia da Libertação. Assim como os profetas teriam denunciado os abusos contra o Povo de Deus, Dom Mauro Montagnolli, afirma que “É uma oportunidade para denunciar os males existentes na vida do povo, e exercer o nosso profetismo” (CNBB, 2013, p. 380).

Esta seria a posição obrigatória da Igreja, já que, para Dom Xavier Gilles de Mapeou d’Ableiges, “os conflitos por causa da terra continuam. Os povos da terra são oprimidos. Em nome do amor pelos pobres e oprimidos, a Igreja deve apoiar, com todas as suas forças, esse documento” (CNBB, 2013, p. 380).

Dom José Luiz Azcona Hermoso segue esta compreensão da dimensão profética, enquanto defesa dos desamparados, como essência da Igreja:

a Igreja deve ser advogada da justiça e defensora dos pobres DI 4, diante das intoleráveis desigualdades sociais e econômicas (TMA 51) que clamam ao céu EAm 56a. Encontramo-nos num momento histórico no ato de aprovar um texto que pertence ao nosso Magistério Episcopal. A Igreja é a instituição no Brasil que com maior eficácia pode advogar pela justiça e pelos pobres. Defender os pobres e advogar pela justiça é a única forma válida de celebrar o culto segundo Is 1. São milhões de cristãos, irmãos nossos

pelo batismo, que estão na angústia e na pobreza, que aguardam de nós um autêntico gesto de pastores. Não podemos frustrar nossas ovelhas (CNBB, 2013, p. 381).

É, para o prelado, portanto, também função dos bispos promover a justiça. Esta é a postura sem a qual não se presta o devido culto. Mas além disto, reconhece o poder e influência da Igreja na sociedade. Aqui fica evidenciada a percepção de que é Missão da Igreja no mundo, interferir nas estruturas sociais.

Contudo, apesar de os participantes da assembleia não se oporem ao tema, a Reforma Agrária, surgem bispos que discordam da abordagem de como é preparado o Texto. Sob o argumento da diversidade de realidades entre os regionais, Dom Redovino:

falou da dificuldade de se fazer um documento único para todas as regiões do Brasil e suas diferentes realidades. Não é a mesma coisa em Santa Catarina e no Pará. Por isso, é difícil, quase impossível, que um documento retrate toda essa realidade. Sugiro que a Equipe de redação seja composta por pessoas de outros Regionais (do Sul, Sudeste e Centro Oeste), para que o documento tenha maior consistência. Além disso, por ser mais combativo do que propositivo, temo que o resultado seja o contrário do que esperamos (CNBB, 2013, p. 381).

Dom Redovino também traz críticas ao tom profético defendido pelos colegas bispos, pois uma mensagem combativa pode gerar resistências e compreensões de determinados setores da sociedade. Neste caso, o bispo exprime a relevância do tema e de um posicionamento da Igreja para uma questão da sociedade, mas se distancia de seus pares.

Mas não está sozinho. Dom Aldo Di Cillio Pagotto, apesar de reconhecer a tendência de uma Igreja que tem a “opção pelos pobres”, critica também a abordagem do tema e construção do texto:

Dom Aldo Di Cillo Pagotto agradeceu e manifestou seu respeito pela análise de conjuntura histórica realizada sobre a “Questão Agrária”, seguida das falas dos bispos, elogiando a atenção da CNBB na linha da evangélica opção pelos pobres. Ressalvou, contudo, que o Documento, em seu contexto, sugere **uma clara opção**

ideológica pelo modelo sociopolítico socialista. Com efeito, sustenta a intenção de provocar a inserção social dos mais desfavorecidos.

E seguiu afirmando:

Entretanto, esse ideal foi tomando outros rumos ideológicos, organizacionais e práticos. Não há espaço para aprofundar importantes dimensões do Documento em tela, que merecem olhares plurais, equidistantes de unilateralidades, salvaguardando e distinguindo o direito de propriedade, com sua evidente função social, conforme a Doutrina Social da Igreja, e não confundindo propriedade com latifúndio e exploração. Sugeriu que o Documento seja submetido às Comissões para a Doutrina da Fé e Jurídico-Canônica, evitando sua aprovação como Documento série azul, continuando como Documento de Estudo e recebendo novas contribuições (CNBB, 2013, p. 381, grifo nosso).

Este é, em todas as atas de todos os anos analisados, o posicionamento que mais evidencia a fratura ideológica dentro da CNBB, e que se tornará cada vez mais recorrente nas falas de bispos, leigos e políticos em redes sociais.

Haveria, segundo o bispo, uma abordagem socialista, que seria incompatível com a Fé Católica, pois estaria fora dos contornos da Doutrina Social da Igreja. Em decorrência dessa dissonância, orienta para que o texto seja avaliado pelas comissões de Doutrina e Fé e Jurídico-Canônico, devido ao conteúdo e forma.

O texto estaria, portanto, fora dos limites da Tradição católica e assim polariza cristianismo e socialismo. Em 2013, a polarização que dominará todas as instâncias da sociedade, já atuava na Conferência. A presença de bispos com este posicionamento será fundamental para justificar a reedição da hermenêutica de demonização do comunismo.

Diante das discordâncias que o tema gerou não só na plenária, mas também nos grupos de trabalho, o novo membro da comissão, Dom Geraldo Lyrio Rocha,

concluiu que o texto deve expressar, da melhor maneira possível, o pensamento do Episcopado, por que seus autores são os Bispos da Conferência, com o jeito de pastores que lhes é próprio. Assim, a linguagem será mais dialogal e propositiva, como pastores, considerando os interlocutores: as várias instâncias pastorais da Igreja. O texto também se dirige à sociedade mais ampla: os empresários, o meio político, os movimentos sociais (CNBB, 2013, p. 381).

Sua aprovação foi adiada para a assembleia do ano seguinte, tempo de ser readequar e escrito de uma forma que abarque o mínimo denominador comum sobre o tema entre os bispos.

Em 2014, sobre a Questão Agrária, enquanto debatem o texto, vai se desenhando a legitimidade da luta pela terra e a necessidade de atuação da Igreja e dos pastores. Dom Itamar Vian, membro da comissão para a Reforma,

apontou a importância de a Igreja se preocupar e se propor a evangelizar o social, o que faz parte de sua missão. Lembrou que a Igreja permanece comprometida com as questões relativas à terra. Igualmente chamou a atenção de que o texto sob apreciação é o resultado de um longo trabalho de cerca de cinco anos, seguindo um percurso que inclui a aprovação da publicação de um documento de estudo sobre a questão agrária (CNBB, 2014, p. 334).

A Reforma Agrária deixa de ser coisa de comunista e é identificada com a história da Igreja no Brasil. Essa ligação é elucidada por Dom Geraldo Lyrio Rocha. O prelado enfatizou:

a necessidade de a Igreja ter um discurso mais claro sobre a questão agrária, assim como ocorreu na década de 1980. Naquela época, a CNBB contribuiu ativamente para sua incorporação, de maneira mais justa, na Constituição Federal. Atualmente, essa necessidade também se faz presente, considerando as diferenças próprias do contexto dessa década, demandando um novo posicionamento da Conferência, e por isso de um novo documento da CNBB. Os principais aspectos a serem reconsiderados, a pedido da Assembleia de 2013, foram: linguagem, perfil comunicativo, princípios fundamentais, necessária consideração de aspectos positivos, estigmatização do agronegócio, sair de um tom unicamente negativo. A estratégia que a comissão escolheu foi a de valorizar os

pontos positivos do caminho percorrido nas últimas décadas, e a partir daí apontar os pontos preocupantes quanto à exploração não sustentável da natureza; e, também, reafirmar a posição profética da Igreja, denunciar as estruturas sociais que atentam contra a dignidade humana e a preservação do meio ambiente, apoiar-se na Doutrina Social da Igreja, e apontar os desafios e novos sujeitos na busca de uma realidade mais justa quanto à questão agrária. A seguir, pontuou a sequência dos capítulos dessa proposta de documento e sua estruturação (CNBB, 2014, p. 335).

Contudo, mais uma vez, Dom Aldo Di Cillo Pagotto, discordou da redação do texto, mostrando uma insistência no tom de denúncia e a defesa de uma ideologia, a socialista, que não refletiria o posicionamento de todos os bispos, mas tão somente de alguns membros.

O texto revisto sobre a Igreja e a Questão Agrária no século XXI reflete as mesmas falhas do texto já criticado na AG de 2013 por muitos bispos. O texto traz uma visão equivocada sobre a função social da propriedade, ante a pluralidade da situação agrária no Brasil. Conserva uma linguagem unilateral e acusatória, sinalizando reformas estruturais defendidas por movimentos sociais como o MST e outros vinculados a um projeto ideológico político-partidário. Isto compromete o episcopado. A missão de bispos é orientar a temática e esclarecer as questões sociais em conformidade com os princípios e fundamentos da Doutrina Social da Igreja (CNBB, 2014, p. 348).

O bispo entende que aquele texto, tal como continuava redigido, refletia muito mais o posicionamento e interesses de movimentos sociais como o MST e partidos políticos. Contudo, a voz de Dom Pagotto foi única encontrada nesse sentido.

Diante do receio de alguns setores eclesiais com a Reforma Agrária, Dom Bernardino Marchió lembrou que é necessário que a CNBB se pronuncie sobre esse tema. “Somos pastores e devemos entrar nas problemáticas do povo” (CNBB, 2014, p. 348).

Na Assembleia Geral de 2015, Dom Roberto Francisco Ferrería Paz, traz a tona críticas à realidade social crítica do Brasil ao reagir à Análise de Conjuntura, insistindo:

questão da Reforma do Estado, pois sem democratizá-lo e posicioná-lo a serviço do povo, ele, em sua formulação patrimonialista, impedirá a reforma política e será sempre passível de corrupção, como também é útil recordar a afirmação do pensador Norberto Bobbio a respeito do recuo neoliberal observado no mundo atual: “Primeiro desconstruíram o socialismo, depois desconstruíram o Estado de Bem-Estar, agora pretendem desconstruir a Democracia” (CNBB, 2015, p. 285).

O desconforto com análises exclusivamente materialistas se mantém neste ano e Dom José Luiz Azcona Hermoso evidencia, que apesar de não negar a realidade e importância de ação da Igreja. Por sua missão, ela deve ser norteada por outra perspectiva:

na apresentação da conjuntura social, se deu uma visão puramente econômica. Faltou a visão ética-cristã, o julgar e o agir a partir do Evangelho. Salientou ainda temas silenciados, como: corrupção generalizada de grandes e pequenos; negação de justiça em todo o Brasil: “uma sociedade sem justiça se converte num imenso bando de ladrões” (Santo Agostinho). Disse ainda que, quando um povo deixa de ser justo não existe mais República nem sociedade organizada, mais ainda, deixa de existir como sociedade. Concluiu dizendo que, quando a sociedade está sendo agredida em suas bases pela própria autoridade que, em vez de procurar o bem comum, se constitui em inimiga da própria sociedade. Devemos assumir as atitudes éticas e evangélicas, como está especificado nos números 74 a 76 da *Gaudium et Spes*. “A Igreja pode e deve pregar, inclusive, sobre matérias referentes à ordem política, quando se trata dos direitos fundamentais da pessoa e da salvação das almas”. Por fim, enfatizou que “precisamos sair daqui com uma posição clara, robusta e profética sobre esta grave crise do Brasil e com o encaminhamento da mesma” (CNBB, 2015, p. 286).

As divergências podem ser constatadas nas falas de Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães, que manterá uma insistência na defesa de que a equipe responsável pelo texto quer exprimir um consenso, mas sua missiva denota o descontentamento de alguns bispos naquele contexto:

relembrou a proposta inicial do projeto, aprovada em uma Assembleia Geral anterior, que a diferencia de uma análise de conjuntura, pois busca expressar o pensamento conjunto do episcopado em vista da construção de um país melhor, em sintonia com a Doutrina Social da Igreja. Para tanto, recordou também as linhas principais do documento “Pensando o Brasil 1”, lançado no ano anterior. Passou então a apresentar o texto preparado para essa Assembleia, “Pensando o Brasil 2”, que visa discutir as desigualdades sociais que ainda persistem no país. Ressaltou que o texto foi preparado pela comissão delegada pela Presidência da CNBB, está embasado não só no pensamento da Igreja, mas também no parecer de vários pensadores de relevância na vida acadêmica do Brasil (CNBB, 2015, p. 304).

Em outro momento de apreciação do documento, Dom Joaquim Giovanni Joaquim Mol Guimarães surge justificando novamente:

relembrou alguns aspectos importantes, como a finalidade do texto, que visa expressar o pensamento do episcopado sobre os temas relevantes da vida social, política e econômica do país. Retomou pontos já elencados anteriormente no texto apresentado e agradeceu as colaborações já recebidas para sua melhoria (CNBB, 2015, p. 311).

A tendência de análise e intervenção na sociedade sob o papado de Francisco é recorrente

Dom Roberto Ferrería Paz comentou o texto, ressaltando a necessidade de uma leitura sociopolítica mais séria para ter condições de se pronunciar sobre a realidade em nome da Igreja. Lembrou a necessária interpelação à sociedade, marcada pela desigualdade social. A constatação está presente nos textos do Papa Francisco e em outros documentos da Igreja (CNBB, 2015, p. 286).

O novo papa parece ter construído uma ponte entre a Tradição católica e a participação ativa nas questões sociais. Envolver-se em questões políticas e sociais não é mais uma questão “ideológica”, quer comunista ou da Teologia da Libertação, mas sim uma exigência criada pela atualização da Tradição:

Dom Joaquim Mol iniciou com algumas considerações sobre como a CNBB tomou a iniciativa de se envolver na proposição de alguma alternativa de reforma política. Dom Joaquim tratou também das muitas dificuldades envolvendo a tratativa dessa matéria, para além das acusações que ele e membros da Presidência da CNBB vêm passando. Uma das principais dificuldades encontrava-se na complexidade da matéria e confusão de inúmeros projetos correndo no Congresso Nacional e no desconhecimento dos elementos envolvidos na questão. Relembrou e agradeceu às muitas pessoas que contribuíram para o amadurecimento da participação da CNBB nessa questão. Fez a memória do processo de apresentação da Proposta de Iniciativa Popular de Reforma Política, da Coalisão “Eleições Limpas”, que reúne mais de uma centena de entidades, nas quais se destaca, ao lado da CNBB, também a OAB. Frisou que cada passo do processo foi acompanhado pelo Consep ou pelo Conselho Permanente, por relatos atualizados a cada reunião, fortalecendo o processo de encaminhamento da proposta. Nesse momento acalorado do debate, em que o tema é colocado em pauta no Congresso, esclareceu as manobras em jogo e a necessidade de haver serenidade e maturidade para influir da reforma política, sobretudo no que diz respeito ao tratamento da emenda constitucional que libera o financiamento de empresas privadas para as campanhas eleitorais. Observou que o próprio Papa defendeu o financiamento público de campanha na Argentina, que passa pelo mesmo problema que o Brasil, pois também lá o financiamento por meio de empresas constitui a principal porta de corrupção. Destacou a necessidade de avançar na coleta de assinaturas, a fim de que o projeto de iniciativa popular possa ser apresentado em tempo ao Congresso Nacional. Passou a explicar as diferenças existentes entre as propostas de reforma política no Congresso e o que a diferencia da proposta defendida pela Coalisão. Para tanto, se serviu de um quadro projetado em tela. Terminou dizendo-se tranquilo o trabalho e o resultado que se vem alcançando em nome da CNBB, a serviço da presença pública da Igreja (CNBB, 2015, p. 311).

Mesmo com este novo fundamento bergogliano, os bispos e a CNBB não deixam de receber críticas frente a polarização. Tocar em determinados temas, neste contexto, é interpretado como tomar um partido, literalmente. E já se percebe que as críticas são direcionadas a determinados bispos e a percepção de homogeneidade da CNBB se esvai:

Dom Joaquim Mol esclareceu que a CNBB não estaria fazendo campanha para nenhum político, mas buscou sempre contribuir para a melhoria do ambiente político, em favor de todas as pessoas e Instituições Sociais. É a mesma finalidade que moveu a CNBB na campanha que levou à aprovação do projeto da “Ficha Limpa”. Não houve na atuação da CNBB, portanto, nenhuma influência de qualquer partido político. O que sempre foi necessário é um amplo apoio popular para que o projeto venha a ser aprovado. A data final do envio à sede da CNBB das fichas com as assinaturas ficou fixada para o dia 11 de maio de 2015 (CNBB, 2015, p. 376).

Diante de seus pares, o bispo auxiliar de Belo Horizonte, diante de seus pares precisa (tentar) se defender das acusações de apoio aos setores e partidos à esquerda da polarização, em decorrência das propostas da próxima edição do Projeto “Pensando o Brasil”.

A postura de Dom Sergio da Rocha, em 2016, destaca a percepção do cenário político, polarizado, requer da Conferência um posicionamento que oriente a população:

a CNBB deveria se manifestar sobre o momento político nacional. Concorda que o povo espera uma manifestação da CNBB nesse sentido. Manifestou sua preocupação com o fato de as notas e pronunciamentos da CNBB não serem devidamente divulgados e não chegarem aos setores que não têm acesso às redes sociais. Numa sociedade crescentemente polarizada, a CNBB tem procurado se manter de forma equilibrada e tem procurado acompanhar os diversos grupos e representantes dos poderes públicos. Concordou com a necessidade de se avaliar mais profundamente o Ano da Paz.

Todavia, a polarização interfere neste posicionamento, visto como obrigação do múnus episcopal ante a realidade desafiadora, especialmente para os mais vulneráveis do país. Mas como devem ser essas manifestações?

A questão política segue, deste modo, destacando-se pelas divergências internas dos bispos. As atas testemunham os que se mostram favoráveis e contrários à postura social que a CNBB tentava imprimir em documentos e notas. Entre os favoráveis:

Dom Enemésio Lazzasis agradeceu as intervenções feitas pela CNBB, por meio de suas mensagens e notas, e de maneira especial, a nota sobre o momento político nacional do dia 10 de março. Destacou também o importante trabalho que vem sendo realizado pelas pastorais sociais da CNBB (CNBB, 2016, p. 449).

Ao tomarmos os debates acerca da construção do texto “Pensando Brasil 3 “Crises e Superações”, vemos as discordâncias se acentuarem:

Dom Pedro Luiz Stringhini ressaltou a importância do texto como expressão da relevância do trabalho da comissão, considerando que contém elementos profundos e sólidos de uma consistente análise de conjuntura. E mérito do texto não ser imparcial, mas tomar uma posição na conjuntura atual polarizada e conturbada do Brasil. O texto opta pelos pobres e pela democracia, numa crítica a uma postura parcial da mídia e segmentos que defendem interesses que não são do povo. Fez a sugestão de que a nota da CNBB siga essa linha (CNBB, 2016, p. 452).

Aqui é defendida a imparcialidade da CNBB, numa alusão direta à “opção preferencial pelos pobres”. Dom Romualdo Matias Kujawski, apesar de elogiar o texto, que reconhece possuir caráter acadêmico, pede que “a linguagem fosse mais simples, conforme a força transformadora do Evangelho” (CNBB, 2016, p. 453) e que a Doutrina Social da Igreja fosse citada. Esta, a Doutrina Social da Igreja, é um elemento utilizado pelos dois campos ideológicos dentro da CNBB.

Ela é tanto o limite às leituras de origem marxistas, nas mãos dos conservadores, como é um salvo-conduto para os progressistas. E os progressistas utilizarão esse argumento. Dom Enemésio Angelo Lazzxis declara seu posicionamento dar seu parecer sobre o texto:

realmente traz proposta para pensarmos e construirmos o Brasil que queremos. 2) Vejo no texto fidelidade à linguagem profética das Sagradas Escrituras, à Doutrina Social da Igreja e aos discursos do Papa Francisco nos dois Encontro Mundiais com os Movimentos Sociais. Esse eterno medo do comunismo, da esquerda, da luta de classes é um campo aberto para o capitalismo. Frisou que é isso que interessa (CNBB, 2016, p. 453).

O bispo também toca naquilo que seria o verdadeiro questão por detrás de todas as resistências, na Igreja e na sociedade brasileira: o medo do comunismo. Este medo reflete a construção histórica engendrada no período do Ditadura Militar e reativada pelo antipetismo.

Também Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães defende a si e ao texto apoiado no argumento da Doutrina Social:

iniciou fazendo algumas considerações para responder algumas interrogações que chegaram à comissão sobre o que se busca com o conjunto dessas reflexões reunidas em torno do projeto "Pensando o Brasil". Pretende-se refletir e contribuir como pessoas que pensam sobre a realidade brasileira. Também esclareceu que os pressupostos dessa reflexão se encontram no embasamento dado pela Doutrina Social da Igreja, e que seu propósito inicial não é ser levado às comunidades mais simples, mas sim debater com intelectuais e lideranças de instituições sociais representativas do cenário social e político do Brasil. Por isso, não é uma análise de conjuntura no sentido estrito do termo, mas urna "fotografia" sobre a realidade brasileira no momento atual. Assim, busca apresentar uma visão pertinente do episcopado sobre uma temática importante da realidade brasileira. Apresentou um exemplar da coleção da Edições da CNBB que vem reunindo esse conjunto de reflexões. Neste ano, devido ao cenário de crise profunda vivida pelo país, o texto procura refletir este fato, seus significados e seus processos de superação. O "Pensando o Brasil" visa ser uma oportunidade para lidar, posteriormente, com outros temas importantes da realidade brasileira (CNBB, 2016, p. 486).

Dom Luiz Flávio Cappio, em sinal de adesão a Dom Mol e a posição ideológica que este ocuparia, recorre também à Doutrina Social:

declarou seu orgulho em pertencer a uma instituição preocupada com os destinos da nação brasileira, capaz de escrever um texto de tamanha abrangência e profundidade que ilumina a realidade e indica caminhos seguros de superação e saída. Lembrou que as atuais posições polarizadas que se digladiam não estão comprometidas com o povo brasileiro, mas preocupadas com a manutenção do próprio poder. Tudo o que dissermos como pastores da Igreja do Brasil terá quem nos aplauda como também quem nos critique. Não é a verdade que é buscada, mas posições ideológicas escusas. "Pensando o

Brasil 3 - Crises e Superações", baseado nos valores do Evangelho e sua sadia sabedoria humana, sem compromissos político-partidários nem cores ideológicas, ajuda-nos a mergulhar na realidade brasileira atual tão complexa, à luz da Doutrina Social da Igreja, indicando caminhos éticos de superação da crise em que vivemos. Somos-lhe muito gratos, caro irmão Joaquim Mol e toda sua equipe de trabalho, por nos ter brindado com tão grande riqueza que a seu tempo será reconhecida e valorizada por todos aqueles e aquelas que desejam um Brasil com dignidade para todo o povo brasileiro" (CNBB, 2016, p. 487).

Apesar dos diversos discursos de apoio, outros, contrários, emergem evidenciando as falhas do texto, e conseqüentemente, a divisão ideológica. Para Dom Edson de Castro Homem, o texto é fruto de especialistas acadêmicos, não refletindo, portanto, "o consenso do episcopado" (CNBB, 2016, p. 489).

Dom Gil Antônio Moreira elenca os problemas do texto e, inclusive, sua suposta parcialidade política:

1) O texto é muito polêmico e contém afirmações que não são de consenso do episcopado; 2) O momento político é de muita polêmica e ânimos acirrados, o texto é totalmente inconveniente, sua publicação igualmente inconveniente; 3) A parcialidade política do texto já foi evidenciada na 1ª intervenção, após a leitura do texto; 4) O rito usado nos dois textos anteriores do "Pensando o Brasil" foi diferente, dando ao atual texto um caráter diferente e especial. É de opinião que o texto não seja votado, mas apenas colocado como opinião do grupo redator como contribuição à CNBB, não à população (CNBB, 2016, p. 489).

Na mesma linha do bispo de Juiz de Fora, Dom Darci José Niccioli insiste na incapacidade de todo o episcopado estar em acordo, uma vez que nem todos se sentem representados por aquela compreensão conjuntural do país:

trouxe as seguintes observações: 1) A questão que se levanta não versa sobre a qualidade do texto, nem para quem ele foi feito - doutos ou simples - ou ainda como o texto será apresentado; 2) A questão é que o texto não reflete o pensamento de muitos irmãos bispos sobre o momento atual. Há vício de hermenêutica que identificaria a CNBB com uma certa linha ideológica. Esse é o desconforto! 3) Sugeriu que o texto fosse assinado pelo

grupo que o produziu, sem ter a "chancela" da CNBB, e que o texto não faça parte do rol dos textos "Pensando o Brasil". (p. 487)

Aqui se evidencia não somente a certeza de discordâncias ideológicas, como também a busca por um lugar de intersecção entre as ideologias polarizadas dentro da CNBB, capaz de representar a todos, já que bem exprime Dom Waldemir Passini Dalbello,

o texto não é neutro e mostrou sua preocupação com o conteúdo do mesmo, por faltar uma confluência no pensamento dos bispos sobre a proposta. Apresenta uma visão sociopolítica que é parcial. Recomendou equilíbrio e somente um diálogo exaustivo permitirá alcançar o equilíbrio (p. 488).

Em busca deste texto, e lugar, não ideológico, as ideologias presentes entre os bispos nas sessões da assembleia seguiram disputando a hegemonia enquanto se reconstituem para manterem seu fechamento discursivo assegurado.

Em 2017, a aprovação do Novo Estatuto da CNBB, as reflexões sobre o Ministério da Palavra acabaram por eclipsar as questões políticas. Contudo, ao fazer um apanhado geral das ações da CNBB, o presidente da entidade, Dom Sérgio Rocha demonstrou que a crise no país foi também enfrentada pela Conferência:

Durante a apresentação das ações da CNBB, Dom Sérgio Rocha Ressaltou que a CNBB participou de vários momentos desafiadores da vida política do país: o *impeachment*, a interinidade e a gestão do atual governo federal, com as reformas pretendidas. Esse tempo tem sido dos mais difíceis enfrentados pela Presidência da CNBB, destacando as muitas pressões sofridas pela CNBB nesse contexto de conflito para tomadas de posição.

E apesar de reconhecer os desafios impostos, segue reconhecendo os desafios internos, que colocaram em risco a colegialidade dos bispos e assim a instituição:

Acrescentou que apesar desse momento turbulento da vida nacional, a CNBB tem cumprido a sua missão, preservando a unidade do Episcopado Brasileiro e tomando atitudes proféticas, com a necessária coragem e ao mesmo tempo com prudência e serenidade. As notas, mensagens e declarações têm sido um meio importante de participação nesse momento nacional (CNBB, 2017, p. 45).

Esta referência, feita abertamente em uma sessão da assembleia elucida nossa hipótese da crise institucional da CNBB em decorrência das disputas ideológicas dos bispos. Estas circunstâncias e embates internos, fez com que as posições, apesar de unânimes, fossem moderadas, já que o consenso no episcopado era tarefa tão desafiadora quanto o contexto sociopolítico.

Chama a atenção, as intervenções acerca da chamada “Ideologia de Gênero” que ainda preocupa alguns bispos, como considerável parte do eleitorado. Ao tratar da Educação, Dom José Ronaldo Ribeiro questionou: “Questões como a ideologia de gênero têm sido abordadas sob o ponto de vista católico, nas escolas católicas?” (CNBB, 2017, p. 53). Também Dom Antônio Cados Rossi Keller deu ênfase na questão:

trouxe os seguintes pontos de reflexão: 1- O documento precisa ser uma boa nova, um "Evangelho da Educação". Precisa de uma linguagem de "parresia"; 2 - Em relação ao número 81, é preciso com espírito de diálogo, anunciar a antropologia cristã em relação à ideologia de gênero. Respeitar as opiniões contrárias não nos deve levar ao silêncio sobre questões-chave de antropologia cristã. (p. 52)

As eleições de 2018 trarão ainda mais esta categoria política, “ideologia de gênero”, contando com posicionamento oficial da CNBB e de alguns bispos. E será determinante.

Por fim, nesta última assembleia analisada, é explicitado uma percepção que incomodava alguns bispos e que seria a responsável pela permanência das abordagens de tradição marxista: os assessores da CNBB. Como não são bispos e geralmente peritos em determinados assuntos, motivo pelo qual são convidados a participar das comissões episcopais, alguns assessores são tidos como um risco a colegialidade:

No espaço para intervenções sobre a Reforma do Estatuto Dom Dulcênio Fontes de Matos, integrante do grupo 4, recomendou que as iniciativas dos assessores estejam em sintonia com o episcopado e, ao término do mandato, sejam orientados a não continuar interferindo nos trabalhos das Comissões outras sugestões foram anotadas e entregues à Comissão (CNBB, 2018a, p. 71).

Os assessores dos bispos das diversas comissões, estariam pressionando uma leitura da realidade social brasileira que não é a do episcopado na totalidade. Apesar de serem peritos em suas áreas acadêmicas, não fazem parte do episcopado, instância última da Igreja, devendo a Conferência comunicar o consenso do colegiado episcopal.

Os dados sintetizam os discursos eclesiológico-políticos dos bispos da CNBB. Destaca-se que as correntes ideológicas identificadas têm um impacto significativo na atuação e na influência da CNBB no contexto social e político do Brasil. A análise revela como a CNBB, através de seus discursos e ações, reflete e, ao mesmo tempo molda as dinâmicas sociopolíticas do país. Esta conclusão reforça a importância de entender as interações entre religião e política no Brasil e o papel vital que a CNBB desempenha neste cenário, abrindo caminho para futuras pesquisas que possam explorar ainda mais essas dinâmicas complexas e suas implicações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese demonstrou que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) teve um papel vital e complexo no contexto político e social do Brasil contemporâneo, especialmente no período compreendido entre a eleição do Papa Francisco e a eleição de Jair Bolsonaro. A CNBB, uma instituição historicamente enraizada na estrutura social brasileira, mostrou-se influente tanto no âmbito religioso quanto político, refletindo e, em certa medida, moldando o panorama sociopolítico do país. A análise dos discursos dos bispos revelou uma diversidade de posicionamentos e ideologias, ilustrando a complexidade da relação entre religião e política no Brasil.

As descobertas indicam que a CNBB não é uma entidade monolítica, mas sim composta por uma pluralidade de vozes e perspectivas. Esta diversidade reflete as múltiplas facetas da sociedade brasileira, evidenciando como questões de fé são intrinsecamente ligadas às dinâmicas políticas e sociais. A interação entre as ideologias dos bispos e o cenário político mais amplo do Brasil revelou-se um campo fértil para o estudo da influência da religião na vida pública e política.

Olhando para o futuro, esta pesquisa abre caminho para estudos mais aprofundados sobre o papel da religião na política brasileira. É fundamental explorar como as diferentes interpretações da doutrina católica podem influenciar as políticas públicas e as decisões governamentais. Além disso, estudos futuros podem expandir a análise para outras instituições religiosas no Brasil, proporcionando uma compreensão mais holística da interação entre religião e política em um dos países mais religiosamente diversos do mundo.

Internamente, a CNBB segue uma tendência esquerda-liberal, o que não quer dizer que seja socialista, conservadora. Há uma percepção de novos desafios sociais à Fé católica, mas também aos direitos sociais. A divergência está na leitura e ação contra as injustiças sociais. Os proféticos denunciam as estruturas produtoras de exclusão social. Os sacerdotais denunciam as condições degradantes e aos posicionamentos éticos das lideranças políticas, mas evitam leituras marxistas e pós-marxistas. É a percepção de democracia

que permeia a percepção de missão de Igreja e conseqüentemente, o papel do bispo.

A missão da Igreja, e, portanto, dos bispos do Brasil, é direcionada à evangelização (frente ao secularismo e avanço das igrejas evangélicas) e a pastoral. Assim, esta sua missão religiosa a impede, assim compreendem os bispos, de vinculação partidária, apesar de alguns bispos terem constrangido colegas e a Cúria romana ao apoiar, ainda que veladamente, alguns candidatos.

Todavia, a CNBB se recusa a não participar da dimensão política, atuando como defensora da dimensão ética da vida política do país. Nesta defesa, é recorrente a crítica às políticas econômicas que favorecem setores abastados em detrimentos dos desafortunados, bem como as políticas de direitos reprodutivos e sexuais. Na pauta moral ainda segue, ao menos oficialmente, a campanha contra métodos contraceptivos e aborto de João Paulo II e a pauta anti-LGBTQIAPN+ de Bento XVI, apesar de Francisco destravar o debate sobre a inclusão, ainda que excluindo, de casais de gays e lésbicas na Igreja.

O tabuleiro permite que a CNBB se desloque ideologicamente em qualquer direção, mas sempre em relação à peça central, o rei-pontífice, formando novo um *ethos* católico a cada nova jogada, sempre resultante da fricção da tendência profética com a sacerdotal. Neste tabuleiro da sociedade brasileira, os bispos se movem conforme sua compreensão de missão da Igreja no Mundo. A cada jogada, o tabuleiro se reconfigura e assim, novas estratégias devem ser articuladas para que esta missão seja mantida em vista, apesar da complexidade de variáveis envolvidas:

A análise de uma igreja nacional, no caso a brasileira, pressupõe buscar compreender e explicar esse amplíssimo contexto, do qual se podem salientar: as intrincadas relações com a sede romana e as injunções permanentes do Vaticano, a sua inserção histórica e mútuas influências com a sociedade brasileira, as formas de organização e funcionamento institucional que assumiu, os vários sujeitos que compõem o espaço social e religioso católico. (WANDERLEY, 2003, p. 460)

Logo, o perfil de bispo-sacerdote está se adequando ao novo papado, reforçado pelo entusiasmo do novo papa, Francisco, apesar do longo período de João Paulo II e Bento XVI. O próximo papa, a depender do tempo de Francisco,

se seguir a linha do mesmo, bispo-profeta, encontrará menos fricção e levará a Igreja para estratégias de missão de Igreja para questões sociais e pastorais com leituras marxistas e, quem sabe, pós-estruturalistas. Contudo, se o próximo for sacerdotal, ainda que conte com muitos na CNBB, encontrará proféticos ainda entusiasmados com uma Igreja comprometida profundamente com reforma agrária, causa indígena e direitos trabalhistas.

BIBLIOGRAFIA

ALBERIGO, Giuseppe. **História dos concílios ecumênicos**. Tradução de José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995.

ALMEIDA, A. J. A Origem dos Presbíteros-Episcopos na Igreja do Novo Testamento (III). **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 33, n. 90, p. 217-217, 2001.

ANJOS, Márcio Fabri. org. **Bispos para a esperança do mundo: uma leitura crítica sobre caminhos de Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2000.

AZZI, R. D. Antônio de Macedo Costa e a posição da igreja no Brasil diante do advento da república em 1889. **Revista Síntese**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 1976.

_____. **A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira**. Aparecida: Editora Santuário, 2008.

BARROS, P. C. Colegialidade episcopal no Vaticano II. **Perspectiva Teológica**, Belo Horizonte, v. 37, p. 199-224, 2005.

BOBBIO, Noberto. **As ideologias e o poder em crise**. 3ª edição. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.

BOBBIO, Noberto. **Direita e Esquerda**. Razões e Significados de uma Distinção Política. São Paulo: Editora UNESP, 1995.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder. Ensaio de Eclesiologia Militante**. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

BOURDIEU, Pierre. **As coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França**. São Paulo: Edipro, 2014.

CARRANZA, Brenda. Catolicismo Midiático. In: TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata. **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. Petrópolis: Vozes, 2006.

CARVALHO, José Carlos Silva. O Episcopado Último Grau do Sacramento da Ordem. **Humanística e Teologia**, v. 29, n. 2, p. 113-128, 2008.

CASTÉ, J. C. A sucessão apostólica na teologia. **Lumen Veritatis - Revista de Inspiração Tomista**, v. 1, n. 4, p. 90-95, 2008.

CAVACA, Osmar. A Igreja, Povo de Deus em Comunhão. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Macial. **As Janelas do Vaticano II. A Igreja em diálogo com o mundo**. Aparecida: Editora Santuário, 2013.

CELAM. **Documento de Puebla: Evangelização no presente e no futuro da América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1979.

CHRISTO, A. L. Tendências políticas em Puebla. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 39, n. 153, p. 88-100, 1979.

CNBB. **Estatuto Canônico e Regimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil**. Roma: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2002. Disponível em: <https://efosm.files.wordpress.com/2013/02/cnbb-doc-70-e28093-estatuto-canc3b4nico-e-regimento-da-conferc3aancia-nacional-dos-bispos-do-brasil.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

CNBB. 51ª Assembleia Geral – 2013. **Comunicado Mensal**, v. 62, n. 650. Brasília, 2013.

_____. 52ª Assembleia Geral – 2014. **Comunicado Mensal**, v. 63, n. 658. Brasília, 2014.

_____. 53ª Assembleia Geral – 2015. **Comunicado Mensal**, v. 64, n. 665. Brasília, 2015.

_____. 54ª Assembleia Geral – 2016. **Comunicado Mensal**, v. 65, n. 675. Brasília, 2016.

_____. 55ª Assembleia Geral – 2017. **Comunicado Mensal**, v. 66, n. 687. Brasília, 2017.

_____. 56ª Assembleia Geral – 2018. **Comunicado Mensal**, v. 67, n. 665. Brasília, 2018a.

_____. **Nota de Esclarecimento sobre a utilização de recursos do Fundo Nacional de Solidariedade (FNS)**. 2018b. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/nota-de-esclarecimento-sobre-a-utilizacao-de-recursos-do-fundo-nacional-de-solidariedade-fns/>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. **Institucional**, 2023. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/cnbb/>. Acesso em: 02 out. 2023.

COMBLIN, José. Origem e figura do bispo na tradição eclesial. In: ANJOS, Márcio Fabri. **Bispos para a esperança do mundo: uma leitura crítica sobre caminhos de Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2000.

CONGAR, Yves. **Igreja e papado**. Perspectivas históricas. Tradução de Marcelo Rouanet. São Paulo: Edições Louyola, 1997.

COSTA, I. S. Os Bispos Nordestinos e a criação Da CNBB. **Interações – Cultura e Comunidade**, Belo Horizonte, v. 9, n.15, p. 109-143, 2014.

COUTINHO, Sérgio Ricardo. 2018. **CNBB (1968) X CNBB (2018): a 50 anos de distância o que esperar?** Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/578196-cnbb-1968-x-cnbb-2018-a-50-anos-de-distancia-o-que-esperar>. Acesso em: 20 nov. 2022.

DELGADO, G. & MARQUES, A. J. Situação da diocese e bispos auxiliares. **Theologica**, Portugal, v. 11, n. 3-4, p. 401-427, 1976.

DELL'OMO, Mariano. **A genealogia episcopal de Papa Francisco**. 2013. Radio Vaticana. Disponível em: http://www.archivioradiovaticana.va/storico/2013/04/21/a_genealogia_episcopal_de_papa_francisco/bra-685054. Acesso em: 19 mai. 2023.

DENZINGER, Enrique. **El magistério de la iglesia: manual de los símbolos, definiciones y declaraciones de la iglesia en matéria de fe y costumbres**. Barcelona: Herder, 1997.

DIEKMANN, L. E. Concílio Vaticano I: avanço ou retrocesso? Uma leitura da história 150 anos depois. **Revista Missioneira**, Rio Grande do Sul, v. 21, n. 1, p. 49-57, 2019.

DULLES, Avery. **A Igreja e seus modelos**. São Paulo: Paulinas, 1987.

FAGGIOLI, M. **Do status quo à insurgência: catolicismo tradicionalista versus catolicismo conciliar**. 2018. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/575521-do-status-quo-a-insurgencia-catolicismo-tradicionalista-versus-catolicismo-conciliar>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FAUS, José Ignacio Gonzáles. **Nenhum Bispo imposto**. As eleições episcopais na história da Igreja. São Paulo: Paulus, 1996.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010.

FERREIRA JÚNIOR, P. B. A igreja católica e o golpe de 1964. **Cadernos Cajuína**, Piauí, v. 3, n. 3, p. 54-81, 2018.

FILLUS, C. R. **Reconfiguração da paróquia, através de uma conversão pastoral, à luz do documento de Aparecida**. 2015. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba-PR, 2015.

FLORISTÁN, Cassiano. A escolha dos Bispos. In: ANJOS, Márcio Fabri. org. **Bispos para a esperança do mundo: uma leitura crítica sobre caminhos de Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2000.

FRÖHLICH, Roland. **Curso básico de história da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1987.

GODOY, Manoel de. CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. In: PASSOS, João Décio; SANCHES, Wagner Lopes. **Dicionário Crítico do Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

GOMES, Rosana Alves. **O comportamento ideológico do partido dos trabalhadores na câmara dos deputados na 52ª legislatura (2003-2007) no âmbito da política social**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, 2016.

HIPÓLITO, de Roma. **Tradição apostólica**. Petrópolis: Vozes, 1981.

INSTITUTO NACIONAL PASTORAL. **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003.

JALLES de PAULA, Gustavo. Corção: militante da ordem e da autoridade. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010.

JOÃO PAULO II. **Motu Proprio Apostolos suos**. São Paulo: Paulinas, 1998.

_____. **Código de Direito Canônico**. Conferência Episcopal Portuguesa. Braga: Editorial Apostolado da Oração, 1983.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, Paula R. Costa; MAGALHÃES, Joanalira C. **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.

KORNIS, Mônica; MONTALVÃO, Sérgio. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). In: ABREU, Alzira Alves et al. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009.

LACLAU, Ernesto. **Misticismo, retórica y política**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2002.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. & MOUFFE, Chantal. **Política e ideologia na teoria marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Post-Marxism without apologies. **New Left Review**, London, v. 166, p. 79-106, 1987.

_____. Discourse. In: GOODIN, Robert; PETTIT, Philip. **The Blackwell companion to contemporary political philosophy**. Oxford: Blackwell, 1993.

_____. **Hegemonia e estratégia Socialista: Por uma política democrática radical**. Brasília: Editora Intermeios, 2015.

LAFER, Celso. **Norberto Bobbio: trajetória e obra**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LASCOSTE, Jean-yves. **Dicionário crítico de Teologia**. São Paulo: Paulinas/Edições Loyolas, 2004.

LIBANIO, João Batista. **A volta à Grande disciplina**. Reflexões teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja. Edições Loyola: São Paulo, 1983.

LIMA, L. C. A Renúncia do Papa e a História da Igreja. **Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 43, p. 201-207, 2013.

LIMA, G. A. O. Padroado régio e Regalismo nos primórdios do Estado Nacional brasileiro (1820-1824). **Passagens**, v. 9, n. 1, p. 76-96, 2017.

LOSURDO, Domenico. **A hipocondria da antipolítica: história e atualidade na análise de Hegel**. Tradução Jaime Clasen. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

LUKÁCS, György. Marx e o problema da decadência ideológica. In: LUKÁCS, György. **Marxismo e teoria da literatura**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARCHART, Oliver. **Post-Foundational Political Thought: Political Difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.

MENDONÇA, D. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. **Lua Nova**, v. 91, p. 135-168, 2014.

MIRANDA, Mário França. **A Igreja numa sociedade fragmentada**. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. **Igreja e sociedade**. São Paulo: Paulinas, 2009.

MORAIS, J. F. Regis. **Os bispos e a política no Brasil**, filosofia social da CNBB. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1982.

OBPD. **Pontifical Romano reformado por decreto do Concílio Ecuménico Vaticano II, promulgado por autoridade de S. S. o Papa Paulo VI, revisto por ordem de S. S. o Papa João Paulo II**: Ordenação do Bispo, dos Presbíteros e dos Diáconos. Coimbra: Conferência Episcopal Portuguesa, 2007.

OLIVEIRA, José Lisboa Moreira. **O ancião e a sua senhora eleita**: Reflexões teológicas, eclesiais e pastorais sobre a condição de bispo emérito. São Paulo: Editora Paulinas, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editora, 1999.

PACONDES, Edson Chagas. Os bispos na Igreja: Sentinelas da comunhão. In: ALMEIDA, João Carlos; MANZINI, Rosana; MAÇANEIRO, Macial. **As Janelas do Vaticano II**. A Igreja em diálogo com o mundo. Aparecida: Editora Santuário, 2013.

POLETTO, Ivo. A CNBB e a luta pela terra no Brasil. In: INSTITUTO NACIONAL PASTORAL. **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003.

PAPA FRANCISCO. **Evangelii Gaudium**. Exortação Apostólica do Papa Francisco. São Paulo: Paulinas, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUEIROGA, Gervásio Fernandes de. **Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB**: comunhão e corresponsabilidade. São Paulo: Paulinas, 1977.

RATZINGER, Joseph Ratzinger. **A fé em crise?** O cardeal Ratzinger se interroga. São Paulo: EPU, 1985.

REGAN, David. **Igreja para a libertação**: retrato pastoral da Igreja no Brasil. São Paulo: Paulinas, 1986.

RIFAN, Dom Fernando Arêas. **Em defesa da CNBB**, 2018. Disponível em: <<https://cleofas.com.br/dom-areas-rifan-manifesta-sua-posicao-em-relacao-as-criticas-apresentadas-a-cnbb/>>. Acesso em: 15 set. 2018.

RODA VIVA. **Michel Temer**. Publicado pelo canal Roda Viva, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OGDCN8ikj8U>. Acesso em: 20 julho de 2023.

RODRIGUES, Adriano José Dias. **História e memória: o processo de fundação da igreja católica brasileira e as tensões entre os catolicismos em Novo Planalto (GO)**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, 2018.

SANCHEZ, Wagner Lopes. **Cristianismo na América Latina e no Caribe: trajetórias, diagnósticos, perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2003.

SANCHEZ, Wagner Lopes. Colegiado. In: PASSOS, João Décio; SANCHEZ, Wagner Lopes. **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015.

SANTANA, M. A. O. A abdicação do Papa Bento XVI e a posse do primeiro Papa latino-americano. **Revista Aedos**, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 31, p. 252-267, 2022.

SANTORO, D. F. A Centralidade do episcopado no Concílio Vaticano II. Aspectos teológicos e as retomadas pastorais. **Atualidade Teológica**, Rio de Janeiro, v. 49, p. 30-51, 2015.

SCHNEIDER, Theodor. **Manual de Dogmática**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SCHILLEBEECKX, Edward. **O mundo e a Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1971.

SCHOLZ, VILSON & BRATCHER, ROBERTO G. **Novo Testamento Interlinear Grego português**. Tradução João Ferreira de Almeida. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2004.

SESBOÜÉ, B. **Les Conférences épiscopales en question**. In: Le magistère a l'épreuve. Autorité, vérité et liberté dans l'Église, Paris: Desclée de Brouwer, 2001.

SILVA, Thiago Moreira da. **Para além de esquerda e direita: a multidimensionalidade das crenças no Brasil contemporâneo (1989-2014)**.

2017a. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2017a.

SILVA, W. P. Um outro catolicismo: o bispo de Maura e a Igreja Católica Apostólica Brasileira. **Revista de História Bilros**, Ceará, v. 5, n. 8, p. 106-125, 2017b.

SILVA, Marcos Aurélio da. **Catolicismos alternativos: das dissidências com a Igreja Católica Romana às novas fundações**. O caso da Igreja Católica Apostólica Carismática (ICAC). 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2019.

SOUZA, Ney de. **Catolicismo em São Paulo: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo (1554-2004)**. São Paulo: Paulinas, 2004.

SOUZA, J. M. A. D. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, 360-377, 2016.

SPANNEUT, Michel. **Os Padres da Igreja**. Vol II. Tradução de João Paixão Netto. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SPLENDOR, Liliane Andréia. **A supremacia dos interesses: a manutenção da relação de proximidade e colaboração entre Estado e Igreja Católica durante a República da Espada (1889-1894)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá-PR, 2017.

VASCONCELOS, F. A. Notas sobre a liderança de Dom Sebastião Leme no Brasil. **Revista Unitas**, v. 9, n. 2, 162-181, 2015.

VATICANO. 2024. **Lumen Gentium**. A Constituição Hierárquica Da Igreja e em Especial o Episcopado. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 10 set. 2023.

WACH, Joachim. **Sociologia da religião**. São Paulo: Paulinas, 1990.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Desafios da Igreja Católica e política no Brasil. In: INSTITUTO NACIONAL PASTORAL. **Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)**. São Paulo: Paulinas, 2003.

WILLIAMS, James. **Pós-Estruturalismo**. Tradução de Caio Liudvik. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

XAVIER, Ângela Barreto; PALOMO, Federico; STUMPF, Roberta. **O Padroado do rei de Portugal: fundamentos e práticas. Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (séculos XVI-XVIII): dinâmicas imperiais e**

circulação de modelos políticos-administrativos. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

ZIZEK, Slavoj. **Um Mapa da Ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

APÊNDICE A – Lista dos temas levantados em 2013.

| Categoria | N. de Ocorrências | Tema | N. de Intervenções |
|-----------------|-------------------|---------------------------------|--------------------|
| Devoção | 3 | Patrono da Catequese 2x | 2 |
| | | Patrono dos Químicos 2x | 2 |
| | | Terço dos Homens 1x | 1 |
| Liturgia | 2. | Textos litúrgicos | 4 |
| | | Formação Litúrgica do Clero | 1 |
| Doutrina | 5 | Cinquenta Anos Vaticano II | 4 |
| | | Sínodo dos Bispos | 1 |
| | | Nova Edição Direito Canônico | 2 |
| | | Catecismo | 1 |
| | | Racionalidade e Fé | 1 |
| Pastoral | 23 | Paróquia (Tema central) | 21 |
| | | Presbíteros | 2 |
| | | Jubileu Aparecida | 2 |
| | | Diretório de Comunicação | 16 |
| | | Ação Missionária | 2 |
| | | Universidades | 3 |
| | | Simpósio Vocacional | 1 |
| | | Nova Evangelização | 2 |
| | | Bispos Escoteiros | 1 |
| | | Animação Bíblico Catequética | 2 |
| | | Pastoral da Vida e da Família | 2 |
| | | Vida Consagrada Contemplativa | 3 |
| | | Novas formas de vida consagrada | 11 |

| | | | |
|-----------------------|----|---------------------------------------|-----|
| | | Educação e Cultura | 5 |
| | | Leigos (na política) | 8 |
| | | Jornada Mundial da Juventude | 9 |
| | | Universidades católicas | 2 |
| | | Amazônia (REPAM) | 1 |
| | | Missão Continental | 2 |
| | | Sínodo dos Bispos | 5 |
| | | CEBs | 1 |
| | | Pastoral da Criança | 1 |
| | | Ecumenismo (Campanha da Fraternidade) | 20 |
| Moral | 2 | Direito dos pais de educarem | 1 |
| | | Aborto | 1 |
| | | Casamento de Ciganos adolescentes | 1 |
| Administrativo | 13 | Mensagem ao Papa | 5 |
| | | IOR | 1 |
| | | IBRADES | 6 |
| | | Carta à Congregação dos Bispos | 2 |
| | | Pio Brasileiro | 9 |
| | | Projeto Comunhão e Partilha | 15 |
| | | Avaliação da Assembleia Geral | 2 |
| | | Novo Regional Norte 3 | 4 |
| | | Prestação de Contas CNBB | 1 |
| | | Fundo Solidarietàade | 1 |
| | | Bispos Eméritos | 1 |
| | | CERIS | 1 |
| | | Contas da 51ª Assembleia | 1 |
| Social | 9 | Seca no Nordeste | 7 |
| | | Reforma Agrária | 33 |
| | | Eleições 2014 | 9 |
| | | Amazônia | 1 |
| | | Energia Nuclear | 9 |
| | | PEC 215 - indígenas e quilombolas | 8 |
| | | Quilombolas | 1 |
| | | Pescadores | 1 |
| | | Moradores de Rua | 1 |
| Total | | | 263 |

APÊNDICE B – Lista dos temas levantados em 2014.

| Categoria | N. de Ocorrência | Tema | N. de Intervenções |
|---------------------|-------------------------|---|---------------------------|
| Devoção | 8 | José de Anchieta – co-patrono do Colégio Pio Brasileiro | 1 |
| | | Dia de São José de Anchieta | 2 |
| | | Santa Gertrudes doutora da Igreja | 1 |
| | | Beatificação Madre Assunta Marchetti | 1 |
| | | Beatificação Padre José Marchetti | 1 |
| | | Beatificação Dra. Zilda Arns | 1 |
| | | Crescimento Terço dos Homens | 1 |
| | | Beatificação Dom Helder Câmara | 1 |
| Liturgia | 5 | Catecumenato | 1 |
| | | Batismo | 3 |
| | | Crisma | 2 |
| | | Tradução de textos litúrgicos | 13 |
| | | Curso liturgia tridentina | 1 |
| Doutrina | 13 | Documento A alegria do Evangelho | 2 |
| | | Colegialidade e sinodalidade | 1 |
| | | Salvação Eterna | 1 |
| | | Missionariedade da Igreja | 1 |
| | | Padres Casados | 1 |
| | | Celibato opcional | 1 |
| | | Arrependimento dos pecados | 1 |
| | | Doutrina Social | 1 |
| | | Celebração da Eucaristia | 3 |
| | | Meios de comunicação católica | 3 |
| | | Inculturação litúrgica | 1 |
| | | Teologia e teólogos hoje | 8 |
| Ciência da Religião | 3 | | |
| Pastoral | 22 | Evangelização na Amazônia | 1 |
| | | Pastoral Portuária (Santos) | 1 |

| | | | |
|-----------------------|----|---|----|
| | | Jornada Mundial da Juventude | 1 |
| | | Paróquia | 27 |
| | | Presbíteros (formação/ papel) | 15 |
| | | Juventude | 2 |
| | | Ministério às Religiosas | 1 |
| | | Leigos | 35 |
| | | 300 anos de N. S. Aparecida | 1 |
| | | 100 anos de N. S. Fátima | 1 |
| | | Pastoral do Turismo | 1 |
| | | Igreja na Copa do Mundo | 1 |
| | | Missão continental | 1 |
| | | Diretrizes gerais da Ação Evangelizadora da Igreja 16 | 16 |
| | | Comemorações do Vaticano II | 4 |
| | | Campanha da Fraternidade | 4 |
| | | Ano da Paz | 11 |
| | | Pastoral da Sobriedade | 1 |
| | | Pastoral do Dízimo | 9 |
| | | CEBs | 1 |
| | | Pastoral da Cultura | 1 |
| | | Campanha de Evangelização | 5 |
| Moral | 4 | Ideologia de Gênero | 1 |
| | | Sínodo da Família | 21 |
| | | Casamento civil para o religioso | 5 |
| | | Direito dos pais educarem os filhos | 1 |
| Administrativo | 17 | Carta ao Papa | 2 |
| o | | Carta a Congregação dos Bispos ³ | 3 |
| | | Repensar os regionais e a CNBB | 1 |
| | | Discurso do papa aos bispos | 2 |
| | | IOR | 1 |
| | | Funcionários da CNBB | 1 |
| | | Avaliação da Assembleia | 2 |
| | | Recuperação do INP | 1 |
| | | Relatório do Conselho Fiscal | 1 |
| | | Avaliação da JMJ | 1 |
| | | Acordo Brasil-Santa Sé | 2 |
| | | Faculdade de Direito Canônico SP | 1 |
| | | Projeto Comunhão e Partilha | 1 |
| | | Ajuda Haiti | 8 |
| | | Bispos Eméritos | 2 |
| | | Fundação Historiadores da Igreja | 1 |
| | | Censo anual Igreja | 1 |
| social | 31 | Nota para o Dia do Trabalhador | 4 |
| | | Refugiados e Imigrantes | 3 |
| | | Tráfico humano | 1 |
| | | Violência | 2 |
| | | Amazônia | 1 |

| | | |
|--------------|---|------------|
| | PEC 215 | 1 |
| | Reforma Eleitoral | 2 |
| | Reforma Política | 2 |
| | Desemprego | 1 |
| | Democracia | 1 |
| | Desindustrialização | 1 |
| | Segurança | 1 |
| | Economia | 1 |
| | Discurso de Ódio | 1 |
| | Indígenas | 3 |
| | Alimentação e nutrição | 1 |
| | Violência | 4 |
| | Exclusão e desigualdade social | 2 |
| | Destruição da Família pela violência | 1 |
| | Abaixo Assinado Ficha limpa | 1 |
| | Abaixo Assinado Saúde | 1 |
| | Plano Nacional de Educação | 3 |
| | Reforma Agrária | 27 |
| | Agricultura familiar | 1 |
| | Drogas | 1 |
| | Projeto Brasil – orientação eleitoral 11 | 11 |
| | Exploração de menores | 1 |
| | Erradicação da fome no mundo | 4 |
| | Alimentação orgânica | 1 |
| | Plano de Educação | 2 |
| | Imigrantes haitianos | 3 |
| Total | | 344 |

APÊNDICE C – Lista dos temas levantados em 2015.

| Categoria | N. de Ocorrência | Tema | N. de Intervenções |
|------------------|-------------------------|--|---------------------------|
| Devoção | 5 | Beatificação de Dom Helder Câmara | 1 |
| | | Criação de Santuário de São José de Anchieta | 2 |
| | | José de Anchieta Patrono Secundário do Brasil | 2 |
| | | José de Anchieta padroeiro dos Farmacêuticos | 2 |
| | | N. S. Fátima Padroeira dos Zootecnistas | 2 |
| Liturgia | 3 | Tradução texto (Santoral do Missal) | 5 |
| | | Sentido da Liturgia | 1 |
| | | Testemunha qualificada para Matrimônio | 2 |
| Doutrina | 5 | Sacramento do Matrimônio | 1 |
| | | Misericórdia na Igreja | 3 |
| | | Sensus Fidei | 3 |
| | | Tradução da Bíblia | 1 |
| | | Missionariedade da Igreja | 1 |
| Moral | 1 | Casamento civil para religioso ⁴ | 4 |
| Pastoral | 18 | Congresso Eucarístico (Belém) | 1 |
| | | Diretrizes Gerais para Ação Evangelizadora no Brasil | 38 |
| | | Escola de Formadores | 2 |
| | | Leigos 9 | 9 |
| | | Ano da Vida Consagrada | 3 |
| | | Pastoral do Dízimo | 2 |
| | | 300 N. S. Aparecida | 1 |
| | | 100 N. S. Fátima | 1 |
| | | Projeto Juventude “Rota 300” | 3 |
| | | Ano Mariano | 1 |
| | | Diaconos Permanente | 3 |
| | | Ano da Misericórdia | 2 |
| | | Mensagem aos cristãos perseguidos | 2 |
| | | Ano da Paz | 1 |
| Amazônia (Repam) | 1 | | |

| | | | |
|-----------------------|----|--|-----|
| | | Pastoral Afro-Brasileira | 1 |
| | | Semana de Unidade dos Cristãos | 1 |
| | | Institutos Seculares | 1 |
| Administrativo | 25 | relatório das atividades empreendidas durante o quadriênio 2011-2015 | 1 |
| | | Análise de Conjuntura social, econômica e política | 1 |
| | | Análise de Conjuntura eclesial | 1 |
| | | Mensagem ao Papa | 2 |
| | | Carta à Congregação dos Bispos | 3 |
| | | Aniversário Papa Emérito | 4 |
| | | Colégio Pio Brasileiro | 2 |
| | | Avaliação das Comissões Episcopais | 2 |
| | | Eleição da Presidência CNBB | 8 |
| | | Eleição presidência Comissões Episcopais | 53 |
| | | Eleição delegados do Sínodo | 6 |
| | | Estruturas Regionais CNBB | 1 |
| | | parecer do Conselho Fiscal | 1 |
| | | Avaliação da Assembleia | 2 |
| | | Urnas eletrônicas nas votações da Assembleias | 2 |
| | | Sínodo dos Bispos | 3 |
| | | Fundo Nacional de Solidariedade | 1 |
| | | Projeto Comunhão e Partilha | 14 |
| | | IOR | 1 |
| | | Transparência econômica nas dioceses | 1 |
| | | Ação social da Igreja no Brasil | 1 |
| | | Perfil dos Padres no Brasil | 1 |
| | | Prestação de contas Assembleia | 1 |
| | | Acordo Brasil Santa Sé | 1 |
| | | 60 anos do Encontro de Bispos do Nordeste | 1 |
| Social | 14 | Reforma do Política | 10 |
| | | Petrobrás | 1 |
| | | Corrupção | 3 |
| | | Crise no brasil | 2 |
| | | Indígenas | 3 |
| | | PEC 215 | 1 |
| | | Amazônia | 2 |
| | | Obras do PAC | 1 |
| | | <i>Nota da CNBB sobre o momento</i> | 3 |
| | | <i>Projeto pensando o Brasil</i> | 9 |
| | | <i>Desigualdades sociais</i> | 3 |
| | | <i>Meios de comunicação social</i> | 1 |
| | | <i>Tornados em Santa Catarina</i> | 1 |
| | | <i>Financiamento das campanhas eleitorais</i> | 1 |
| Total | 71 | | 258 |

APÊNDICE D -- Lista dos temas levantados em 2016.

| Categoria | N. de Ocorrência | Tema | N. de Intervenções |
|-------------------|-------------------------|---|---------------------------|
| Devoção | 1 | Canonização Mártires do RN | 1 |
| Liturgia | 1 | Tradução Missal Romano | 10 |
| Doutrina | 10 | Doutrina social da Igreja | 4 |
| | | Nova Tradução da Bíblia | 1 |
| | | Subsídios teológicos | 1 |
| | | Teologia de Francisco | 1 |
| | | Revisão do Código de Direito Canônico | 1 |
| | | Teologia da Misericórdia | 1 |
| | | <i>Amoris Laetitia</i> | 1 |
| | | <i>Falta de biblistas no Brasil</i> | 1 |
| | | <i>Laudato Si (Amazônia)</i> | 1 |
| | | <i>Documento conjunto com Igrejas Luteranas</i> | 1 |
| Moral | 4 | Gênero nas Escolas | 1 |
| | | Relativismo moral | 1 |
| | | Casamento civil para Matrimônio | 5 |
| | | Pedofilia | 1 |
| Pastoral | 25 | Ano da Paz | 2 |
| | | Papa no México | 1 |
| | | Crescimento evangélicos nas periferias | 1 |
| | | “sem religião” | 1 |
| | | Congresso Eucarístico (Belém) | 4 |
| | | Crise religiosa no Brasil | 1 |
| | | Cruz Missionária | 1 |
| | | Congresso Missionário Nacional | 1 |
| | | Leigos e leigas | 23 |
| | | Sínodo dos Bispos | 1 |
| | | Comissão para Amazônia (Repam) | 2 |
| | | 300 anos Aparecida | 2 |
| | | CEBs | 2 |
| | | Ano da Misericórdia | 1 |
| Olimpíadas no Rio | 1 | | |

| | | | |
|-----------------------|----|---|----|
| | | Cristãos na Nigéria | 2 |
| | | 50 anos Vaticano II | 1 |
| | | Pastoral do Dízimo | 1 |
| | | <i>Lectio Divina</i> | 1 |
| | | Projeto de Formação de lideranças pastorais | 1 |
| | | Visita Pastoral Missionária | 1 |
| | | Pastoral da AIDS | 2 |
| | | Pastoral Carcerária | 1 |
| | | Pastoral dos Brasileiros no Exterior | 1 |
| | | Ano do Laicato | 1 |
| Administrativo | 17 | Construção Centro Cultural Missionário | 1 |
| | | Clero indígena | 1 |
| | | Projeto Igrejas Irmãs | 3 |
| | | Jornada Mundial da Juventude | 1 |
| | | Pastoral do Dízimo | 1 |
| | | Mensagem ao Papa | 1 |
| | | Bispos Eméritos | 2 |
| | | CERIS | 1 |
| | | Tribunais de Nulidade matrimonial | 14 |
| | | Cáritas Brasileira | 7 |
| | | relatório parcial de gestão 2015 | 1 |
| | | Projeto “Comunhão e Partilha” | 4 |
| | | Acordo Brasil-Santa Sé | 1 |
| | | Reforma Prédio CNBB | 1 |
| | | Colégio Pio Brasileiro | 1 |
| | | Atualização dos Estatutos da CNBB | 1 |
| | | Mudanças nas Edições CNBB | 1 |
| Social | 18 | Crise política Brasil | 10 |
| | | Polarização política | 1 |
| | | Lei desarmamento | 1 |
| | | Indígenas | 3 |
| | | Nota sobre o momento atual | 12 |
| | | Projeto Pensando o Brasil 3 | 23 |
| | | Poder judiciário | 1 |
| | | Presidencialismo de coalizão | 1 |
| | | Democracia participativa | 1 |
| | | Governo Esquerda | 1 |
| | | Capitalismo | 2 |
| | | Medo do comunismo | 1 |
| | | Agricultura | 1 |
| | | Idosos | 1 |
| | | Previdência social | 1 |

| | | | |
|--------------|----|------------------------------|-----|
| | | Amazônia | 1 |
| | | Mensagem eleições Municipais | 26 |
| | | Solo urbano | 1 |
| Total | 76 | | 218 |

APÊNDICE E – Lista dos temas levantados em 2017.

| Categoria | N. de Ocorrência | Tema | N. de Intervenções |
|-----------------|------------------|---|--------------------|
| Devoção | 3 | Canonização dos Mártires do Rio Grande do Norte | 1 |
| | | Sentido espiritual da Campanha da Fraternidade | 1 |
| | | Piedade Mariana | 1 |
| Liturgia | 3 | Tradução de textos Litúrgicos | 11 |
| | | Ritual de Iniciação Cristã | 1 |
| | | Rito de instituição de Ministros da Palavra | 1 |
| Doutrina | 9 | Falta Antropologia da Transcendência | 1 |
| | | Formação dos padres | 1 |
| | | Teologia da Misericórdia | 1 |
| | | Documento de Aparecida | 7 |
| | | Aplicação da <i>Amoris Laetitia</i> | 1 |
| | | <i>Exorcismo na Igreja</i> | 1 |
| | | <i>Ensino de Filosofia nos seminários</i> | 1 |
| | | <i>Nova Tradução da Bíblia</i> | 1 |
| | | <i>Publicação dos Documentos do Vaticano II</i> | 1 |
| Moral | 3 | Ideologia de Gênero | 4 |
| | | Pedofilia | 1 |
| | | Suicídio de padres | 1 |
| Pastoral | 41 | Meios de comunicação católicos | 2 |
| | | Educação religiosa | 1 |
| | | Evangelização da Educação | 1 |
| | | Ensino Religioso 2 | 2 |
| | | Escolas católicas | 1 |
| | | Discípulo-missionário | 5 |
| | | Igreja Latino-Americana 2 | 2 |
| | | Diretrizes Gerais d Ação Evangelizadora | 1 |
| | | Missão Continental | 1 |
| | | Iniciação à Vida Cristã | 6 |
| | | Novas formas de vida consagrada e novas comunidades 7 | 7 |
| | | CEBs | 3 |
| | | Celebração da Palavra | 25 |
| | | Santas Missões | 1 |
| | | Evangelização da Amazônia REPAM | 1 |
| | | Diaconos Permanentes | 1 |
| CELAM | 1 | | |

| | | | |
|-----------------------|----|--|----|
| | | Congresso Eucarístico 12 | 12 |
| | | Projeto Igrejas irmãs 2 | 2 |
| | | Ministério do Pastoreio (Santarém) | 1 |
| | | Missão na África | 6 |
| | | Mulher na vida consagrada | 1 |
| | | Missão Haiti | 1 |
| | | Pastoral da Sobriedade | 1 |
| | | Pastoral do Povo de Rua | 1 |
| | | Ecumenismo 2 | 2 |
| | | Sínodo da Juventude 2 | 2 |
| | | Ano do Laicato | 1 |
| | | Curso Formação de Formadores | 1 |
| | | Pastoral Flutuante | 1 |
| | | Pastoral da Cultura | 1 |
| | | Ano Mariano | 1 |
| | | Congresso Missionário Nacional | 1 |
| | | Pastoral Vocacional | 1 |
| | | Pastoral Operária | 1 |
| | | 300 anos N. S. Aparecida | 1 |
| | | Novas tendências da comunicação | 1 |
| | | Catequese | 1 |
| | | Pastoral do Batismo | 1 |
| | | Evangelização dos Povos indígenas | 1 |
| | | Pastoral indigenista inculturada | 1 |
| Administrativo | 15 | Cancelamento da visita do Papa ao Brasil | 4 |
| | | Novo site da CNBB | 2 |
| | | Projeto Comunhão e Partilha | 6 |
| | | Acordo Brasil-Santa Sé | 2 |
| | | Reforma da Sede CNBB | 2 |
| | | Bispos eméritos | 5 |
| | | Carta ao Prefeito da Congregação dos bispos | 1 |
| | | Avaliação da Assembleia | 3 |
| | | Nova metodologia das Assembleias | 17 |
| | | Colégio Pio Brasileiro | 2 |
| | | Relatório Gestão CNBB | 2 |
| | | Destino das arrecadações da Campanha da Fraternidade | 1 |
| | | Novo Estatuto da CNBB | 1 |
| | | Carta de Michel Temer a CNBB | 1 |
| | | Carta das centrais sindicais | 1 |
| Social | 18 | Suicídios na Bahia | 1 |
| | | Projeto "escola sem partido" | 1 |
| | | Pensando o Brasil 3 | 4 |
| | | Promoção da mulher | 1 |
| | | Minorias | 1 |
| | | Educação | 9 |

| | | | |
|--------------|----|-------------------------------|-----|
| | | Ciência | 1 |
| | | Educação indígena | 1 |
| | | Valores humanos | 1 |
| | | Descréditos das instituições | 1 |
| | | Crise no Brasil | 1 |
| | | Mensagem aos Trabalhadores | 2 |
| | | Reforma Trabalhista | 1 |
| | | Reforma da Previdência Social | 1 |
| | | Nota sobre o momento atual | 4 |
| | | Violência no Campo | 2 |
| | | Amazônia | 1 |
| | | Indígenas | 2 |
| Total | 92 | | 226 |

APÊNDICE F – Lista dos temas levantados em 2018.

| Categoria | N. de Ocorrências | Tema | N. de Intervenções |
|--------------------------------------|--------------------------|--|---------------------------|
| Devoção | 3 | Mártires Potiguanos | 1 |
| | | Terço dos Homens | 1 |
| | | Beatificação de Dom Ângelo Frosi | 1 |
| Liturgia | 3 | Tradução de textos litúrgicos | 5 |
| | | Música Litúrgica | 1 |
| | | Importância da Liturgia | 1 |
| Doutrina | 6 | <i>Amoris Laetitia</i> e Família | 1 |
| | | Doutrina Social da Igreja | 1 |
| | | Laicidade/ laicismo | 3 |
| | | Pelagianismo | 1 |
| | | Gnosticismo | 1 |
| | | Nova Tradução da Bíblia | 1 |
| | | | |
| Moral | 2 | Distúrbios sexuais de seminaristas | 1 |
| | | Casamento civil para o Religioso | 1 |
| Pastoral | 27 | Sínodo da Juventude | 10 |
| | | Sínodo da Amazônia | 2 |
| | | Evangelização nas cidades | 7 |
| | | Iniciação à Vida Cristã | 2 |
| | | Pastorais sociais | 1 |
| | | Novas Diretrizes da Ação Evangelizadora | 2 |
| | | Diretrizes para formação dos Presbíteros | 53 |
| | | Congresso Eucarístico Nacional | 10 |
| | | Campanhas virtuais contra a Campanha da Fraternidade | 1 |
| | | Campanha da Fraternidade – Coleta | 4 |
| | | Projeto “Cada Comunidade, uma Nova Vocação | 1 |
| | | Projeto Igrejas Irmãs | 1 |
| | | Pontifícias Obras Missionárias | 1 |
| | | Mensagem ao Povo de Deus | 26 |
| | | Mídias Católicas | 1 |
| | | Pastoral do Menor | 1 |
| | | Pastoral da Juventude | 2 |
| Pastoral Universitária | 1 | | |
| Projeto Jovem Guardião (ex-reclusos) | 1 | | |

| | | | |
|--|----|---|----|
| | | Missão na África | 1 |
| | | Pastoral da Sobriedade | 1 |
| | | Mês Missionário Internacional | 1 |
| | | Ano do Laicato | 6 |
| | | Comissão Amazônia (Repam) | 2 |
| | | Ano Vocacional | 1 |
| | | Ano Bíblico Mundial | 1 |
| | | Jornada Mundial da Juventude | 1 |
| Administrativo | 16 | Eleição de delegados para o Sínodo dos Bispos | 12 |
| | | Carta ao Papa | 9 |
| | | Carta à Congregação para os Bispos | 1 |
| | | Bispos Eméritos | 2 |
| | | Reforma Estatuto CNBB | 45 |
| | | Colégio Pio Brasileiro | 1 |
| | | Projeto Comunhão e Partilha | 8 |
| | | Prisão do bispo e padres da Diocese de Formoso | 1 |
| | | Avaliação da Assembleia | 1 |
| | | Acordo Brasil-Santa Sé | 3 |
| | | Regional Norte 3 – anexação duas dioceses | 2 |
| | | Prestação de Contas CNBB | 1 |
| | | Reforma da Sede da CNBB | 1 |
| | | Custos dos Livros Edições CNBB | 1 |
| | | Declaração de Imposto de Renda de Padres e Bispos | 1 |
| | | Ingerência de Tribunal de Justiça em processo de nulidade matrimonial | 1 |
| | | Social | 23 |
| Violência urbana | 3 | | |
| Judicialização da política/ politização do Judiciário | 1 | | |
| Questão agrária | 1 | | |
| Política | 1 | | |
| Violência no Campo | 2 | | |
| Natureza | 1 | | |
| Periferias urbanas | 1 | | |
| Juventude negra | 1 | | |
| Cultura negra | 1 | | |
| Pensando o Brasil | 5 | | |
| Mensagem Ano eleitoral | 4 | | |
| Dívida Pública | 1 | | |
| Laicidade do Estado | 2 | | |
| Evangélicos no Legislativo | 1 | | |

| | | | |
|--|----|-----------------------------------|-----|
| | | Foro privilegiado | 1 |
| | | Indígenas | 5 |
| | | Amazônia | 1 |
| | | Lei da Ficha Limpa | 1 |
| | | Venezuelanos em Roraima | 4 |
| | | Tráfico Humano | 1 |
| | | Cartilha de orientações políticas | 1 |
| | | Semanas Sociais | 1 |
| | 80 | | 293 |

APÊNDICE G – Lista dos temas levantados em 2018.

| ECONOMIA | | | |
|-----------------------------------|--|-----------------|----------------------|
| Desenvolvimento econômico | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | <p>Aumento do salário mínimo acima da inflação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Economia ecologicamente sustentável: desenvolvimento econômico, mas com atenção ao meio ambiente. Estado de bem-estar social: a economia deve estar voltada para políticas de inclusão e de afirmação social. - Humanização do capitalismo: aceita a economia de mercado, mas entende que esta preocupe-se com a equalização de riquezas e de oportunidades, mediante políticas públicas e crescimento econômico e desenvolvimento social. - Incentivos para a inclusão econômica dos mais pobres pelo consumo. - Investimentos públicos em infraestrutura. - Estado como principal agente de indução do desenvolvimento e de redução das desigualdades sociais. | | |
| Desenvolvimento Regional | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | <p>Desenvolvimento que integre a região com o contexto nacional.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento que envolva políticas públicas de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão produtiva e social. | | |
| Geração de Emprego e Renda | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | <ul style="list-style-type: none"> - Acesso à educação e à qualificação profissional promovidos pelo Estado. - Políticas específicas de geração de emprego tendo em vista questões de raça, gênero e pobreza. - Economia solidária reduz desemprego e fomenta igualitarismo e participação. - Geração de emprego é responsabilidade social. - Geração de empregos distribui renda. | | |

| | | | |
|---------------------------------|--|------------------------|-----------------------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> - Incentivos aos microempresários e às cooperativas de trabalho. - Políticas de profissionalização de jovens para sua inserção no mercado de trabalho. - Políticas públicas para a redução do desemprego. - Programas nas áreas do turismo, pesca, agricultura familiar e linhas de microcrédito geram crescimento da economia e aumento do emprego. | | |
| Relações de Consumo | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | - Pelo acesso de todos a bens de consumo básicos. | | |
| ESTADO | | | |
| Administração Pública | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | | | |
| Importação e Exportação | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | | | |
| Política Externa | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | <ul style="list-style-type: none"> - Defesa da identidade latino-americana. - Enfrentamento dos problemas ambientais. - Intercâmbios e convênios de cooperação com os países de língua portuguesa. - Pela afirmação dos direitos dos povos da América Latina. | | |
| Previdência | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | | | |
| Privatizações-Concessões | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | | | |
| Reforma Política | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | <ul style="list-style-type: none"> - Contra o financiamento privado e pelo financiamento público de campanhas eleitorais. - Defesa da reforma política que amplie a participação da sociedade. - Defesa da reforma política que assegure a existência de partidos consistentes, com ampla representação social. - Defesa da reforma política que iniba a ação do poder econômico e a corrupção no processo eleitoral e na administração pública. | | |
| Segurança | | | |
| <i>Esquerda conservadora</i> | <i>Esquerda liberal</i> | <i>Direita liberal</i> | <i>Direita conservadora</i> |

| | | | |
|------------------------------|--|------------------------|-----------------------------|
| | - Defesa do estatuto do desarmamento, para redução da violência no país. | | |
| Tributação | | | |
| <i>Esquerda conservadora</i> | <i>Esquerda liberal</i> | <i>Direita liberal</i> | <i>Direita conservadora</i> |
| | | | |
| SOCIAL | | | |
| Cidadania | | | |
| <i>Esquerda conservadora</i> | <i>Esquerda liberal</i> | <i>Direita liberal</i> | <i>Direita conservadora</i> |
| | <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da soberania popular mediante o fomento de órgãos de participação e mediante a defesa das regras do Estado democrático de direito. - Defesa da liberdade religiosa. - Defesa da pluralidade ideológica de fontes de informação. - Fomento da organização e atuação sindical, mediante a não criminalização dos movimentos sociais. - Promoção da igualdade social, mediante a ampliação dos recursos dos programas sociais. - Defesa dos cidadãos pelo Ministério Público. - Democratização do acesso à justiça. | | |
| Educação | | | |
| <i>Esquerda conservadora</i> | <i>Esquerda liberal</i> | <i>Direita liberal</i> | <i>Direita conservadora</i> |
| | | | |
| Inclusão Social | | | |
| <i>Esquerda conservadora</i> | <i>Esquerda liberal</i> | <i>Direita liberal</i> | <i>Direita conservadora</i> |
| | <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de recursos para programas sociais. - Combate/erradicação da fome, mediante a defesa de programas sociais, tais como o salário desemprego e o bolsa família. - Defesa da reforma urbana. - Desenvolvimento de políticas públicas para comunidades quilombolas. - Instituição de políticas públicas de inclusão e igualdade social. | | |
| Indígenas | | | |
| <i>Esquerda conservadora</i> | <i>Esquerda liberal</i> | <i>Direita liberal</i> | <i>Direita conservadora</i> |
| | <ul style="list-style-type: none"> - Ampliação e garantia dos direitos dos povos indígenas. - Fomento da educação formal aos indígenas. - Programas de bem-estar e saúde aos indígenas. | | |
| Infância e Juventude | | | |
| <i>Esquerda conservadora</i> | <i>Esquerda liberal</i> | <i>Direita liberal</i> | <i>Direita conservadora</i> |

| | | | |
|--------------------------|--|-----------------|---|
| | <p>Contra a redução da maioria penal.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promoção de políticas públicas aos jovens. - Inclusão social de adolescentes infratores e presidiários pela profissionalização. | | |
| LGBTQIAPN+ | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | | | -Oposição ao reconhecimento dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, em especial legalização do casamento homoafetivo. |
| Meio Ambiente | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | <ul style="list-style-type: none"> - Busca do bem-estar coletivo e sustentabilidade socioambiental. - Contra a utilização de fontes energéticas predatórias. - Contra o produtivismo e o consumismo supérfluo. - Desenvolvimento sustentável no sentido de desenvolvimento econômico, mas com distribuição de renda, emprego, inclusão social. - Estímulo a políticas públicas de desenvolvimento de energias alternativas, limpas, baratas e ecologicamente sustentáveis. - Investimentos em fontes renováveis e limpas de energia. - Estado como responsável pela preservação do meio ambiente. | | |
| Mulheres | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | | | <p>Combate à legalização do aborto.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Contra o reconhecimento dos direitos da mulher. |
| Negras e Negros | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | <ul style="list-style-type: none"> - Desconstrução da ideia de que a desigualdade entre brancos e negros deriva de uma "suposta inferioridade biológica". - Promoção de políticas que visem o combate ao racismo e promovam a inclusão dos negros. | | |
| Relações Agrárias | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | <ul style="list-style-type: none"> - Defesa da reforma agrária contra o latifúndio e a concentração de terras. - Defesa do MST. | | |

| | <ul style="list-style-type: none"> - Defesa dos camponeses sem terra. - Defesa da reforma agrária, visando o fomento da agricultura familiar. - Defesa da agricultura de subsistência, mediante o fornecimento de água no semiárido e de bolsa estiagem aos pequenos agricultores. | | |
|----------------------------|---|-----------------|----------------------|
| Relações de Emprego | | | |
| Esquerda conservadora | Esquerda liberal | Direita liberal | Direita conservadora |
| | <ul style="list-style-type: none"> -Contra a flexibilização dos direitos dos trabalhadores. -Defesa da organização sindical. -Defesa dos Direitos da classe trabalhadora. -Fortalecimento dos sindicatos. - Defesa dos trabalhadores no ambiente de trabalho. | | |